

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA RIBEIRO DO AMARAL

A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA DESDE O PROTAGONISMO DAS
MULHERES CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

CURITIBA

2019

MARIANA RIBEIRO DO AMARAL

A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA DESDE O PROTAGONISMO DAS
MULHERES CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Fátima Schwendler.

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Amaral, Mariana Ribeiro do.

A construção da agroecologia desde o protagonismo das
mulheres camponesas do assentamento Contestado / Mariana
Ribeiro do Amaral. – Curitiba, 2019.

105 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Prof^a Dr^a Sônia Fátima Schwendler

1. Mulheres – Movimentos de protestos. 2. Assentamento
humano. 3. Mulheres do campo – Lapa (PR). 4. Identidade de
gênero. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



UFPR 175
ANOS DE GRUPO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARIANA RIBEIRO DO AMARAL**, intitulada: **A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA DESDE O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Março de 2019.

SONIA FÁTIMA SCHWENDLER
Presidente da Banca Examinadora

MARIA DE LOS ANGELES ARIAS GUEVARA
Avaliador Externo (UFPR)

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Avaliador Interno (UFPR)

GEMA GALGANI SILVEIRA LEITE ESMERALDO
Avaliador Externo (UFC)

Dedico este trabalho ao meu pai, *Sérgio Murilo*, à minha mãe, *Junilde Ribeiro* e ao meu irmão, *Sérgio Murilo Jr.* Sem o apoio e a força que vêm de vocês eu sei que não teria conseguido conquistá-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, pois sem o carinho da minha mãe, Junilde, à experiência profissional do meu pai, Sérgio Murilo, e a torcida do meu irmão Sérgio Murilo Jr. eu não teria chegado até aqui. Foram muitos pedidos de socorro, muitas conquistas celebradas juntas e muitos incentivos para que eu continuasse firme nesse percurso escolar. Ainda que ocupando uma posição de privilégio social, os intensos ataques do Governo em todos os níveis e as questões emocionais em movimento de montanha russa tentaram algumas vezes me desanimar. Obrigada por todo o apoio! Vocês realmente me conhecem.

Agradeço às mulheres camponesas do Assentamento Contestado que me receberam novamente de braços abertos para dialogar e dividir suas memórias comigo. Saibam que admiro muito cada uma de vocês em suas trajetórias de vida. Vocês mostraram na prática que a luta se faz todos os dias por não duas, mas várias mãos. Espero que esse trabalho sirva de material de apoio para reflexão e colabore de alguma forma para a organização social das mulheres do campo que constroem uma agroecologia que resiste aos sistemas opressores desta nossa sociedade, que quer acabar com o campo, que quer esconder o trabalho das mulheres. Resistimos juntas na firme parceria campo-cidade!

Agradeço imensamente à professora Sônia Fátima Schwendler por me acompanhar desde 2015, quando cursava graduação em Pedagogia. Recordo-me na ocasião de uma aula em que levantei a mão para perguntar à professora Sônia sobre o que tinha sido a Revolução Verde. Os processos de educação, de luta e trabalho no campo eram questões tão novas na minha vida... Como o tempo passa e nessa trajetória tensa, mas libertadora, da vida acadêmica consigo olhar pelo retrovisor e memorar tantas experiências compartilhados contigo! Das inúmeras vezes em que te chamei de amiga ao invés de “prof” e me surpreendi comigo mesma, porque em todas elas foram de forma espontânea. Até tentei mudar de área nessa minha ânsia de me movimentar apressadamente... e às vezes fugir... Mas a vida foi tão expressiva comigo, que curiosamente fez você a primeira pessoa a saber que eu não havia passado no processo seletivo para a UFSC! Serenamente, você me tranquilizou, dizendo que eu descansasse um pouco, e depois pensasse nisso... Gratidão pela sua parceria e pela sua amizade.

Agradeço às professoras da banca, Carol e Maria, que foram incrivelmente parceiras e amáveis comigo na última disciplina realizada no Mestrado, em que eu já estava tentando puxar o ar de alguma brecha, pois estava extremamente exausta. Vocês me mostraram que além de duas pessoas e professoras maravilhosas que são também são amigas e estão engajadas em um processo muito maior, que é a permanência no ensino superior. Com vocês, eu consigo ver que não existem somente os profissionais “mofados” na universidade (usando um termo que a Carol usa e eu adoro), mas existem também pessoas comprometidas com uma educação de qualidade.

Agradeço às bolsistas do projeto de pesquisa e extensão Halyne, Elisa e Sara, obrigada pela parceria! Às pessoas que participaram das inúmeras idas ao Assentamento, Larissa, Regiane e Cristiane. Ainda que este trabalho leve meu nome, esse é um trabalho coletivo. Aprendi muito com a participação de cada uma de vocês durante a pesquisa de campo.

Sou grata também à equipe da coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação, e principalmente a secretária Sandra, sempre muito presente e disposta a cumprir com as necessidades burocráticas de forma simples e leve.

Agradeço às minhas tias Josiane e Izabel Cristina que sempre me incentivaram a não desistir dos meus sonhos e a continuar construindo uma carreira na educação, mesmo com todos os obstáculos encontrados, principalmente na desvalorização dos profissionais da educação em nossa sociedade. Vocês marcaram minha trajetória acadêmica com a luz de vocês expressa em cada palavra e em cada afeto destinado a mim.

Agradeço à Jéssica Mainardes, minha amiga, que desde à graduação me atura, por todo apoio que em diversos momentos foram muito importantes para mim. À Leonina, sua mãe, a quem carrego imenso carinho e admiração.

A todas as pessoas que passaram pela minha vida e que provocaram algum aprendizado, seja por meio de uma situação boa ou ruim, eu deixo aqui meu sincero agradecimento.

Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.
Rosa Luxemburgo

RESUMO

Essa pesquisa objetivou compreender como o trabalho das mulheres camponesas na Agroecologia se articula com a luta por equidade de gênero em um Assentamento de Reforma Agrária localizado na Lapa-PR, o Contestado. Essas mulheres se organizam pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e dentro dele se reúnem no Coletivo de Mulheres, que pertence ao Setor de Gênero do Movimento. Esta pesquisa foi feita a partir do método de Histórias de Vida, em uma construção metodológica que incluiu aspectos teóricos decoloniais e marxistas, no exercício de elaborar uma análise de pesquisa que levasse em conta as subjetividades das mulheres, suas falas, seus gestos e suas vozes, sem deixar de trazer questões sociais mais amplas. Nesse sentido, foi a partir do compartilhamento das histórias de vida das sete interlocutoras residentes neste território de luta, que se tornou possível compreender como as mulheres camponesas se organizam no processo produtivo, como enfrentam as desigualdades de gênero na agroecologia e de que modo a dimensão educativa se expressa no Coletivo de Mulheres e em outras instâncias do Movimento desde o seu protagonismo. A partir de elementos do Feminismo Camponês e Popular, e de contribuições do Feminismo Decolonial, as análises realizadas concluíram que mesmo diante da cultura machista e patriarcal permeada no campo e na cidade, as narrativas das interlocutoras e o modo como se organizam produzem uma resistência social desde o Movimento que elas constroem e que as constroem, desde *abajo*.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Agroecologia. Trabalho. Gênero. MST.

ABSTRACT

This research aimed to understand how the work of peasant women in agroecology articulates with the struggle for gender equity in an Agrarian Reform Settlement located in Lapa-PR, the Contested. These women are organized by the Landless Rural Workers Movement (MST), and within them they meet at the Women's Collective, which belongs to the Movement's Gender Sector. This research was made from the Life Stories method, in a methodological construction that included decolonial and Marxist theoretical aspects, in the exercise of elaborating a research analysis that took into account the subjectivities of women, their speech, their gestures and their voices. While bringing broader social issues. In this sense, it was from the sharing of the life stories of the seven interlocutors residing in this territory of struggle, that it became possible to understand how peasant women are organized in the productive process, how they face gender inequalities in agroecology and how the dimension education is expressed in the Women's Collective and in other instances of the Movement since its inception. Based on elements of Peasant and Popular Feminism, and contributions from Decolonial Feminism, the analyzes carried out concluded that even in the face of the macho and patriarchal culture permeated in the countryside and in the city, the narratives of the interlocutors produce a social resistance. from the Movement that they build and that build them, from abajo.

Keywords: Peasant women. Agroecology. Work. Gender. MST.

RESÚMEN

Esta investigación objetivó comprender cómo el trabajo de las mujeres campesinas en la Agroecología se articula con la lucha por equidad de género en un Asentamiento de Reforma Agraria localizado en Lapa-PR, el Contestado. Estas mujeres se organizan por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), y dentro de él se reúnen en el Colectivo de Mujeres, que pertenece al Sector de Género del Movimiento. Esta investigación fue hecha a partir del método de Historias de Vida, en una construcción metodológica que incluyó aspectos teóricos decoloniales y marxistas, en el ejercicio de elaborar un análisis de investigación que tomara en cuenta las subjetividades de las mujeres, sus discursos, sus gestos y sus voces, sin dejar de plantear cuestiones sociales más amplias. En ese sentido, fue a partir del compartir las historias de vida de las siete interlocutoras residentes en este territorio de lucha, que se hizo posible comprender cómo las mujeres campesinas se organizan en el proceso productivo, cómo enfrentan las desigualdades de género en la agroecología y de qué modo la dimensión educativa se expresa en el Colectivo de Mujeres y en otras instancias del Movimiento desde su protagonismo. A partir de elementos del Feminismo Campesino y Popular, y de contribuciones del Feminismo Decolonial, los análisis realizados concluyeron que incluso ante la cultura machista y patriarcal permeada en el campo y en la ciudad, las narrativas de las interlocutoras y el modo como se organizan producen una resistencia social desde el Movimiento que ellas construyen y que las construyen, desde abajo.

Palabras-clave: Mujeres campesinas. Agroecología. Trabajo. Género. MST.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 HISTÓRIAS DE VIDA: RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DESDE ABAJO	19
1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS: DESENHANDO PALAVRAS.....	20
1.2 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA: ENCONTROS DE INTERLOCUÇÕES...	27
1.3 OUTRA HISTÓRIA: SUJEITOS DE FALAS, DE NARRATIVAS.....	29
2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NO CAMPO	43
2.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA (AGRI)CULTURA CAMPONESA	44
2.2 A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR	49
2.3 CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO DECOLONIAL	56
3 AGROECOLOGIA E A LUTA DAS MULHERES NO CONTESTADO	65
3.1 A AGROECOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA CONTRA HEGEMÔNICA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	65
3.2 O TRABALHO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA....	72
4 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES ASSENTADAS.....	80
4.1 PROCESSOS EDUCATIVOS DO COLETIVO DE MULHERES NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO	81
4.2 O COLETIVO DE MULHERES E A DIFUSÃO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO

Mil nações moldaram minha cara. / Minha voz, uso para dizer o que se cala.
O meu país é *meu lugar de fala*. (Elza Soares)

O protagonismo histórico das mulheres camponesas na construção das práticas agroecológicas perpassa o fortalecimento e o debate da equidade de gênero, tanto na organização das mulheres de movimentos mistos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quanto as de movimentos autônomos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O enfoque desta pesquisa preza pelas histórias de vida das protagonistas da comunidade de um assentamento de reforma agrária do MST, o Assentamento Contestado. O lugar de enunciação, ou *lugar de fala*, como na canção de Elza Soares, revela parte das histórias de vida de cada uma delas, em narrativas que expuseram suas memórias reconstruídas desde seu território de pertença, suas lutas, seus conflitos e suas (r) existências.

Meu primeiro contato com a comunidade do Assentamento de Reforma Agrária Contestado ocorreu no ano de 2015, quando cursava a graduação em Pedagogia nesta mesma Universidade. Minha experiência em campo começou no âmbito da pesquisa e extensão com os/as estudantes da Escola Básica deste assentamento¹. Nesse projeto, junto com as demais bolsistas, trabalhamos por dois anos realizando oficinas temáticas pedagógicas sobre divisão sexual do trabalho e diversidade de gênero. Foi um período de muito trabalho e aprendizado para mim. Na Iniciação Científica procurei focar no olhar e na trajetória de vida das jovens estudantes no tocante ao enfrentamento das hierarquias de gênero e da divisão sexual do trabalho no cotidiano das famílias camponesas.

No final do ano de 2016 os laços na comunidade se expandiram com a pesquisa de campo do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em parceria com Jéssica Lorena Mainardes da Silva, em que pesquisamos sobre os processos

¹ Participei como voluntária de Iniciação científica (2016-2017) no Projeto “Educação, gênero, cultura e trabalho: um estudo de caso em assentamento de reforma agrária no Paraná” (2014-2018), com financiamento MCTI/CNPQ/MEC/CAPEs, edital nº 22/2014 - Ciências Humanas e Sociais e Sociais Aplicadas, e como bolsista no projeto de extensão “Formação em gênero, trabalho e sexualidade”, ambos sob a coordenação da professora Sônia Fátima Schwendler. Posteriormente, fui bolsista do Projeto Internacional “Gender and Education in rural áreas in Brazil” – Gênero e educação em áreas rurais do Brasil – (2015-2017), co-coordenado pela professora Sônia Schwendler (Universidade Federal do Paraná) em parceria com a professora Else Vieira (Queen Mary University of London), com apoio da Academia Britânica/Fundo Newton.

educativos na ELAA², uma escola de ensino superior que forma tecnólogos em Agroecologia, localizada dentro deste assentamento. Ali conheci estudantes de várias regiões do Estado e de outros países da América Latina, e pude observar de perto (mas ainda timidamente) a estreita e possível relação que foi construída entre a luta das mulheres e a agroecologia.

Ainda em 2016, novos caminhos se abriram para a realização de um estágio em Agroecologia no IALA³ das Mulheres do Campo – Chile, coordenado pela ANAMURI⁴, em meados de 2017, uma escola de agroecologia em nível de educação não formal feita somente de e para mulheres camponesas e indígenas, onde os processos educativos são intencionalmente produzidos na interface gênero/agroecologia. Nesse estágio, pude reunir vivências tanto teóricas quanto práticas da agroecologia junto a mulheres campesinas que pertenciam a diferentes regiões do Chile. Então, este estágio, a participação no projeto de pesquisa e extensão com as temáticas de gênero nas escolas do campo e a pesquisa do TCC me despertaram um interesse em pensar a aproximação da vida das mulheres e dos processos educativos a partir do trabalho na agroecologia. Procurei unir essas experiências e projetá-las em uma nova pesquisa, a do mestrado.

Todas essas andanças e interlocuções fizeram parte de um processo anterior, fruto de uma busca. Uma busca pessoal, sobre ser mulher, tornar-se mulher em uma sociedade patriarcal, onde ainda que forças sociais de resistência emergem para combater coletivamente a opressão contra as minorias o “*fazer-se*” sujeito exige um olhar-se e um assumir-se enquanto protagonista de sua própria história. A superação dos padrões de subalternização engendrados desde à infância me fez buscar encontros mais profundos em território de luta pela terra, uma interlocução que reflete a busca pela minha ancestralidade, meu encantamento pelo campo e a admiração pela garra dessas mulheres que a vida me permitiu conhecer.

² Escola Latinoamericana de Agroecologia, fundada em 2005, recebe camponeses/as e militantes de movimentos sociais do campo da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo/Via Campesina (CLOC/VC) de diversos países da América Latina, formando tecnólogos/as em Agroecologia, reconhecidos pelo Instituto Federal do Paraná.

³ Instituto Agroecológico Latinoamericano de las mujeres del Campo Sembradoras de Esperanzas. É um espaço de educação não-formal exclusivo para a formação de mulheres camponesas e indígenas do Chile, ligadas aos movimentos de base da ANAMURI, que pertence a CLOC/Via Campesina.

⁴ Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indigenas, organização de mulheres do campo, pertencente à CLOC/Via Campesina.

Nesse sentido, vejo importância em dizer também sobre o meu lugar de fala: o de uma mulher em construção, urbana, branca, jovem, *cisgênero*, com os privilégios de uma classe média aderida à meritocracia, mas que busca na diversidade, na diferença e na desigualdade social mediações que possam interpelar e gerar algum movimento de mudança. Considerando esta trajetória, que articula meu interesse pelos estudos de gênero no campo, meus processos pessoais, as disputas políticas e econômicas na agroecologia e meu vínculo com o assentamento, tornou-se possível criar um projeto de pesquisa que articulasse práticas do trabalho agroecológico e relações de gênero em disputa numa sociedade machista, patriarcal e racista.

Para além do lugar de enunciação, o lugar conceitual proposto nesta pesquisa se expressa por meio de categorias basilares, que se configuram na materialidade da pesquisa em questão, tanto pelo viés teórico quanto prático. Em termos teóricos, assumi neste estudo, a teoria decolonial, enquanto um conjunto de conhecimentos produzidos desde o Hemisfério Sul, em que não somente denuncia os processos de colonialidades que se perpetuam mesmo após o fim da colonização, mas sobretudo constituem as epistemologias do Sul. Como fundo teórico também considerei o materialismo histórico dialético presente em muitas leituras marxistas que fiz. Enquanto método de leitura, o materialismo histórico dialético fala de uma compreensão dos processos sociais que leve em conta a dialética dos momentos históricos e a estruturas concretas, no que se refere às questões econômicas e políticas. Ambos os eixos teóricos são intencionalmente articulados por meio de tentativas de pontes de diálogo entre chaves distintas de leitura.

A começar pelas críticas tecidas ao marxismo, por exemplo, por ser esta uma teoria eurocêntrica, produzida essencialmente por um homem branco, ou homens brancos, tendo em vista que Marx produziu em grande parte ao lado de Friedrich Engels, coube neste trabalho apenas apontar possíveis contradições que possam perfazer a elaboração teórica desta pesquisa que buscou aderir parte da teoria colonial com parte da teoria marxista. Ao dizer “parte” reconheço as diversas nuances e espectros teóricos tanto de uma teoria quanto de outra, havendo contradições e fragilidades em ambas.

Reconheço, pois, que partir do materialismo histórico dialético como método de compreensão de processos sociais amplos, estruturais, não me retira a possibilidade de análise empírica por meio de teorias que possam me

instrumentalizar a “traduzir” como definiria Boaventura de Sousa Santos – autor decolonial, europeu, homem branco – as relações sociais vinculados às subjetividades e ao contexto cotidiano das interlocutoras desta pesquisa. Além do mais, as mulheres revolucionárias e que se assumem feministas no MST pautam em grande medida leituras teóricas que evidenciam a luta de classes e a relação do trabalho com questões de gênero, elaborações marxistas. Ainda que feminismo e marxismo sejam assuntos estranhos aos olhos de alguns, são temas que se conectam ao trabalho de campo desta pesquisa.

Ainda que pareça (o que algumas/ns leitoras/es podem mesmo considerar) uma espécie de *fast food* teórico, a intencionalidade desta pesquisa não é de satisfazer aos anseios do desejo acadêmico de produzir debates infundáveis e disputas epistemológicas sobre quem veio primeiro: o ovo ou a galinha? E nessas disputas históricas, a academia se apropriou inúmeras vezes de conhecimentos tradicionais, produzidos por diversas populações indígenas, camponesas, quilombolas e ribeirinhas, negando suas raízes, enquanto elegeu méritos acadêmicos a conhecimentos milenares, silenciando povos. A ideia deste estudo é trazer, a partir das narrativas das interlocutoras, reflexões teóricas reconhecedoras do vasto acervo dos conhecimentos populares, em específico, o das mulheres camponesas, trazendo visibilidade, reconhecimento e valorização às histórias de luta de sujeitos que resistem à miséria do país, essencialmente desigual material e imaterialmente.

Por falar nas interlocutoras desta pesquisa, a partir de um recorte temporal, foi possível perceber que desde a década de 1980, no Brasil, movimentos autônomos de mulheres camponesas⁵ emergiram com força política e conquistaram direitos básicos como a Licença Maternidade e o direito a ter o lote no seu nome. Uma conquista de destaque nesta pesquisa foi o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, antes marcado pela invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas (ESMERALDO, 2013). As mulheres organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) compunham parte desses movimentos autônomos, mas muitas delas se organizaram internamente ao movimento misto⁶, protagonizando um espaço conquistado infrapoliticamente pela coletividade.

⁵ Ou seja, que se organizaram independente de outros movimentos sociais.

⁶ Movimentos sociais mistos são compostos por sujeitos de diversos gêneros.

O reconhecimento das trabalhadoras do campo como agricultoras está vinculado ao caráter político da luta das mulheres camponesas, atravessada fortemente pelo enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do campo, o agronegócio. O enfrentamento a este projeto, bem como a afirmação de uma agricultura camponesa baseada na agroecologia, é visto na defesa que elas assumem na produção de alimentos saudáveis na construção da Soberania Alimentar. Em uma compreensão política de Soberania Alimentar, há uma estreita relação com a soberania dos povos diante de uma multidimensionalidade de disputas territoriais materiais e imateriais, a partir da afirmação popular de que alimento não é mercadoria. Por outro lado, o modelo do agronegócio se pauta na monocultura do milho, da soja, do eucalipto etc. (SILVA; AMARAL, 2017).

Para além de seus movimentos sociais, estas mulheres se organizaram em 1995, por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras do Campo (ANMTR), o que contribuiu para articular a luta contra o agronegócio, com a luta contra as desigualdades de gênero e todas as formas de violência à mulher: Em 2000, a ANMTR organizou uma grande manifestação em Brasília, em que cerca de três mil mulheres camponesas decidiram fazer do dia 08 de março, o dia de luta contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio: “Entendem que, para além do estudo, as mulheres precisam se capacitar na ação, denunciar e enfrentar o modelo de agricultura empresarial” (SCHWENDLER, 2015, p. 167).

As mulheres camponesas de diversos movimentos sociais, organizadas como Via Campesina/Brasil,⁷ se expressam a partir de um caráter político próprio, construído coletivamente, nas diversas manifestações do Dia Internacional das Mulheres, que tem como marco, a ocupação da Aracruz Celulose, no dia 08 de março de 2006. Os registros desta e de jornadas de luta subsequentes revelam as demandas dessas mulheres no conjunto de pautas mais gerais da sociedade. Uma das marcas peculiares dessa coletividade camponesa está em assumir uma luta de classe como totalidade, envolvendo a questão da reforma agrária, da agricultura

⁷ O MST se articula pela Via Campesina/Brasil, que se dimensiona em nível latino-americano por meio da Coordenadora Latino Americana de Organizações de Campo – CLOC, e em nível internacional na Via Campesina como um todo. Dentre as 182 organizações camponesas distribuídas por 81 países que compõe a Via Campesina encontra-se o MST, assim como o MMC. A rede nacional na qual as mulheres do MST participam, pelo Setor de Gênero, se articula com outros movimentos sociais do campo, vinculados ou não com a luta pela terra.

camponesa articulado à demandas históricas do movimento feminista. O aprendizado organizativo e político das mulheres que participam da Via Campesina, e mais especificamente do MST, se produziu fortemente em função do seu protagonismo nos processos de luta pela terra e pela igualdade de gênero (SCHWENDLER, 2015).

Esta pesquisa se situa nos debates do protagonismo histórico das mulheres camponesas no território de disputa do desenvolvimento da agroecologia no campo, a partir das categorias analíticas do trabalho como princípio educativo (CIAVATTA; FRIGOTTO, 2012), da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero a partir das construções do feminismo camponês e popular (SCHWENDLER, 2017, VIA CAMPESINA, 2018), desde algumas contribuições do feminismo decolonial (LUGONES, 2014) e de alguns debates de gênero em leituras de Saffioti.

O feminismo que se pretende nomear nessa pesquisa se fundamenta nas teorias decoloniais para suas leituras de gênero e estratégias de luta frente à cultura machista, que difere da tradição teórica sobre feminismo, que coloca padrões europeus globalizados como referência epistemológica (BARD WIGDOR; ARTAZO, 2017; LUGONES, 2008; SCHWENDLER, 2017). Em uma reconstrução das bases da origem da colonização, denuncia os “vestígios coloniais” das sociedades latinoamericanas, ou seja, as colonialidades internalizadas nas relações sociais e nos sujeitos. Os feminismos decoloniais desconstróem a estrutura colonial, marcada pelo patriarcado, pelo racismo e pelas relações de mercado, a fim de construir pensamentos que reconheçam a diversidade de histórias e conhecimentos latinoamericanos (BARD WIGDOR; ARTAZO, 2017, LUGONES, 2008).

As mulheres camponesas historicamente se destacaram no trabalho da agricultura, bem como nas lutas sociais pela terra. Entretanto, o conservadorismo patriarcal no campo (e na cidade) impediu que o valor do trabalho dessas mulheres, enquanto sujeitos políticos, sociais e produtivos, fosse reconhecido. Pensar o trabalho como princípio educativo nesse contexto passa pela noção de que a função do trabalho pode ir além do produto final. Sua finalidade é ampliada, e com isto, torna-se possível refletir sobre a atividade humana de transformação da natureza dentro das relações sociais, e de aspectos materiais e simbólicos em que as desigualdades são produzidas pelas diferenças e hierarquias de raça, classe e gênero. Para efeitos do recorte desta pesquisa, as análises focaram os desdobramentos da divisão sexual do trabalho camponês, marcada pela cultura

patriarcal presente no campo e os processos educativos entre as mulheres camponesas a partir da agroecologia.

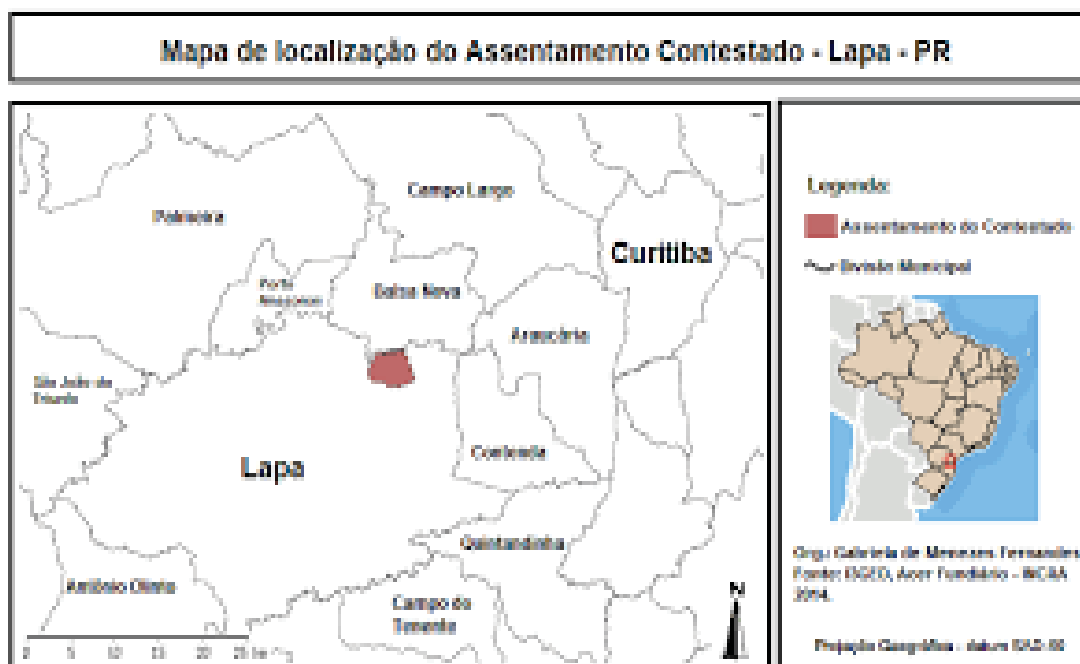
Para incluir o debate agroecológico no bojo desta análise, leva-se em consideração também o processo de alienação do trabalho, elaborado teoricamente pelo marxismo, que mostra como a alienação retira a possibilidade criativa e reflexiva de qualquer ação humana (CIAVATTA; FRIGOTTO, 2012). O trabalho tradicionalmente realizado na agricultura camponesa, que está na raiz da agroecologia, e o trabalho na agricultura convencional do modelo do agronegócio se diferenciam na dimensão da alienação, porque a agroecologia na sua essência se faz a partir do protagonismo das/os agricultoras/es (SILIPRANDI, 2015), em contrapartida ao agronegócio, que submete o campesinato a um pacote tecnológico, que nega e fragmenta o conhecimento tradicional, tornando-o dependente de uma lógica de produção da monocultura, rumo a destruição da diversidade dos povos do campo e do meio ambiente.

Neste sentido, compreender o território⁸ onde essas mulheres (re)produzem suas (r)existências e ontologias é crucial: o Assentamento de Reforma Agrária Contestado, localizado na Lapa, região metropolitana de Curitiba/PR, a 70 km da capital. O nome do Assentamento faz referência à Guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX, um dos conflitos mais resistentes (que teve também o protagonismo de mulheres, embora invisibilizado), mas também mais sangrentos do país, em que milhares de camponeses foram exterminados a serviço da ascensão do capital industrial. O acampamento, fruto da ocupação ocorrida em 07 de fevereiro de 1999, foi feito por famílias Sem Terra vindas de diversas regiões do Estado, e permaneceu por apenas um ano, com a conquista do assentamento que gerou 108 lotes de famílias Sem Terra, oficializados via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Atualmente, vivem aproximadamente 153 famílias nos 108 lotes⁹.

⁸ Território enquanto espaço de vida comunitária (FERNANDES, 2009).

⁹ Segundo fonte oral na entrevista cedida por Rosa em 1º de junho de 2018.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO CONTESTADO



FONTE: Gabriela de Menezes Fernandes (2014)

Este assentamento foi criado em um período histórico do MST de reflexão sobre qual projeto de desenvolvimento de campo era necessário para contrapor ao projeto hegemônico vigente. Em 2000, o Movimento avançou no debate contra o agronegócio, uma construção coletiva levantada no 4º Congresso do MST, cujo lema foi *“Por um Brasil sem latifúndio”* (MST, 2018). O projeto político do Assentamento Contestado esteve, portanto, imerso nessa efervescência e, além disso, a intencionalidade do projeto foi atravessada por avançar em conquistar direitos que servissem para a permanência do campesinato no campo. Há quatro pontos do regimento interno das famílias do Assentamento Contestado que merecem destaque: 1) organização em núcleos de base¹⁰ – o que ocorria desde o acampamento; 2) proibições acordadas, como não caçar animal silvestre e não derrubar árvores nativas; 3) a construção de uma proposta agroecológica como forma de produção; e por fim, 4) a iniciativa de se ampliar o direito à educação *do e no* campo¹¹.

¹⁰ O MST se organiza em núcleos de base, grupos constituídos por famílias.

¹¹ Segundo fonte oral na entrevista cedida por um assentado residente no Contestado em 1º de junho de 2018.

No início do assentamento, havia turmas de educação de jovens e adultos (EJA) e turmas para atender os anos iniciais do ensino fundamental. O direito à escolarização neste assentamento é uma luta movimentada desde sua formação. O trabalho com as cirandas infantis, espaço de cuidado com as crianças pequenas enquanto algumas mães necessitam ir a reuniões ou realizar tarefas do Movimento, e o trabalho do ensino primário realizado nas escolas itinerantes foram protagonizados pelas mulheres camponesas desde à ocupação na comunidade do Contestado.

Atualmente há oferta da educação infantil ao ensino superior: o funcionamento da Escola Municipal do Campo Contestado (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), do Colégio Estadual do Campo Contestado (anos finais do ensino fundamental e ensino médio), da Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA) e da Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO). Toda essa estrutura revela as conquistas de um esforço das famílias em diversos momentos de reivindicação ao município da Lapa.

FIGURA 2 – PLACA DE HOMENAGEM NO ASSENTAMENTO CONTESTADO



FONTE: Site Sindipetro PR/SC (2018)

O Assentamento Contestado não é todo agroecológico, porque muitas famílias encontraram dificuldades em aderir à agroecologia. Havia um pensamento cotidiano de que quem produzisse desta forma, passaria fome. Somente depois da

produção e do trabalho de algumas poucas famílias, em torno de 14 das 108¹², comecem a gerar rentabilidade, outras aderiram, compondo hoje um grupo de cerca de 65 famílias que são agroecológicas. Ainda que muitas continuem a trabalhar com as práticas convencionais¹³, o Contestado é referência em agroecologia, por sua definição política, sua organização, suas mediações com pesquisas acadêmicas e pelo comprometimento daqueles/as que a assumem enquanto projeto de vida, além de comportar uma Escola de Formação de Tecnólogo em nível de ensino superior, a já mencionada anteriormente ELAA.

Além dos núcleos de base, dez no total, existem no Assentamento os núcleos de certificação agroecológica, que operam pela certificação participativa¹⁴. Outra forma em que se estrutura o Movimento são os Setores organizativos (saúde, cultura, educação, produção, juventude, gênero etc.). O Coletivo de Gênero foi criado em 1996, em nível nacional, que se tornando o Setor de Gênero, em 2000, sendo dividido em três instâncias: regional, estadual e nacional. No Paraná, o Setor de Gênero é vinculado ao Setor de Saúde, como forma de fortalecer e integrar pautas comuns, como questões sobre corporeidades e identidades. No Contestado, as atividades do Setor de Gênero se realizam pelo Coletivo de Mulheres, que fomenta a promoção da igualdade de gênero na comunidade, na busca por levar as questões de gênero e de organização das mulheres para outros Setores. Desde a ocupação, as mulheres se organizam no Coletivo. Esse foi o espaço de observação e análise para pensar nos processos educativos entre as mulheres a partir da agroecologia.

Como dito anteriormente, a opção quanto à matriz produtiva debatida no projeto de assentamento foi a agroecologia. Entretanto, resistir à cultura e à sedução do adubo químico e do agrotóxico não foi e não é tarefa fácil, como relataram as mulheres entrevistadas, quando se referiam às famílias que utilizam esses produtos comercializados. A esta matriz produtiva chama-se convencional, porque se convencionou utilizar desses insumos externos para a agricultura desde a época da Revolução Verde. Este período histórico é compreendido no Brasil a partir da década de 1970, em que uma série de políticas públicas e acordos empresariais

¹² Segundo fonte oral na entrevista cedida por Dália em 28/09/18.

¹³ Alguns lotes são mistos, ou seja, possuem tanto produção agroecológica quanto convencional.

¹⁴ A certificação participativa funciona pela fiscalização interna mensal, em que cada família do grupo vistoria umas às outras, e pela fiscalização externa anual, realizada por outros agricultores formados por órgãos externos com essa finalidade.

entre o governo e indústrias de produtos agrícolas conjugaram um movimento de “modernização do campo”, inserindo, além de insumos químicos e transgênicos, diversos maquinários na produção agrícola, impactando a vida no campo, principalmente, a vida das mulheres (ESMERALDO, 2013).

Atualmente a expressão da matriz convencional é o agronegócio. O debate agroecológico se fundamentou no Assentamento para além do tema produtivo, e alcançou um caráter político, contra hegemônico (MORAES, 2010) ao Agronegócio, este que vem se consolidando enquanto prática agrícola, política e econômica hegemônica no país inteiro, propagado ideologicamente pela grande mídia, como a Rede Globo, na frase de efeito “*O Agro é Pop*”. Diferente da intenção comercial do Agronegócio em produzir mercadorias, a concepção produtiva na Agroecologia debatida e defendida no interior dos movimentos sociais do campo é de que ela produza alimentos, em sua diversidade de culturas e sabores, com respeito aos conhecimentos tradicionais dos povos do campo, ao meio ambiente e aos diversos outros povos que vivem do trabalho da terra, como os quilombolas e ribeirinhas.

Enquanto definição política, o MST prospectou a agroecologia como sua prática produtiva no IV Congresso, em 2000, encontro em que também foi pautada a igualdade de gênero como definição para as instâncias do Movimento. No que se refere à agroecologia, ainda que muitas famílias já plantassem de forma agroecológica, ou seja, não utilizassem produtos químicos, agrotóxicos ou fertilizantes comerciais, havia outras famílias que plantavam de acordo com práticas oriundas da Revolução Verde. Nesse sentido, leia-se que a implementação de uma cultura agroecológica dependia não somente de uma definição do Movimento, mas de formação na base das famílias. No Estado do Paraná, uma das iniciativas foi a construção de escolas, como a ELAA, localizada no Assentamento Contestado.

Tanto no âmbito do Movimento quanto em quaisquer organizações ou instituições sociais, existe uma distância entre uma definição política e a concretização de práticas interpessoais sobre alguma questão que tal definição afirme. No âmbito desta pesquisa, essas questões passam pelas questões de gênero e pela construção da agroecologia. Consegui compreender com as histórias de vida das mulheres camponesas interlocutoras desta pesquisa, ou seja, dentro do que esta pesquisa se propôs a buscar, que a relação das problemáticas de gênero e as práticas agroecológicas estão muito próximas no sentido de construções coletivas

de culturas sociais que combatam a opressão das mulheres e que resguardec e resgatem práticas agroecológicas coletivamente.

Esta pesquisa não pretendeu entrar nos debates sobre todas as contradições presente no Movimento, no que se refere, por exemplo, à questão de que muitas famílias do MST possuem produção de monocultura em seus lotes. Explicita-se, portanto, sobre quais mulheres foram escolhidas para se realizar o trabalho de campo, parte essencial desta pesquisa. Nas visitas ao Assentamento Contestado, foi perceptível a variedade de alimentos cultivados pelas sete interlocutoras, entre hortaliças, leguminosas, raízes, árvores frutíferas e produção de morango agroecológico, este realizado somente por Maravilha, nome fictício de uma das interlocutoras, no Assentamento como um todo. Considerando este ponto de partida, a questão de pesquisa foi a seguinte: como o trabalho das mulheres camponesas na Agroecologia se articula com a luta por equidade de gênero no Assentamento Contestado? A partir desta pergunta, procurei examinar a função do trabalho das mulheres camponesas do Assentamento Contestado no processo de luta por equidade de gênero neste território, considerando os processos educativos neste contexto. Esta pesquisa buscou alcançar evidências que respondam a esse questionamento a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Compreender como as mulheres camponesas que trabalham com agroecologia organizam/participam do ciclo produtivo, compreendo-o como um processo amplo que envolve a produção em si, o beneficiamento, certificação e a comercialização.
- Desvelar as desigualdades de gênero no processo de produção agroecológica no Assentamento.
- Compreender a importância e a dimensão educativa da organização das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero no Assentamento e na difusão de práticas agroecológicas.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo foram fundamentais. A escuta, a memória, e a análise a partir das histórias de vida de sete mulheres do Assentamento Contestado se constituíram documentos essenciais nesta pesquisa. As sete interlocutoras foram nomeadas por nomes fictícios de modo a resguardar suas identidades. Cada nome foi escolhido por elas

mesmas¹⁵, a partir da minha proposta de que fosse algum substantivo ligado à natureza ou à agroecologia, de modo que elas se identificassem e que as identificasse no texto.

Os encontros com Rosa, Melissa, Maravilha, Baobá, Hortência, Dália e Alecrim¹⁶ me permitiram buscar reflexões sobre as vivências destas mulheres com a agroecologia, a relação que fazem com o trabalho e o contexto das suas vidas dentro da luta pela terra. As entrevistas e as aproximações prévias para a realização da pesquisa de campo foram feitas por meio de um trabalho coletivo, vinculado às atividades do grupo de pesquisa e extensão da professora Sônia Schwendler, orientadora desta dissertação, como mencionado anteriormente. É importante ressaltar que não houve um momento sozinho de diálogo individual entre mim e as interlocutoras, pois as entrevistas foram feitas concomitantemente à produção do vídeo daquele projeto, uma dinâmica de entrevista que possui limites e ganhos, como em toda pesquisa.

Ressaltando a opção pela teoria decolonial, a escolha, em parceria com a orientação, foi de elaborar uma escrita a partir das vivências do trabalho de campo durante todos os capítulos, ou seja, que as histórias de vida das interlocutoras atravessassem toda a pesquisa. Ainda que não tenha sido uma tarefa simples de se cumprir, o exercício de trazer falas e reflexões produzidas pelas interlocutoras da pesquisa foi exaustivamente realizado em idas e vindas aos materiais escritos e gravados. Nessa perspectiva, procurei trazer no primeiro capítulo elaborações sobre as opções teórico-metodológicas, apresentando essas pessoas que chamo de interlocutoras da pesquisa, as sete mulheres camponesas que expressaram suas visões de mundo, suas reflexões diversas sobre trabalho e sobre relações humanas em tardes de muito diálogo. No primeiro capítulo, então, além da metodologia, a ideia foi atravessar as falas destas mulheres e buscar captar experiências que marcaram suas histórias de vida, registradas em suas memórias, apresentando-as. No segundo capítulo o trajeto teórico buscou trazer o feminismo camponês e popular como um conceito em construção na Via Campesina e em diversos

¹⁵ Exceto “Baobá”, que eu mesma escolhi por identificar a interlocutora com sua narrativa, que em um momento dizia que ela valoriza a natureza e fazia agroecologia, porque (além de outras questões) ela gosta de ter a sombra de uma árvore para poder descansar. Como eu solicitei os nomes fictícios depois da entrevista, infelizmente depois de muito insistir, não consegui me comunicar com ela.

¹⁶ A ideia de colocar nomes fictícios vinculados a substantivos presentes da natureza foi de Alecrim, no momento em que almoçávamos no refeitório da ELAA no intervalo de uma entrevista a outra.

movimentos sociais camponeses que a compõem, agregando reflexões do feminismo decolonial como apoio teórico para compreender as ontologias do feminismo expresso pelas mulheres camponesas e agroecológicas desta pesquisa, ainda que nem todas expressassem o feminismo enquanto viés teórico explícito. O feminismo camponês e popular construído por muitas mulheres camponesas tanto do MST quanto de outros movimentos sociais do campo está em processo de elaboração. Como toda produção coletiva, há um tempo para que sua definição consolide seus fundamentos. Ainda que haja produção teórica sobre ele, considera-se recente tal elaboração. Procurei compreendê-lo como uma possível expressão do feminismo decolonial, desde uma concepção materialista e dialética da realidade. Na interface com o movimento contra hegemônico agroecológico, articula-se a questão da divisão sexual do trabalho, considerando as transformações provocadas pela Revolução Verde afetando o valor do trabalho das mulheres. Mais uma vez reitero a opção por trabalhar com os materiais produzidos nas narrativas das interlocutoras, valorizando as proposições ligadas à subjetividade, sem perder de vista pontos relevantes de análises amplas da sociedade.

Para o terceiro capítulo o foco foi a relação da agroecologia e o trabalho das mulheres. O trabalho realizado no campo é essencialmente o trabalho agrícola, que mais especificamente para o interesse desta pesquisa é o agroecológico. Nesse sentido, o terceiro capítulo procurou trazer os princípios e as bases materiais que constituem a Agroecologia enquanto conhecimentos tradicionais sistematizados, demarcando sua origem desde as práticas camponesas mais remotas às reelaborações atuais enquanto ciência. Problematisa-se a diferenciada incorporação de práticas agroecológicas feitas pelo mercado e pelos movimentos contra hegemônicos de diversas organizações sociais, como o MST, considerando a práxis educativa tencionada pelas contradições da realidade.

O caráter classista se insere no debate, na medida em que enfatiza a luta pela terra e pela reforma agrária na interface com as práticas agroecológicas, recorte desta pesquisa. Na mesma lógica de pensamento do primeiro capítulo, compreende-se a marcação de uma direção de escala local e global, desde às experiências latino-americanas expressas por meio das histórias de vida das sete interlocutoras. Então, a partir do contexto da memória de constituição do Assentamento Contestado, em que o debate agroecológico se travou desde o início,

demarca-se o trabalho destas mulheres camponesas que vivenciam a Agroecologia na relação com a promoção da igualdade de gênero.

Por fim, no quarto pretendi compreender como o Coletivo de Mulheres funciona como um espaço educativo entre as mulheres que o compõem e de que maneira essa organização poderia gerar enfrentamentos sobre as desigualdades de gênero e a importância dele para a difusão de práticas agroecológicas. Os elementos das entrevistas e os meus encontros com as sete interlocutoras foram evidenciados novamente neste capítulo, em uma busca por responder ao objetivo geral desta pesquisa, a fim de captar um processo social, qual seja: investigar a função do trabalho das mulheres camponesas do Assentamento Contestado no processo de luta por equidade de gênero em território de luta pela terra.

1 HISTÓRIAS DE VIDA: RECONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DESDE ABAJO

O projeto de extensão e pesquisa com o qual me inseri constituiu o contexto do trabalho de campo desta pesquisa¹⁷. A elaboração de documentos escritos a partir dos áudios compõe a metodologia de histórias de vida, método utilizado tanto nas pesquisas do projeto quanto nesta. Três aspectos relevantes desta metodologia se fundamentam na compreensão de que: as análises dos processos sociais não focalizam somente os indivíduos; a reconstrução das histórias ocorre por meio da totalidade das narrativas individuais e coletivas; e a interpretação das experiências são baseadas em leituras interdisciplinares (SCHWENDLER, 1995).

A especificidade e a interface que pretendi nesta pesquisa estão na ideia de relacionar o método da história de vida com a teoria decolonial, no diálogo com o método materialista histórico dialético. Pode parecer um conteúdo muito vasto para um trabalho de curto tempo, e de fato o é, mas a pretensão deste capítulo não é de tomar as três teorias isoladamente de modo aprofundado. A ideia é de mesclar chaves de leituras advindas destas fontes teóricas partindo do trabalho de campo e do conteúdo elaborado nas interlocuções com as mulheres camponesas do MST, ou seja, desde *abajo*.

Elas vivem um cotidiano de lutas atravessado pela coletividade. Todas elas estão vinculadas a um Setor do Movimento, dentre eles estão o Setor de saúde e gênero, de educação e de produção. Suas histórias de vidas marcam ontologias de sujeitos sociais em que as noções de público e privado se integram mutuamente e a política entendida enquanto relações sociais de poder assume um aspecto intrínseco nas dinâmicas das suas formas de (r) existência. Tendo essa perspectiva, este capítulo buscou traçar teoricamente as opções metodológicas realizadas para acessar as narrativas a partir de interlocuções que permitissem a essas mulheres contarem suas trajetórias de modo a articular suas vidas cotidianas e suas lutas coletivas.

¹⁷ As idas ao Assentamento, as perguntas e os “pluri-álogos” foram vivenciados coletivamente. As transcrições dos áudios feitos em grande parte pelas estudantes vinculadas ao projeto, Halyne Czmola, Elisa Cordeiro e Sara Reis. Todos os documentos transcritos das mulheres protagonistas desta pesquisa foram relidos e revisados, em uma escuta atenta da experiência de interlocução vivida. Além das bolsistas do projeto, a professora Maria de Los Angeles Arias Guevara, as estudantes de pós-graduações distintas Regiane, Larissa Moraes e Cristiane também participaram de vários encontros e entrevistas. Foram momentos de muitas interlocuções e debates levantados por diferentes emissoras.

1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS: DESENHANDO PALAVRAS

Reitero, portanto, que os dados foram coletados por meio de observação em espaços coletivos e entrevistas individuais realizadas por diversos profissionais da educação, entre professoras e pesquisadoras, tiveram vinculados aos Projetos de Pesquisa “Educação, gênero, cultura e trabalho: um estudo de caso em Assentamento de reforma agrária no Paraná” e Extensão “Formação em gênero, trabalho e sexualidade”, dos quais participo desde 2015, coordenados pela professora Sônia Schwendler. Um dos elementos que compõem os projetos acima citados é a construção e produção de um documentário sobre o cotidiano das mulheres do Assentamento Contestado, com o enfoque nas questões de gênero e agroecologia.

Para o documentário¹⁸, a partir de diálogo com o Coletivo de Mulheres, foram selecionados um número elevado de participantes para serem entrevistados a partir do critério da diversificação da amostra. Foram consideradas as diferenças geracionais, de gênero, étnico/racial, de escolaridade, a forma de produção agroecológica ou convencional, a inserção na luta social, envolvendo tempo de participação e espaços diferenciados, como nos Setores de educação, saúde, produção, gênero, cultura, juventude. As entrevistas foram realizadas dentro da metodologia da história oral, em específico, da história de vida, com ênfase em temáticas específicas, a partir do exercício de pinçar alguns elementos das narrativas relacionados com o interesse desta pesquisa.

Considerando a aproximação prévia em outras atividades de pesquisas anteriores (como a realização já mencionada do trabalho de conclusão de curso e a participação no projeto de pesquisa no Assentamento), foi possível compreender as histórias de vidas das interlocutoras e nesta intencionalidade investigativa, focar na perspectiva de analisar a organização delas com o trabalho agroecológico. Das 20 participantes do documentário, escolhi sete mulheres que estivessem dentro dos critérios de seleção para os objetivos desta pesquisa.

O primeiro critério que conformou o motivo da escolha das sete mulheres camponesas que elegi, em diálogo com a orientadora desta pesquisa, foi a necessidade de serem sujeitos que atuam somente na agroecologia. Houve uma indagação inicial de que seria possível optar por convidar pessoas que produzissem

¹⁸ Coordenado também pela professora Sônia Fátima Schwendler.

a agroecologia em seus cotidianos e outras que produzissem de modo convencional, ou ainda misto, ou seja, que fazem agroecologia em suas hortas, mas não a utiliza para a produção comercial. Digo “pessoas”, porque também pensamos na possibilidade de serem homens e mulheres. Mas, como o foco inicial desde o projeto do mestrado era trabalhar com o protagonismo do trabalho das mulheres na agroecologia, concluímos que seria melhor, considerando também o tempo de dois anos da pesquisa, o que não considero um tempo muito grande, trabalhar somente com mulheres camponesas e somente com as que estão vinculadas à agroecologia em seus cotidianos, seja de forma laboral ou educacional.

Então fomos buscar quais nomes poderíamos levantar para então convidar para a interlocução nesta pesquisa. Considerando que o documentário (produzido posteriormente à minha inserção no programa de pós-graduação) reunia muitas mulheres que produziam com a agroecologia¹⁹, pensei em começar a pensar a partir delas. Minha participação no projeto de extensão, e mais especificamente na produção do documentário, permitiu um movimento de aproximação ao contexto de vida das interlocutoras da pesquisa e a elas mesmas. Desde agosto de 2017 participei de encontros das mulheres, em duas reuniões do Coletivo de Mulheres, nos meses de agosto e novembro, em uma oficina de bonecas no mês de dezembro, e uma reunião mista de certificação do grupo Chê²⁰ em agosto de 2018. As pautas das reuniões com o Coletivo de Mulheres envolviam assuntos do cotidiano da organização do movimento, a XVI Jornada de Agroecologia, que ocorreu em Setembro de 2017, da qual participei integralmente, assim como a produção coletiva do referido documentário.

Essa trajetória formativa enquanto estudante-pesquisadora fala também sobre a importância de se fazer trabalho de campo e da articulação por meio de um coletivo, que nesse caso é o grupo de pesquisa e extensão da professora Sônia Schwendler. O contexto observado em diversas situações distintas e as experiências vivenciadas durante quatro anos permitiram formar compreensões sobre o modo de organização de vida das famílias que vivem no Contestado, e as redes de diálogos que elas fazem com diversos setores da sociedade. Isso me preparou para aguçar a

¹⁹ O documentário reuniu também jovens camponesas, estudantes da Escola do Campo e da ELAA, além de homens camponeses que são parceiros na construção da agroecologia junto a algumas mulheres do Assentamento.

²⁰ O grupo agroecológico Che compõe um dos grupos familiares que faz parte do núcleo agroecológico Maria Rosa da Anunciação. No total são em torno de 11 grupos agroecológicos.

minha escuta e para basilar as análises de leituras das narrativas das protagonistas desta pesquisa.

Nesse sentido, este capítulo buscou elucidar a elaboração das ferramentas teóricas que permitiu me preparar para a ida a campo e para ouvir mulheres que narraram suas histórias de vida. A história oral enquanto método de pesquisa opera procedimentos de entrevistas para acessar a memória histórica de um processo social por meio dos sujeitos de um grupo específico, que neste caso são de mulheres camponesas. Apesar de ter sido um método desenvolvido no campo da História, não é exclusivo dela, e pode compor metodologicamente trabalhos interdisciplinares, como este, que ainda que seja em Educação, utiliza chaves de leituras da área da Sociologia e da História. A escolha por esse método se deve à possibilidade que ele permite em fazer com que os sujeitos da pesquisa sejam coprodutores dela, uma vez suas palavras compõem o conjunto de análises sobre determinada a temática da pesquisa.

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, 2002, p.22)

A história de vida enquanto técnica do método biográfico se propõe a reconstruir a partir da oralidade experiências humanas vivenciadas coletivamente. Apoiado nas teorias epistemológicas de Gaston Bachelard, que se contrapõe à ciência positivista, Marre (1991) conceitua este método de modo a elaborar a relação entre o/a pesquisador/a e os/as interlocutores/as. Essa relação pode se construir em entrevistas abertas, em autobiografias escritas, ou em relatos orais diversos, como testemunhos, e possui uma continuidade, na organização e análise desse material relatado, a partir da comunicação empírica, considerando as rupturas produzidas pela memória histórica e nos processos sociais. Essa continuidade se vincula às categorias de sociedade, grupo e indivíduo elencadas para auxiliar a compreensão dos elementos da oralidade e transformá-la em documento.

As primeiras aplicações desse método datam da década de 1920/30, principalmente na Escola de Chicago (EUA), embora tenha sido bastante rechaçada pelo pensamento positivista efervescente da época, o que fez com que a história de vida se limitasse enquanto técnica, como se o material oral falasse por si por observação, de forma individualista e não no diálogo. A partir dos anos 1970, sua

utilização se amplia para a diversidade de modos de reconstrução de experiência humana, a partir de uma busca pela subjetividade, mas expressa pelas vozes dos sujeitos da experiência, em uma transformação de cunho epistemológico, uma vez que Bachelard (1988) afirmava sobre o caráter filosófico e intencional das produções científicas. Enquanto método, a história de vida se ancora em uma corrente epistemológica que expõe a interferência do/a pesquisador/a no processo de pesquisa, de modo que a compreensão do material oral passa por escolhas teórico-metodológicas do sujeito pesquisador, o que eu expresso nesta pesquisa como o meu lugar de fala, os lugares conceituais optados e por um contexto histórico sociocultural de um coletivo, o Contestado, já que sem ele o trabalho seria totalmente diferente.

No método biográfico da história oral, pretende-se articular as diversas histórias de vida de um grupo social reconstruindo suas trajetórias vividas em determinado tempo e espaço históricos, que para efeitos desta pesquisa se referem às narrativas das sete protagonistas, mulheres que defendem a agroecologia na comunidade Contestado e em diversas instâncias dos movimentos sociais camponeses. A partir do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; HIRATA, 2014; POCAHY, 2011), que se ampara na complexidade dos processos sociais analisados, a partir das histórias de vida das protagonistas desta pesquisa, em suas narrativas sobre a relação que estabelecem com classe e gênero, busquei trabalhar com as três principais gerações – jovem; meia idade e idosa –, com distintas origens étnico/raciais²¹, diferentes níveis de escolarização, mulheres certificadas e não certificadas (no sentido de que algumas trabalham com agroecologia no âmbito educacional e não como atividade laboral).

Algumas entrevistas do documentário mencionado anteriormente que não compuseram as narrativas das sete protagonistas da pesquisa também foram usadas para fins de conhecimento do território, sem que as falas fossem reproduzidas neste trabalho. O contexto da comunidade Contestado, as narrativas de alguns homens parceiros das mulheres na luta pela construção e debate da agroecologia no Assentamento, as atividades que cercaram o Coletivo de Mulheres, todas essas observações foram importantes para compor o modo de leitura sobre as

²¹ Embora a questão étnico-racial não componha o recorte desta pesquisa, o percurso biográfico dessas mulheres podem oferecer pistas de suas ascendências e condições sociais de classe.

histórias de vida das interlocutoras desta pesquisa. Mostrou-me a força do coletivo, este enquanto reunião de pessoas com objetivos comuns, neste Assentamento e na organização das mulheres, que se relaciona com o movimento de trocas culturais muito valorizadas neste processo educativo de construção coletiva.

Na verdade, dentro do Movimento tem uma necessidade de aprender, fazendo intercâmbio. Intercâmbio é uma troca de conhecimento e de prática com outros grupos. Isso é muito rico, e dentro dessas trocas de conhecimento, e também dos cursos, e as jornadas de agroecologia, é... aprende muito não só a troca de conhecimento, mas também a troca de como preparar as coisas como, por exemplo, os adubo, os biofertilizante, os repelente e como fazer essa integração na lavoura, não só plantar feijão e arroz, mas como plantar cházinho também misturado (...) (Melissa, em entrevista cedida em 02/12/17).

Esse intercâmbio de conhecimentos variados a que se referiu Melissa atravessa as dinâmicas do MST e penetra na organização específica das mulheres camponesas. Pretendi, então, captar no trabalho de campo, a partir da relação com as interlocutoras da pesquisa, formas de expressões que serviram de dados para analisar e registrar o modo como as mulheres camponesas desta pesquisa qualitativa produzem suas (r) existências e ontologias, se (in) formam e trocam entre si e com a comunidade os conhecimentos e as práticas agroecológicas. Os intercâmbios culturais no próprio interior do Assentamento, entre as famílias, pelos grupos agroecológicos, e entre outras regiões do Estado, do país e de outros países, são essenciais para a construção da agroecologia e para a luta das mulheres camponesas. Intercâmbios culturais são traços educativos que fortalecem a subjetividade de cada uma delas, formando uma rede de coletividade que atua nas entranhas do sistema colonial capitalista.

Realizar as entrevistas para este trabalho e para as atividades do projeto concomitantemente foi uma opção feita em conjunto com a professora orientadora, de modo a não ter que demandar duas vezes o tempo das mulheres para assuntos comuns. Ainda que mediadas em primeira instância pela professora Sônia, sendo a coordenadora do projeto, as entrevistas para o documentário contaram com intervenções coletivas, como as feitas para esta pesquisa, com autorização prévia das participantes. Um aspecto importante apontado diversas vezes por elas foi a dificuldade de reuni-las nos encontros do Coletivo, uma vez que a coordenação do Assentamento estava sendo reestruturada no final de 2017, quando começaram os encontros para a construção do projeto do vídeo, e diversas outras reuniões e atividades estavam sendo feitas frequentemente naquele período. Reconhecendo os

limites do curto espaço de tempo do mestrado e a dificuldade de consonância com a agenda da comunidade, é importante ressaltar que esta pesquisa intenciona contribuir teoricamente a partir de fragmentos da realidade por meio das vivências das protagonistas desta pesquisa, sem desconsiderar a complexidade da totalidade, que é muito mais ampla.

Sendo o método de aplicação das entrevistas baseado nas concepções da História Oral, e mais especificamente das Histórias de Vida, como apontado acima, há que se mostrar que as análises também se valeram teoricamente do método materialista histórico dialético (TRIVINÕS, 1987; THOMPSON, 2002). As análises dos momentos da pesquisa de campo, feitas com base no método do materialismo histórico dialético, pretenderam afirmar evidências da realidade concreta de como esse grupo de mulheres camponesas agroecológicas do Assentamento Contestado se organizam no combate às desigualdades de gênero, tanto no espaço misto, composto por pessoas de distintos gêneros²², quanto em espaço exclusivamente feito de mulheres *cis*gênero, além de buscar reconstruir a memória delas enquanto seres sociais que se educam entre si. Para além da aparência do objeto, essas evidências buscaram abstrair a essência da realidade. E para isso, o exercício feito foi o de:

(...) apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. (MARX, 1968, p.16)

Opostamente ao método hegeliano, que coloca o pensamento como precedente ao real concreto, no método dialético materialista de Marx, o objeto de estudo existe sem depender da intencionalidade investigativa da pesquisa. Mas a relação que o/a pesquisador/a estabelece com este objeto, na direção de se produzir teoria, se materializa na apreensão da estrutura e da dinâmica do objeto compreendendo-o como processo social. Neste processo, a teoria é tida como “a reprodução no plano do pensamento do movimento real do objeto” (NETTO, 2011). A atividade de pesquisa, nesse sentido, se movimenta a partir da práxis, no contexto das contradições: “Na práxis se descobriu o fundamento do real centro de atividade,

²² É importante ressaltar que se reconhecem nesta pesquisa os debates e as lutas no âmbito da diversidade de gênero, no que diz respeito à comunidade LGBT, embora este estudo se limite às análises das relações *cis* heteronormativa.

da real mediação histórica de espírito e matéria, de cultura e natureza, de homem e cosmos, de teoria e ação, de ente e existente, de epistemologia e ontologia.” (KOSIK, 1976, p. 226).

A base material tem grande peso na teoria marxista, porque essa questão foi a grande diferenciadora em sua produção teórica no âmbito da epistemologia filosófica que ele defendia. Essa base material vem antes da formação da consciência. Essa concepção marxista fundamentou o método materialista histórico dialético. Ainda que nos escritos de Marx não haja uma sistematização prática, como muitos métodos se propõem a fazer, sua aplicabilidade se pauta nos conceitos teóricos do próprio autor, conceitos esses que permitem uma análise qualitativa em pesquisas nas Ciências Humanas. Este método investigativo desenvolvido por Karl Marx se expressa a partir das categorias nucleares de contradição, superação, mediação, historicidade e totalidade.

Marx (1968) afirma que o processo social que se pretende investigar em quaisquer pesquisas existe independentemente da intencionalidade de se reproduzir no plano ideal a realidade concreta do objeto, entretanto, é na relação que o/a pesquisador/a constrói com o objeto de pesquisa que se estabelece a apreensão da estrutura e da dinâmica do processo social investigado. E nessa pesquisa, essa apreensão da realidade com a finalidade de se produzir teoria foi mediada pela reconstrução da trajetória histórica pessoal, por meio das entrevistas, considerando o método da história oral, e especificamente pelos relatos das histórias de vida, que compreende as narrativas das interlocutoras (QUEIROZ, 1991; HAGUETTE, 2005; PORTELLI, 1997; THOMPSON, 2002) no contexto da práxis cotidiana.

Os relatos orais em geral mostraram como é desafiador para as mulheres participarem das reuniões do Coletivo, um espaço de formação e debate sobre o cotidiano delas, entre elas e para elas, devido a diversos fatores, como sobrecarga de trabalho (tanto na roça quanto em casa), ou até proibição dos companheiros. A maioria que participou das reuniões do Coletivo no período de observação desta pesquisa, no ano de 2017, foi mulheres que produzem de modo agroecológico, o que pode ser um indício de que a agroecologia permite a criação de aberturas de diálogo na família que envolvam as problemáticas de gênero. Mas essa é a ponta do *iceberg*. As protagonistas dessa pesquisa são mulheres que trabalham por meio da terra, que lutam pela terra saudável, agroecológica, livre de agrotóxico, uma terra

que produza alimentos que gere Soberania Alimentar, entretanto, desestabilizar as desigualdades históricas e estruturantes é um longo processo.

12 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA: ENCONTROS DE INTERLOCUÇÕES

Os povos do campo historicamente transformam a natureza a partir de uma relação sociometabólica (FOSTER, 2005), em que a sociabilidade se reproduz a partir de uma simbiose, de uma integração, com a terra e com a natureza como um todo. Entretanto, compreendendo que o processo de colonização não se findou com a invasão dos portugueses no século XVI, no território reconhecido hoje como Brasil, há que se evidenciar os processos de colonização do saber (WALSH, 2013) que pressionam o campesinato na contemporaneidade a fim de continuar o colonizando, em um ataque hegemônico que expropria a diversidade cultural, o território (terra enquanto pertença), a Soberania Alimentar e os conhecimentos tradicionais.

Nesse sentido, as narrativas sobre as histórias de vidas desses sujeitos historicamente subalternizados enunciam os conhecimentos específicos vivenciados por eles mesmos na práxis cotidiana. A intencionalidade desta pesquisa, então, perpassa pela necessidade de captação das narrativas das mulheres camponesas, Sem Terra e agroecológicas desde suas histórias de vida e de organização social. Nesta pesquisa, a *mirada*²³ é a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres no bojo de opressões operacionalizadas pelo *sistema mundo-capitalista-moderno-colonial-patriarcal*²⁴ e como essas tensões se explicitam no interior dos grupos agroecológicos.

As teorias decoloniais fazem uma leitura dos conflitos engendrados nas dinâmicas entre opressões e (r)existências, compreendendo que a (des)colonialidade se traduz desde as problemáticas culturais, políticas e econômicas da história da América Latina, na diversidade de povos originários, do campo, quilombolas e ribeirinhos (BALLESTRIN, 2013). Opto por procurar compreender a teoria marxista em possível diálogo com a teoria decolonial, uma vez

²³ *Mirada* em espanhol advém da ação de mirar, olhar, se voltar para. É uma palavra bastante recorrente na literatura decolonial, predominantemente produzida em espanhol, característica marcante do seu caráter geopolítico: desde os povos do Sul, colonizados em sua maioria por espanhóis, no caso da América Latina.

²⁴ A ideia é ampliar a crítica feita à estrutura social capitalista, de modo a perceber outras formas de exploração e expropriação por meio dos processos de colonialismo interno e recolonialidade (CASANOVA, 2007; CUSICANQUI, 2010; WALSH, 2013).

que o materialismo histórico dialético nos permite entender a História em um movimento espiral, por meio das contradições dos sistemas históricos, desconstruindo a linearidade proposta pela teoria do desenvolvimento capitalista (ZIBECHI, 2015).

Essas marcas históricas descontínuas presentes nas histórias de vida são evidenciadas por Jacques Marre (1991), quando este fala da importância de se trabalhar com as três categorias: indivíduo, grupo e sociedade de forma integrada. Por essa perspectiva, os diversos conflitos agrários e de gênero elaborados pelas interlocutoras em suas narrativas individuais puderam ser confirmados por meio do acúmulo das narrativas individuais, de modo que o cruzamento das histórias de vida permitiu compreender o contexto maior na dimensão grupal. É importante, contudo, não deixar de evidenciar as especificidades de cada uma delas, o que procurei fazer na seção seguinte deste capítulo. As falas transformadas em documentos transcritos, que como dito anteriormente, foram produzidos coletivamente no projeto de pesquisa de extensão, puderam ser rememoradas pela escuta dos áudios gravados individualmente.

O trabalho interpretativo se apoiou em chaves de leituras decoloniais e marxistas predominantemente. Ainda que possa haver (dentro das minhas limitações) lacunas teóricas, reforço a intencionalidade desta pesquisa ao mostrar de que lado eu ocupo enquanto sujeito pesquisadora no meu lugar de fala. E o verbo ocupar sugere as pistas necessárias para falar deste lugar. A autora indiana Gayatri Spivak (2010) em seu livro “Pode o subalterno falar?” trouxe elementos refletivos que questionam o lugar de fala de alguns teóricos que, ainda que denunciem a subalternidade de determinados grupos sociais, silenciam seu lugar de fala e é neste ponto que entra uma de suas críticas. Quando o/a pesquisador/a não se coloca em cena corre grandes riscos de reproduzir ideologias de forma mecânica.

Diante disso, reconheço a visibilidade e o protagonismo das mulheres Sem Terra agroecológicas nesta pesquisa, mas também destaco o lugar que ocupo enquanto mulher branca, urbana, atravessada por uma série de privilégios e paradigmas colonizadores. Desse modo, como salienta a própria autora: “Assim, embora eu procure destacar a precariedade da minha posição ao longo deste texto, sei que esses gestos nunca são o bastante” (SPIVAK, 2010. p. 19). A problematização se coloca na produção teórica dos processos sociais que envolvem populações minoritárias e em como tanto a teoria crítica quanto a pós-crítica podem

cair em armadilhas que reforçam os sistemas de opressão. Todos esses cuidados foram tomados nas análises dos dados, em um exercício atento, de modo a não revelar concepções equivocadas sobre o campo estudado.

1.3 OUTRA HISTÓRIA: SUJEITOS DE FALAS, DE NARRATIVAS

Como dito anteriormente, a fim compreender qualitativamente as narrativas e apresentar as protagonistas desta pesquisa foi utilizado o método de histórias de vida. Neste momento, então, apresentarei as protagonistas desta pesquisa, que é fruto de um trabalho coletivo por meio das entrevistas para o documentário sobre Mulheres e Agroecologia referido anteriormente. As professoras-pesquisadoras do projeto de pesquisa e extensão, e me incluo nisso, foram espécies de “diretoras de palco” nas entrevistas (PORTELLI, 1997) em diálogos que intencionaram o debate da relação de gênero e agroecologia, mas que sucederam a partir dos conteúdos das narrativas expressas por elas, como um tecer coletivo.

Nesse sentido, uma história complementa, tenciona, contradiz e expande a outra, o que revela processos sociais em movimento constante, em construção. A partir desta constatação considera-se para esta pesquisa os fenômenos sociais, compreendidos de forma processual, em que a realidade concreta oferece elementos para dirigir o olhar investigativo dialeticamente. Reconheço nesta pesquisa o movimento histórico, temporal e geopolítico, um movimento mostrado pelas histórias de vida, que também estão em uma permanente construção social imensa por transitoriedades. Elas apontam que a cultura camponesa constrói relações sociais de gênero, de geração, de raça e classe, uma interseccionalidade que esta pesquisa não vai esgotar, uma vez que reconhece suas limitações. Não esgota, mas aponta a existência e a complexidade dessas relações.

Segue um quadro mostrando alguns elementos referenciais para a apresentação das interlocutoras da pesquisa:

QUADRO 1 - APRESENTAÇÃO DAS CAMPONESAS

Camponesa	Origem	Escolarização	Idade	Área de Militância no MST
-----------	--------	---------------	-------	---------------------------

Rosa	Interior do Paraná, assentada há 13 anos no Contestado.	Pedagoga/ Mestrado em educação	35 anos	Setor de Educação
Melissa	Cantagalo, assentada há 16 anos no Contestado.	EJA Incompleto	63 anos	Setor da Saúde
Maravilha	Interior do Paraná, assentada há 12 anos no Contestado.	Magistério	43 anos	Setor da Produção
Baobá	Interior do Paraná, assentada há 6 anos no Contestado.	Ensino Médio Incompleto	30 anos	Setor de Produção
Hortência	Oeste do Paraná, assentada há 15 anos (desde o acampamento)	Ensino Médio Completo Fonte: Mariana Ribeiro (2019)	55 anos	Setor de Gênero
Dália	Oeste do Paraná. Reside no Contestado desde 2000.	-	39 anos	Setor da Produção
Alecrim	Interior de Minas Gerais, assentada há 8 anos no Contestado.	Engenheira Agrônoma/ Mestrado em Geografia	41 anos	Setor de Gênero/ Produção

As sete protagonistas são todas *cisgênero* feminino. Os critérios de escolha desses sujeitos foram pelo vínculo que possuem com a agroecologia, de modo a optar por mulheres que plantem, vivam da terra, ainda que por meio de uma diversificação de amostras, ou seja, são pessoas que atuam no Setor de Produção, no Setor da Educação, no Setor da Saúde e no Setor de Gênero (estes últimos se organizam juntos no Estado do Paraná). Considera-se que sete interlocutoras foi um

número suficiente para a pesquisa de campo, o que permitiu criar condições de saturação (MARRE, 1991) para a finalidade desta pesquisa. Compreende-se que é possível compor uma relação de teoria e prática, articulando acervo bibliográfico e trabalho do campo empírico com o material produzido. Nesse sentido, vale também ressaltar a importância das aproximações prévias e das narrativas de outros sujeitos do Assentamento feitas para o documentário, narrativas que não foram reproduzidas nesta pesquisa, mas serviram de conhecimento do território e da comunidade, do contexto das protagonistas.

Cada narrativa trouxe elementos muito específicos do mundo de cada uma das protagonistas, refletindo a riqueza de suas histórias de vida, em seus conflitos e descontinuidades. Os encontros não foram realizados com um roteiro fechado, pois na medida em que as vivências foram sendo contadas, novos elementos apareciam, tão importantes quanto as questões prévias pensadas junto com a orientadora, em uma busca por compreender a tessitura coletiva das narrativas individuais. Questões sobre violência doméstica, sobre a relação com a alimentação saudável, e sobre processos mais amplos de luta pela terra foram narradas e contribuíram para a compreensão das histórias de vida. Algumas falaram mais livremente, e outras exigiram maiores questionamentos para o aprofundamento de alguns assuntos. Nesse sentido, depois de algumas leituras pessoais sobre o modo de vida camponês, ficou nítida uma marca da expressão camponesa muito mobilizada pelos gestos, pelo silêncio e pelas pausas durante a comunicação.

Rosa é uma das que mais falou livremente e bastante! Não é só uma dirigente do Movimento, mas de suas concepções individuais, construídas coletivamente, inicialmente em sua família, e na sequência muito atravessada pela sua militância. Sua fala muito assertiva e incisiva se expressou de modo forte, em uma perspectiva muito demarcada sobre a necessidade de pontuar a luta de classes, de um projeto de sociedade, a partir do trabalho como produção de existência, como ela afirmou. A partir de um balanço do próprio Movimento, segundo ela, mesmo na agroecologia volta-se para o debate da alienação do trabalho, que tem gerado uma sobrecarga de trabalho para as mulheres. Sobrecarga que ocorre tanto na agroecologia quanto no convencional, um apontamento importante para a temática desta pesquisa.

Rosa é filha de assentados, na sua narrativa trouxe a importância do aprendizado das filhas com suas mães. Sua mãe, por exemplo, protagonizou

diferentes momentos na família, como a iniciativa de assumir a frente de massa do Movimento, a liderança feminina na comunidade dela, a militância partidária no Partido dos Trabalhadores (PT) por bastante tempo, além de ter retornado a escolarização aos 60 anos de idade.

Rosa contou que mesmo em algumas condições oprimidas da vida de sua mãe, como ter que lidar com situações de alcoolismo do pai de Rosa, seu companheiro, e o consequente sofrimento da mãe, ela sempre aprendeu muito com a coragem dessa pessoa que a gerou por nove meses. A mãe de Rosa que inclusive separou do pai dela por alguns períodos. Ainda que religiosos, ambos deram bastante apoio familiar para ela, estando ao lado dela depois de uma gravidez em condição de pessoa solteira, o que geralmente não é aceito em famílias religiosas.

Enfatizou que uma das motivações mais latentes dos seus pais em permanecer na luta Sem Terra tem relação com a possibilidade de conquistar condições necessárias de estudo para a família, composta por ela, seu pai, sua mãe e mais dois irmãos. Seus pais trabalham majoritariamente com o modo produtivo convencional, e nesse sentido, Rosa situa-os no tempo e no espaço. Ela aponta como no “ocupar, resistir e produzir”, na década de 1990, não se problematizava o modo de produzir no Movimento. Ainda assim, ela contou como a agroecologia se aproximava do contexto dela de uma forma experimental.

Esses processos, segundo ela, começaram a partir do seu irmão do meio, formado em técnico agrícola. Durante três anos seu pai deixou de usar veneno, mas ela contou que ele possuía “recaídas” de tempo em tempo. Ela enfatizou que diferentemente da mãe dela, o pai é muito ligado à questão econômica. Seu pai associava a rentabilidade em forma de dinheiro vinda dos alimentos que venderiam mais do que outros, como o café, e não compreendia que o excedente das frutíferas, por exemplo, poderia gerar renda tanto quanto o café.

Na sua narrativa, quando ela contou da relação com o pai, e na resistência dele de compreender outros processos possíveis, para além dos induzidos pelo mercado, Rosa enfatizou a questão do método de diálogo de saberes. No caso com o pai dela, por exemplo, ela percebeu que o método teria que ser mais quantitativo, no sentido de mostrar comparativamente, em números, que a venda de outros produtos pode ser tão vantajosa quanto à venda do café. Nesse aspecto do método pedagógico na transição para a agroecologia, o diálogo de saberes ocorre entre a técnica sistematizada e a técnica experimental. Rosa narrou que o debate

agroecológico dentro dos movimentos sociais possui uma diversidade metodológica, pela diversidade do campesinato, a partir do seu lugar de fala com educadora de uma escola de agroecologia.

Ela trabalha como educadora antes mesmo de se formar no curso de Pedagogia, se inserindo no Setor de Educação do MST desde muito jovem, em uma trajetória de muitas andanças em realizações de tarefas em escolas itinerantes. Contribui na equipe pedagógica da Escola Latino-americana de agroecologia (ELAA) desde a constituição da Escola, com um hiato de um momento da sua vida por questões familiares, atuando nesse período como pedagoga de uma escola do campo. Retornou em 2014 para a ELAA, pois a escola desde 2012 não conseguia abrir novas turmas. Ela nos contou que o seu encontro com a agroecologia de forma direta se deu nesse período, quando no Assentamento Contestado o debate da agroecologia estava efervescendo.

Interessante notar que os sujeitos ditos por ela que também fizeram parte dessa equipe que foi ao Assentamento contribuir com o debate e construção da agroecologia, principalmente pelo viés da Escola, foram nomes de homens, o que indica a abertura que ela possui de dialogar com homens. Vale ressaltar que ela foi convidada para assumir o cargo de um dirigente, o que ela frisou que foi um processo duro, de bastante disputa e diálogo no interior do Movimento. Na contramão de uma cultura camponesa conservadora, em que para as mulheres falar em público e, principalmente, disputar espaços majoritariamente masculinos, se colocando em posição de dirigente se torna muito desafiante!

Mas essa presença marcante possui uma história de muitos aprendizados com sua mãe, com suas andanças que foram muitas, com os estudos formais, com os estudos não formais no Movimento e com o intercâmbio com experiências camponesas de diversas regiões. O aprendizado em relação ao feminismo enquanto teoria se adensou em 2014 quando ela retornou ao Contestado, que veio muito por conta da demanda dela na equipe pedagógica da ELAA, e também com a formação acadêmica na pós-graduação: **“descobri que as mulheres só se libertam juntas”**. Ela ressaltou a necessidade de se expandir o debate do feminismo na base do Movimento.

A segunda protagonista apresentada é **Melissa**. Cercada pela agricultura convencional antes de morar na comunidade do Contestado, Melissa decidiu procurar uma comunidade que trabalhasse com agroecologia, e assim pediu a troca

do seu lote em Cantagalo para o Assentamento Contestado, em 2002. Sua narrativa foi atravessada do início ao fim por diversas dimensões da agroecologia, apontando a importância de uma alimentação saudável, livre dos venenos e da transgenia. Seu aprendizado na agroecologia foi construído a partir de práticas familiares, que segundo ela, se chamava de agricultura natural, na lida cotidiana de um trabalho pesado e bastante experimental.

Com um conhecimento vasto em plantas medicinais, chás indicados para inúmeras enfermidades, Melissa é uma mulher de referência no Setor da Saúde do Contestado e atuante no Coletivo de Mulheres. Desde muito cedo aprendeu com sua avó sobre ervas medicinais e processos naturais de cura. Ela contou que quando chegou, em 2002, eram nove famílias agroecológicas e dois grupos de certificação participativa, um com cinco e outro com quatro famílias. Ela argumenta da importância da certificação formal no combate ao agronegócio, insistindo na ideia de que deveria ser o contrário, ou seja, deveria ser obrigatória a comprovação de quem usa venenos e não de quem não usa.

FIGURA 3 – DIVERSIDADE NO ASSENTAMENTO: UMA ESPÉCIE DE CACTO E A PITAIA



FONTE: Arquivo do Projeto de Pesquisa (2018)

Melissa afirma categoricamente que em sua vida a luta em não admitir esse tipo de condição é permanente, por não querer passar pelo o que sua avó e sua mãe passaram. Ela nos contou que nunca se submeteu ao marido e inclusive bancou desafiar seu próprio pai depois de adulta. Atualmente é separada, mas durante o casamento sempre tentou construir um relacionamento baseado em muito diálogo. Ela argumenta que faz questão de contar a história de sua família como

uma forma de socializar e encorajar outras mulheres a dar um basta na violência doméstica.

o primeiro embate, debate e confronto foi com o meu pai, mas consegui vencer, não teve coragem de me bater, porque eu já era casada eu já tinha aí uns três filhos, mas eu dei de frente com ele daí, daí ele arredou, refletiu, mas e daí eu assumi isso, não aceitei a imposição do meu marido, nunca (Melissa, em entrevista cedida em 02/12/17)

A terceira interlocutora, **Maravilha**. Durante toda a entrevista ela mostrava a sua extensa produção de hortaliças, leguminosas, raízes e morangos, com os olhos o tempo inteiro na terra. Maravilha... espécie de flor das que mais ela mais possui em seu lote. Ela se formou no magistério, mas preferiu bater asas e pousar na sua grande roça, onde trabalha com muita satisfação e energia! Ela e sua família são a única família que produz morango com certificação orgânica, sendo ela muito atuante no grupo de certificação, e, segundo ela, está presente mais neste espaço do que no Coletivo de Mulheres. Ela compõe, junto de mais ou menos 14 famílias, o grupo de certificação Che, sendo ela possuidora de certificação em conjunto com seu companheiro.

FIGURA 4 – PRODUÇÃO DE MORANGOS DE MARAVILHA



FONTE: Arquivo do Projeto de Pesquisa (2018)

Salientou também que ela pode vender independente dele, pois um dos projetos, o que está vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) está no nome somente dela, ainda que a certificação esteja no nome de ambos. Ela coordena a produção, enquanto ele possui os contatos para comercialização e faz as mediações nas feiras de Curitiba e Mercado Municipal, ainda que ela já tenha trabalhado bastante em feiras anteriormente. Sobre a divisão do trabalho na unidade familiar, ela nos contou que a produção é coletiva, não há uma divisão. Atribuiu sua

formação em agroecologia às jornadas de agroecologia, em cursos de formação do MST, e para a fabricação de doces e alimentos derivados do leite ela mencionou ter feito um curso no SENAI. Participou de quase todas as edições das jornadas de agroecologia, que já existem há 17 anos.

Mora há mais ou menos 16 anos no Assentamento. É casada, e seu esposo mora no Contestado desde o acampamento. Ela enfatiza que ela e a sua filha não participam da parte de estrutura da produção de morangos, como na construção da grande estrutura de estufa que possuem, por exemplo. E há de se perceber em sua narrativa a relação cooperativa com seu companheiro, e inclusive nos confidenciou a cumplicidade dialógica que ambos possuem no relacionamento. Ela faz parte da coordenação da cooperativa, da organização de pais e professores da escola e do Coletivo de Mulheres, e insiste que a valorização das mulheres precisa partir delas, em um movimento que elas exerçam de ocupar os espaços.

Maravilha tem uma visão bastante confiante na participação das mulheres, porque seu lugar de fala é de uma mulher de autonomia, autoestima confiante, iniciativa pessoal muito demarcada em sua narrativa. Gosta de ir para a prática da roça e produzir! Mas quando comenta que ainda que haja fomento a alguma mulher assumir a presidência da cooperativa, mas que isso não ocorreu e é questionada em seguida, ela insiste que há espaço e que não ocorreu, porque nenhuma se desafiou. E para referenciar uma mulher que está à frente de tarefas importantes, comentou das iniciativas de Melissa no Setor de Saúde, parabenizando-a por ocupar seu espaço enquanto mulher agricultora e atuante na comunidade. Como professora leiga, Maravilha trabalhou por nove anos, e quando se formou no magistério trabalhou por mais somente 40 dias. Mãe de uma menina e dois meninos, ela alfabetizou seus dois filhos como mãe, mas preferiu não continuar no magistério, porque segundo ela: **“Minhas alface são menos rebelde do que as crianças”**.

Baobá é a próxima protagonista apresentada. Contou-nos que nunca utilizou veneno antes de ser assentada no Contestado, mas que ao se mudar para o Assentamento, começou a ter vontade de compreender sobre as leis que regulamentam os alimentos orgânicos e todos os processos agroecológicos. Ela participou de muitos cursos sobre certificação orgânica, muitos organizados pelo Setor de Produção do MST. Recentemente começou a trabalhar na cooperativa. Ela foi convidada a reativar um viveiro de mudas da cooperativa, mas na sua fala demonstrou certa insegurança, apontando seu grau de escolarização como

desvantagem, sendo que em seguida contou como já trabalhava com criação de mudas em seu trabalho cotidiano antes mesmo de trabalhar na cooperativa, o que mostra sua habilidade na agroecologia.

É esse o ponto chave do protagonismo das mulheres camponesas, o jeito de elas produzirem suas existências de um modo histórico, que muitas ao perceberem que as teorias falam do que elas já vivem, elas percebem como o trabalho cotidiano delas faz parte de processos tão remotos, existentes antes mesmo das teorizações, sejam estas acadêmicas ou qualquer outra elaboração sistemática. Diferente das demais interlocutoras, Baobá trouxe pouco em sua narrativa um pertencimento em relação aos processos produtivos, se referindo sempre ao seu companheiro.

Entretanto, isso não anula o fato de ela estar no processo de pertencimento, de como ela disse “se sentir parte daquilo”. Ela relatou situações em que ela travou embates, colocando o direito do reconhecimento do seu trabalho em questão, não somente para seu companheiro, mas para o núcleo agroecológico, ou seja, publicamente. Um desses embates foi a exigência do seu nome constar no documento de certificação acrescido ao nome do seu companheiro, o que foi realizado depois de bastante insistência e debate coletivo, em um processo de idas e vindas junto ao grupo.

O caráter educativo do Movimento foi retomado por **Baobá** em vários momentos, no que se refere à organização em grupos, aos cursos realizados pelo Setor de Produção e ao diálogo entre as mulheres pelo Coletivo de Mulheres. A importância da sua participação quando nas ocasiões das visitas externas, parte da fiscalização pela rede de orgânicos, revelou um fator para a construção da autoestima da mulher camponesa, como relatou Baobá. Esse tipo de condição em termos de participação nos processos produtivos na agroecologia, segundo ela, é contado de camponesa para camponesa, de modo que cada uma reavalia seu cotidiano, repensando questões de gênero antes talvez naturalizadas.

Diferente de Baobá que pode nos receber na cooperativa, enquanto trabalhava, **Hortência** nos recebeu em sua casa, e compartilhou narrativas históricas, em que sua história de vida e a história do coletivo se misturavam, marcando uma ontologia específica. Naquela manhã recheada de café, pinhão e chimarrão, Hortência nos recebeu juntamente de seu companheiro, este que é uma pessoa muito comunicativa, um verdadeiro contador de histórias de luta. Como evidência disso, e refletindo a consciência dele sobre essa característica própria, ao

iniciarmos a conversa com a protagonista desta pesquisa, ele pede para se retirar e diz que “seria o mais correto”, em seguida acrescenta que aproveitaria para estender as roupas. Entretanto, ele se ausentou por um tempo e, ao retornar, tomou a palavra por algumas vezes.

Ainda que tenha assumido sua timidez, ela foi a primeira coordenadora do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, fazendo parte da constituição da comunidade desde o acampamento, em 1998. No início o Coletivo foi constituído como “Clube de Mães”, em que eram feitas reuniões mensais de confraternização, conversas e estudos entre as mulheres. De acordo com a narrativa de Hortência, esses encontros, em que a maioria das mulheres participava, tinham caráter recreativo, em que elas se divertiam entre si. Entre as conversas, as preocupações com a produção própria; com a renda própria apareciam. Entretanto, com a sobrecarga do trabalho depois da aquisição dos projetos institucionais, influência religiosa e indução dos homens, as mulheres foram deixando de se reunir.

Mas sua história de vida mostrou grandes transformações comparando a educação dos seus pais e a que praticou com seus filhos e filhas. Ela frisou a não diferenciação sexual na divisão de tarefas domésticas que incluem casa e roça, o que não acontece em várias famílias próximas, como a do seu irmão. Então, apesar da timidez, Hortência inicia o debate com seu irmão e expõe sua opinião na luta contra a desigualdade de gênero no cotidiano familiar. Quando ela narrou sobre essas situações, conceituou “gênero” mostrando como as relações não se restringem às questões femininas, mas das relações entre homens e mulheres, ainda que seja um desafio travar o debate junto aos homens. Segundo ela, muitas mulheres no acampamento de 1984, o grande acampamento de constituição do MST, eram julgadas como “biscatona”²⁵, porque ia para o espaço público falar. Ela fez parte desde o início do Coletivo de Mulheres, narrou como era o início da organização:

Como eu já participava e eu ajudava a coordenar grupo de mulheres na região oeste, que a gente morava, né... Daí a gente começou a conversar com as mulheres: “Vamos organizar um grupo de mulheres para fazer...” Na época diziam clube de mães, né... para a gente ter um dia por mês ou dois dias por mês para a gente se encontrar, para estudar, para fazer brincadeiras, para poder se encontrar e conversar entre as mulheres. E a gente começou... na época quase todas as mulheres do assentamento participavam, né, porque era uma coisa assim, que era o meio das

²⁵ “Biscate” é um termo pejorativo dirigido às mulheres para taxar uma suposta vulgaridade.

mulheres, porque não tinha outro local... outro encontro de lazer, de esporte e diversão para as mulheres. Então vamos se encontrar para a gente até tirar uma tarde para brincar, ou... então a gente vai se reunir para tal mês, mês que vem vamos fazer uma tarde de estudo de uma hora, duas horas, e depois brincadeiras e daí depois no final da tarde, cada uma levar um lanche e fazer a confraternização (Hortência, em entrevista cedida em 12/05/18).

Ter uma entrevista dupla, de Hortência e seu companheiro, permitiu observar o que Thompson (2002) alerta sobre ocorrências nas pesquisas com História oral, e em específico com histórias de vida, no que se refere à diferenciação entre homens e mulheres quanto à postura nas narrativas. Seu companheiro possui uma longa trajetória de luta de atuações em diversas regiões do Paraná, e destaca que sua história não é só sua, mas faz parte da história do MST, que sua esposa faz parte juntamente, pois são casados há mais de década. Ainda que tenha havido esse reconhecimento, percebi que em outros momentos ele utilizou muito mais a primeira pessoa do singular do que Hortência.

Num sentido mais geral, existem também contrastes marcantes entre a forma como homens e mulheres narram suas histórias de vida: os homens apoderando-se do ativo “eu”, colocando-se no centro do palco, enquanto as mulheres muito mais freqüentemente enfatizam o grupo, usando o pronome “nós” ou os pronomes neutros. (THOMPSON, 2002, p.24)

Para além das questões de gênero, falar de si não é uma tarefa fácil, a meu ver. O diálogo com **Alecrim** foi uma mescla de falar de si e falar de si enquanto Sem Terra, ou seja, inserida em um movimento social que transformou sua vida. Vinda do interior de Minas Gerais, com uma trajetória bastante urbanizada, tornou-se Sem Terra e atua no Movimento por volta de 10 anos. Engenheira agrônoma, ela ressaltou como foi desafiador se inserir em ambientes majoritariamente masculinos quando realizava visitas técnicas tanto profissionalmente quanto em atuações no Movimento. Segundo ela, para se conquistar respeito nesta profissão, por ser mulher, a técnica precisa ser duplamente melhor no que realiza. Especificamente dentro do Setor de Produção do Movimento, que também é composto em sua maioria por homens, esse desafio também aparece.

Sua formação e inserção no Setor de Produção possibilitou que ela participasse de vários momentos de formação pessoal em agroecologia e na contribuição de cursos por este Setor e nas escolas do Movimento. Alecrim relatou que ainda que o Assentamento Contestado tivesse como definição política a agroecologia desde o início, na prática muitas famílias não sabiam como proceder, e é nesse sentido que se encaminham os processos educativos na agroecologia e o

protagonismo das mulheres camponesas nesse contexto. Outro fator importante apontado por ela foi a criação de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para a abertura das famílias para a implementação da agroecologia.

No trabalho com o Coletivo de Mulheres, Alecrim tratou de frisar a importância de se politizar o cotidiano das mulheres, mostrando umas às outras a valorização do seu trabalho, como ele (re) reproduz a vida familiar e como ele pode (e é) fonte de renda para elas mesmas. Para Alecrim, “a formação tem que ser nesse sentido de resgatar a autoestima, mostrar a importância de tudo que é feito e aprimorando tudo isso, qualificando esse trabalho”.

Diferentemente da história de vida de **Alecrim, Dália** migrou do oeste do Paraná para a região metropolitana de Curitiba, na Lapa, em 2000, um ano depois da ocupação do Contestado para acampar na região com seu companheiro. Filha de pais assentados na sua região de origem, a proposta de ser um assentamento com definição agroecológica pesou na escolha por um acampamento/assentamento em que ela pudesse firmar sua unidade familiar. Por isso é que desde 2005 ela e o seu companheiro são certificados, tendo o lote completamente agroecológico. A família conta com mais três pessoas, dois filhos e uma filha. Quando questionada sobre a organização do trabalho na família, ela é decisiva na resposta: “é um trabalho da família”, todos colaboram para que no final da semana os produtos sejam entregues.

Em algumas atividades, como a entrega dos produtos, que exige habilitação para dirigir, o filho mais velho tem prioridade para tal função, e não ela, o que se torna um indicativo de que tarefas externas podem ser mais privilegiadas por homens. No caso da história de vida de **Dália**, ela não mostrou que isso seja um agravante para ela ou que isso afete sua vida, o que pode ocorrer de outra forma para outras mulheres. O espírito cooperativo foi o que ela deu mais ênfase, ainda que acredite que se não se organiza igualitariamente, inclusive na produção agroecológica, as mulheres ficam com mais trabalho, uma vez que se acumulam tarefas domésticas e externas à casa.

Ainda sobre cooperação, **Dália** atribuiu grande valor nas trocas de conhecimentos que acontecessem entre as famílias. Ainda que tenha feito cursos, como cita os realizados nas Jornadas de Agroecologias, ela deu mais ênfase aos processos educativos nas relações interpessoais a partir de vivências, de experiências, ocorridas desde os encontros dos núcleos de certificação, passando

pelo diálogo de sabres até as visitas a outros assentamentos. Sobre sua participação no Coletivo de Mulheres, **Dália** apontou as variações que existem quanto ao fluxo de reuniões e ao volume de pessoas que participam.

Segundo ela, há alguns anos atrás, quando havia um espaço pré-definido para a realização dos encontros, com datas marcadas regularmente, o fluxo das reuniões era mais intenso. Nesses encontros, pautas como violências contra mulheres e agroecologia eram comuns, além de ser um momento de confraternização entre as camponesas. Na opinião dela, o compromisso religioso com igrejas católicas e evangélicas afastou muitas mulheres dos espaços de convivência feitos pelo Coletivo de Mulheres.

O trabalho de campo, portanto, se revelou um lugar de experimentação, em que o sujeito pesquisador busca compreender a linguagem do contexto que se insere, e em seguida, realiza leituras com o que possui de material prévio. Esses conhecimentos prévios puderam ser acessados pela proximidade com parte da comunidade do Assentamento e também por pesquisas anteriores na relação de pesquisa que se estabelece com os processos sociais envolvendo educação, trabalho, movimentos sociais, agroecologia e relações de gênero.

Assim, fragmentos de discursos, imagens, trechos de entrevistas, expressões recorrentes e significativas, registros de práticas e de indicadores de sistemas classificatórios constituem traços, elementos em torno dos quais construir-se-ão hipóteses e reflexões, serão levantadas dúvidas ou reafirmadas convicções. Aqui, como em todas as etapas de pesquisa, é preciso ter olhar e sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico como se fossem um fio de Ariadne, que orienta a entrada no labirinto e a saída dele, constituído pelos documentos gerados no trabalho de campo (DUARTE, 2002, p.152).

A trajetória dos encontros de pesquisa com as interlocutoras acompanha o percurso construído dos capítulos. A riqueza de estar presente em um trabalho de campo, que articulou as entrevistas específicas para as finalidades elencadas nos objetivos específicos com um projeto de pesquisa e extensão mais amplo permitiu articular diversos elementos contextuais ao meu objetivo de pesquisa. Objetivo este que se desdobra em quatro questões, a saber: como as mulheres deste Assentamento se organizam no processo produtivo; como elas se inserem nas reuniões dos grupos agroecológicos; como as desigualdades de gênero aparecem no processo agroecológico e a qual a importância do Coletivo de Mulheres no enfrentamento dessas desigualdades. Pretendi elaborar respostas ao longo dos

capítulos, trazendo elementos significativos dos documentos produzidos no trabalho de campo.

FIGURA 5 – ARTE QUE EXPRESSA ELEMENTOS DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS



FONTE: Site do MST (2018)

2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NO CAMPO

A luta das mulheres camponesas Sem Terra esteve vinculada à luta pela terra, no aprendizado que vivenciavam na organicidade cotidiana e coletiva. O trabalho no roçado, com os filhos/as, na casa são atravessados por hierarquizações vindas de um conservadorismo camponês arraigado na cultura e do sistema patriarcal como um todo, que envolve o campo e a cidade, dentro das suas características específicas. A divisão sexual do trabalho na cultura camponesa é muito sutil, uma vez que a roça é unidade de produção e consumo. Neste contexto, a luta pela igualdade de gênero e a construção de um feminismo camponês e popular é mobilizada pelas condições que as mulheres do campo enfrentam no cotidiano familiar e no protagonismo delas nas lutas contra o agronegócio.

Pretendi aproximar o feminismo decolonial para referenciar uma construção teórica do feminismo camponês e popular, em uma perspectiva de (r) existência das mulheres pela questão de classe e gênero. Os desdobramentos dessa aproximação se articulam com as memórias de histórias de vida das mulheres entrevistadas para esta pesquisa de modo que ambos os espaços de produção do conhecimento, referenciais acadêmicos e referenciais empíricos, permitiram análises sobre a relação dessas mulheres com a luta pela terra, com o trabalho na agroecologia e com processos educativos nos movimentos sociais.

A possibilidade de diálogo do feminismo decolonial, dos estudos de Saffioti, feminista e marxista, e os sobre o feminismo camponês e popular se localiza na relação de classe e gênero que essas teorias reconhecem e se esforçam para sustentar. É importante salientar que essa aproximação serviu de subsídio para as leituras analíticas sobre a realidade do trabalho de campo. Tendo em vista que epistemologicamente existem diversos feminismos, há que se reconhecer que uma única opção teórica se torna insuficiente para lidar com questões variadas tomadas a partir de um contexto. Compreende-se que essas bases teóricas revelam uma perspectiva comum na qual se reconhece a diversidade de mulheres e de produção de (r) existência historicamente. Nesse sentido, é possível revelar possibilidades analíticas de intersecção, sem deixar de reconhecer os distintos tempos históricos em que as três teorias foram elaboradas, de que fontes elas bebem, seus limites e contradições.

No bojo das diversas lutas sociais, muitas críticas feministas foram construídas historicamente, mobilizadas por movimentos sociais de resistência, como o *Black Feminism*, na década de 1970 nos Estados Unidos, em um enfrentamento ao feminismo universalista etnocêntrico. O feminismo camponês e popular é fruto de uma dessas críticas revolucionárias e está sendo construído desde as mulheres de movimentos sociais do campo organizados na Via Campesina, nos espaços nacionais, latino-americanos e mundiais. Ressalta-se nesta pesquisa que não há pretensão em negar a importância de outros feminismos históricos, compreendidos enquanto disparadores de diversas outras lutas, de modo a reconhecer o lugar histórico deles. Entretanto, o foco neste estudo é o de elaborar o momento histórico e político dos feminismos que insurgiram *desde abajo*²⁶, ou seja, desde abaixo, desde as mulheres camponesas invisibilizadas em seu trabalho cotidiano e seu lugar social.

2.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA (AGRI)CULTURA CAMPONESA

O solo desta pesquisa é o Assentamento Contestado. Nesse território vivem os sujeitos do campo. Entendidos como classe social, eles constituem uma fração da classe trabalhadora, que produz na sua existência especificidades no âmbito cultural (CALDART, 2000). As organizações de cunho econômico, político e social desses sujeitos são em torno da família, que é unidade de produção e de consumo (ESMERALDO, 2013; SCHWENDLER, 2015). O protagonismo das/os trabalhadoras/as nas lutas pela produção e reprodução camponesa nos territórios de origem mobilizou as mulheres a não somente lutarem contra o modelo de agricultura imposto, mas contra a cultura patriarcal, localizada na desigual divisão do trabalho, organizado a partir do sistema sexo/gênero.

Entende-se que o processo produtivo da agricultura compreende várias etapas, como arar, semear, plantar, colher, beneficiar e comercializar. Nesse grande processo produtivo, as mulheres são culturalmente preparadas para participar de alguns e não de outros espaços. Comercializar, por exemplo, é um trabalho que geralmente as mulheres não se encarregam, até porque não foram educadas para

²⁶ A opção em manter a palavra em espanhol marca a perspectiva latino-americana e a tentativa de quebrar o paradigma que tenta excluir o contexto brasileiro das demais lutas latino-americanas.

este fim, ocupando-se de modo geral da produção em si, da lida cotidiana na roça, assim como, das condições de manutenção da família.

Historicamente, as mulheres camponesas passaram a problematizar a hegemonia do gênero masculino nas relações de trabalho, bem como nas representações sociais, se afirmando no campo político enquanto sujeitos. Elas resignificaram o papel do trabalho feminino no roçado, ao mesmo tempo em que reivindicaram autonomia política, sendo protagonistas, ao invés de ficarem à sombra das ações públicas dos homens (sejam pais, maridos, filhos) ou de serem meras coadjuvantes em decisões políticas. Essas mulheres construíram um cenário de luta e passaram a exigir do poder público direitos específicos para a mulher do campo, como a licença-maternidade (ESMERALDO, 2013). Ainda assim, a cultura patriarcal pesa sobre os ombros do trabalho da mulher camponesa.

A compreensão marxista do trabalho como produção de existência é fundamental para expressar o conceito do trabalho como princípio educativo. No materialismo histórico, o trabalho não só produz a vida material, como reproduz os processos culturais das sociedades. Entretanto, tensionamentos sociais são elaborados no percurso desses processos e historicamente se expropriou dos povos tradicionais riquezas produzidas e reproduzidas desde o colonialismo propriamente dito até as novas formas de colonialidade (WALSH, 2013). Situando a sociedade capitalista neste contexto, o elemento exploratório se coloca em cena sobre o trabalho humano e sobre os recursos e fenômenos da natureza. Diferentemente de uma lógica meramente mercantil, as mulheres camponesas são as grandes responsáveis por mostrar que trabalho não é só atividade que resulta dinheiro:

Tudo se aproveita. E a vantagem de a gente ter uma coisa assim, ter os animais, ter a horta, é que tudo se aproveita, por exemplo, a gente trata os animais também com o resto de verdura que sobra da horta, depois a gente também aproveita o esterco dos animais, faz uma compostagem, joga nos pés de frutas, nas verduras, então tudo, se você souber trabalhar, tudo você aproveita. E essas coisas que a gente não conta, essas coisas que a gente usa, que a gente tem, a gente não conta muitas vezes, é renda e que deveria contar, né? (Dália, em entrevista cedida em 28/09/18).

Dália reafirmou diversas vezes o cuidado e a atenção em perceber como os ciclos da natureza permitem a reutilização de diversos elementos no processo produtivo, e que também compõem o trabalho das mulheres camponesas. Essa consciência evidenciada por ela faz parte da construção do feminismo vivenciado entre elas, uma vez que é o reflexo do enfrentamento ao conjunto de medidas

políticas e econômicas que tentaram retirar as mulheres do cenário produtivo, marginalizando a participação delas na composição produtiva destinada ao campo no contexto brasileiro.

Nesse contexto, compreende-se que a inserção de maquinários agrícolas obrigou os camponeses a conhecer as técnicas para manipulá-los e, para isso, foi necessária qualificação, o que reforçou ainda mais o papel de domínio da produção pelos homens. Em pesquisas anteriores (SCHOTTZ; MARONHAS; CARDOSO, 2015) concluiu-se que todas as funções procedimentais e de controle da produção, no que se refere ao planejamento e as escolhas necessárias para a produção, bem como, as relações comerciais posteriores, são atribuições dos homens. Isso contribui para esta condição subalternizada da mulher no processo produtivo. Esse vínculo diferenciado com o trabalho possibilita diferentes produções de identidades entre homens e mulheres, sendo o trabalho delas caracterizado como *ajuda* no roçado e o deles como responsáveis pela produção e comercialização (Ellen WORTMANN e Klaas WORTMANN, 1997 – *apud*, ESMERALDO, 2013; SHOTTZ; MARONHAS; CARDOSO, 2015). Esta “ajuda” estaria próxima de um não trabalho, bem como o trabalho que, em geral, as mulheres executam no âmbito doméstico.

A atitude e consciência destas mulheres diante das desigualdades de gênero permitem o reconhecimento do trabalho realizado por toda a família, de modo que renda não se traduza somente em moeda financeira, mas em tudo aquilo que não necessita ser comprado, mas que é produzido majoritariamente pelo trabalho das mulheres. E que além, disso, é produzido com qualidade, livre de agrotóxicos e produtos químicos nocivos à saúde, se desdobrando em uma cultura de Soberania Alimentar, porque a comunidade se subsiste com a matéria-prima e com o trabalho por meio da terra.

Que nem eu comento assim, falo... às vezes alguém reclama, gente vai reclamar do quê? Nós vivemos num paraíso. Nós vamos no mercado.... Esses dias eu fui no mercado... “- o que que eu vou comprar no mercado?” Eu não compro margarina, nenhum tipo de doce, tudo que eu faço, não compro queijo, não compro leite, todas essas coisas nós temos. Tenho galinha, tenho porco, tenho vaca aí pra tirar leite. Então.... Tudo natural, e isso aí não tem preço que pague! (Maravilha, em entrevista cedida em 11/07/18).

Maravilha nos mostrou como sua inserção no processo produtivo é ampla, de modo que ela não se limita a plantar, mas planeja e retoma questões de caráter político e econômico do cotidiano. Sua visão de mundo atravessa suas práticas de modo que ela reconheça em seu modo de vida camponês uma condição social de

valorização enquanto camponesa que não está subordinada diretamente a um sistema mercantil, onde o lucro pesa em todas as relações humanas e não humanas. Ainda que em primeira instância possa lembrar aquelas frases bucólicas referidas ao campo, sem conflitos ou descontinuidades, Maravilha trouxe elementos práticos do seu cotidiano laboral, que aponta para seu trabalho dentro de um processo educativo, de enfrentamento à lógica monetária, em um movimento de tomada de reconhecimento pessoal e valorização da vida camponesa.

Entretanto, esse reconhecimento do trabalho das mulheres passa por um processo educativo de trazer à consciência essas questões, um processo que é atravessado por disputas de poder. Historicamente, os processos hierarquizantes pesaram ainda mais para as mulheres camponesas depois das políticas da Revolução Verde, nos anos 1970, quando uma série de políticas públicas promoveu a inserção de maquinários, insumos agrícolas, além de vertiginosa diminuição de mão de obra (substituída pelas tecnologias no campo) e um incentivo à produção de *commodities* (milho e soja, por exemplo). Esta campanha a nível mundial se justificou na condição de que para acabar com a fome, era necessário aumentar a produção, e para isso, seria imperativo modernizá-la. A essa cultura de modernização camponesa se inseriram majoritariamente os homens, e intensificou a diferenciação por meio da divisão sexual do trabalho.

O trabalho reprodutivo é o conjunto de atividades que garante a reprodução da vida, como transformar os alimentos para o consumo da família ou manter a organização funcional da casa. Atividades que no sistema social em que vivemos são categorizadas hierarquicamente inferiores às atividades consideradas produtivas, estas realizadas majoritariamente pelos homens. Por ter um valor de troca baseado em relações mercantis, o trabalho produtivo garante maior reconhecimento e valorização social (HIRATA; KERGOAT, 2007). Esse caráter inferior em uma classificação de quase não-trabalho das atividades atribuídas às mulheres, no ambiente camponês não se reduz às dinâmicas domésticas, mas também às hortas. Essa invisibilidade tem sido combatida pelas mulheres camponesas do MST e de outros movimentos autônomos de mulheres camponesas. Além do debate de gênero, inclui-se o debate de classe, porque somente os grandes produtores tiveram acesso ao pacote tecnológico vendido pela Revolução Verde, enquanto as famílias de pequenos e médios produtores ficaram à margem da comercialização e da produção de alimentos, gerando inúmeras famílias

endividadas, estas que foram pressionadas de algum modo a se inserirem no novo modelo de desenvolvimento imposto. O país se tornava cada vez mais dependente, uma vez que a tecnologia foi em grande parte vinda do capital estrangeiro. Além disso, esse processo também foi chamado de modernização conservadora, pois, apesar das transformações tecnológicas no campo, não houve sequer mudança na estrutura agrária.

As estruturas do patriarcado se materializam de diferentes maneiras e em diferentes âmbitos do cotidiano familiar, nas relações conjugais, mas também nas de mães com filhos/as, pais com filhos/as e em quaisquer outras que se produzam no meio familiar, que é também de produção. Em pesquisas anteriores (ESMERALDO, 2013) verificou-se que a organização interna da produção agrícola inviabiliza o trabalho da mulher, enquanto figura feminina (filha, esposa, mãe, etc.) e, em consequência disto, produz padrões sociais hierarquizantes e diferenciadores no trabalho, inclusive nas tarefas domésticas (familiares) segundo o binário sexo/gênero, masculino/feminino.

Entretanto, a superação da divisão sexual do trabalho não se dá somente, e nem de imediato, com a conscientização das mulheres sobre suas condições de trabalhadoras agricultoras, e não ajudantes, e/ou com seu desenvolvimento político e econômico. Samper-Erice e Charão-Marques (2017) mostraram como os discursos do Banco Mundial (2012) no tocante às políticas de segurança alimentar reforçam a noção de que as mulheres agricultoras, além de terem de estar no trabalho produtivo (por necessidade e interesse do mercado) são as maiores responsáveis pelo cuidado com a família, ou seja, com a função social de desenvolver o trabalho reprodutivo. Na perspectiva destes programas para o “desenvolvimento” do país, não é considerado que trabalho reprodutivo também é trabalho. Nesse sentido, quando se permite aumentar a quantidade de trabalho dito produtivo, mantendo a invisibilidade das atividades reprodutivas da vida, ocorre uma excessiva carga de trabalho destinada às mulheres (PAULILO, 2004).

A sobrecarga de trabalho das agricultoras, produzida pelo grande acúmulo dos trabalhos realizados no âmbito doméstico e no público, portanto, remete à necessidade de se colocar em pauta as questões de gênero. Essa intencionalidade político-pedagógica dos processos de educação pelo trabalho na interface agroecologia e mulheres camponesas abre caminhos para a emancipação das mulheres camponesas. FERREIRA (2009) confirmou a necessidade desta ação

intencional, e a compreensão do alcance social dos espaços de educação não- formal são fundamentais para isso. Seu estudo no “Processo Mulheres e Agroecologia” apontou para o fato de que há uma correlação positiva entre dinâmicas de inovações agroecológicas e empoderamento das mulheres. Contudo, como este processo não é automático, faz-se necessário que “os processos agroecológicos tenham uma perspectiva emancipadora também para as mulheres, e para isso é preciso um esforço permanente para retirá-las da invisibilidade e abrir espaços para que elas atuem como sujeitos”. (FERREIRA, 2009, p.2116).

2.2 A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

O vínculo com os movimentos sociais constitui uma diferenciação das mulheres que lutam pela terra e por equidade de gênero, pois a luta se intersecciona com dimensões sociais amplas, “(...) por ser construída “de baixo para cima”, por buscar a redistribuição de renda e de poder e promover a justiça social” (SILIPRANDI, 2015, p.248). Neste contexto, situam-se os Movimentos de Mulheres Agricultoras (MMAs) e os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTs), autônomos, que foram construídos em meados da década de 1980, em âmbitos regionais, principalmente no Sul e Nordeste do Brasil. Muitos deles se incorporaram ao projeto do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004, e se articulam com mulheres de movimentos sociais mistos, como as Sem Terra, constituindo junto com outros movimentos camponeses, a CLOC/Via Campesina.

Uma das primeiras bandeiras de luta de mulheres camponesas que se organizaram em movimentos sociais autônomos está diretamente ligada à invisibilização da participação da mulher na economia, e aos seus direitos como trabalhadora rural. Muitas delas não tinham sequer documento de identidade, como evidência da tamanha marginalização a que estavam submetidas esses sujeitos do campo. Neste sentido, pode-se afirmar que as mulheres do MST começaram a perceber que a ideia de que a valorização do trabalho delas na economia camponesa e, conseqüentemente, a igualdade de gênero não se daria somente a partir da luta de classes. A reforma agrária não garantiu a distribuição de terras para as mulheres automaticamente.

Com a intensificação das políticas de modernização da agricultura, acumuladas com a onda neoliberal de 1990, as mulheres do campo perceberam a

necessidade de se organizarem enquanto sujeitos de direito, afirmando seu protagonismo histórico no trabalho agrícola e ecológico, que começou a ser cada vez mais abafado pelo “pacote verde”, que introduziu uma gama de venenos químicos em território camponês, por meio das poucas, mas riquíssimas, empresas transnacionais que expropriaram a fonte de vida do campesinato, a terra. O trabalho delas foi cerceado pela crescente inserção de maquinário e demanda de mão de obra masculina para o manejo destes novos instrumentos agrários.

Dessa pauta inicial, foram se agregando outras de caráter trabalhista, em uma intencionalidade explícita pela equidade de gênero, refletida na reivindicação por paridade de gênero nos espaços coletivos e deliberativos, pela não violência contra as mulheres, pelo cumprimento da Lei Maria da Penha e pela agroecologia. As mulheres camponesas protagonizam o desafio de enfrentar o agronegócio com um arsenal de conhecimentos acumulados historicamente por elas, através de dinâmicas de cuidado e proteção com a natureza e da produção soberana de alimentos.

As mulheres camponesas, segundo Schwendler (2017), se afirmam na luta pelos direitos trabalhistas, e do direito da mulher à terra, assumem o debate de gênero, articulado a luta de classe, e portanto, do enfrentamento do modelo do agronegócio. Mais recentemente, elas pautaram a bandeira do feminismo como elemento crucial para construir relações igualitárias de gênero no campo. Essas mulheres reconhecem a contribuição histórica da teoria feminista, mas se posicionam de forma muito demarcada contra o sistema capitalista, de modo que o feminismo camponês e popular reivindique a transformação estrutural do sistema mundial capitalista, que rompa com a estrutura da propriedade privada, assim como pela concretização da reforma agrária popular, e a destruição do patriarcado. No entanto, é um movimento em construção dentro das organizações sociais do campo, como nos contou Rosa:

(...) pros movimentos camponeses debater feminismo, essa amplitude que está agora em dizer que nós também somos feministas é algo recente. Se a gente for pensar em tempo histórico... inclusive, algo recente e cheio de debates a todo momento... isso não é... tranquilo né, dentro das organizações... Isso não foi absorvido por todas as organizações... (...) O que fez chegar? Fez chegar é a luta dessas mulheres camponesas que sempre participaram desses espaços de enfrentamento... Se elas vão contar historicamente cada ação, quem vai pra esses espaços, do que vem fazendo, como vem se colocando... É muito duro, não tem nada de amigável [risos]... Sempre é com muita... Diálogo franco, né? Debates acirrados e postura de enfrentamento para as mulheres participar. Pra mim tem compreensões muito diferentes, inclusive de gênero....Por exemplo,

assim, o assentamento você vai ter níveis diferentes de compreensão... Quem tá participando de outros espaços, tá vendo outras coisas, tá podendo estudar tá num nível, porque as coisas estão mais com a totalidade na cabeça (Rosa, em entrevista cedida em 1º de junho 2018).

Rosa apontou questões amplas que revelam como a construção do feminismo camponês e popular se elabora em debates acirrados nos diálogos entre as organizações sociais do campo. No âmbito do MST, ocorrem variações entre as mulheres camponesas sobre a compreensão das questões feministas, até porque, como salientou esta interlocutora dizer que *“nós também somos feministas é algo recente”*. Além disso, o quesito da educação formal é um parâmetro relevante para observar em cada história de vida as compreensões e interesses em torno dos debates feministas e de gênero. Das sete interlocutoras, somente Rosa e Alecrim falaram sobre estas questões com iniciativa própria, sem a necessidade de serem questionadas. Ambas também são as únicas que possuem formação superior em nível de pesquisa acadêmica.

Em um parâmetro mais geral, desde a década de 1980, as mulheres camponesas se organizam em movimentos autônomos, no contexto histórico da redemocratização pós-ditadura civil-militar, em que muitos movimentos sociais emergiram para reivindicar direitos saqueados pelo governo ditatorial. Essas mulheres foram influenciadas também pelo movimento feminista europeu, datado desde o século XIX, mas com a ressalva de que ele não poderia ser meramente apropriado pelo grupo de mulheres do campo brasileiro, tendo em vista as distintas epistemologias que se constroem lá e cá. Além disso, o feminismo a que as mulheres camponesas se propõem a construir critica a teoria europeia, uma vez que não contempla a diversidade de culturas das mulheres latinoamericanas, afrodescendentes e indígenas.

Existe então um contexto maior da luta de mulheres camponesas que produzem suas vidas em territórios diversos, onde as mulheres Sem Terra carregam a especificidade das lutas por terra e do enfrentamento ao agronegócio. Esse contexto não trata somente da autodefinição “sou feminista” por parte delas. Trata da postura e da ação comum que as unem no sentido de terem sido protagonistas em lutas de combate ao agronegócio. Essa construção coletiva organizada pelas mulheres é elaborada principalmente naquelas que produzem agroecologia, justamente pela especificidade da luta feminista no campo. A citação que segue, por

exemplo, é de uma pesquisa com o Movimento de Mulheres Camponesas de áreas rurais do Rio Grande do Sul (MMC/RS), também foi feita a partir do referencial teórico decolonial e conta um pouco sobre o que é isso que une essas mulheres.

No caso específico aqui explorado, das mulheres do MMC, as categorias de mulher, rural, camponesa, agricultora, extrativista e outras compõem um mosaico de autodefinições que fazem emergir categorias geradoras de uma identidade em torno da qual elas se organizam para reivindicar direitos e políticas específicas. Fundamentalmente, elas reivindicam uma transformação da sociedade, reclamando um 'feminismo camponês', apresentando suas práticas, conhecimentos e fazeres como elementos positivos e capazes de trazer respostas aos vários desafios que enfrentam. (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017, p.690) ²⁷.

As mulheres da Via Campesina/Brasil, organizadas em diversos movimentos sociais de campo, de mulheres ou mistos, se articulam a partir de um feminismo caracterizado como camponês e popular. É feminismo, porque estas mulheres se apropriaram da influência da resistência histórica de outros feminismos, é camponês, porque elas reconhecem e afirmam a cultura camponesa e é popular, porque se insere nas lutas classistas, por território, por trabalho digno, por agroecologia e Soberania Alimentar. Nesse contexto, as mulheres camponesas resistem ao modelo de agricultura capitalista, o agronegócio, protagonizando o desafio de produzir suas existências por meio da produção agroecológica, sendo esta, uma potente arma de combate a todas as formas de opressões contra essas mulheres, que vivem da terra.

O feminismo camponês e popular está sendo construído recentemente, desde o início dos anos 2000, enquanto sistematização por diversos movimentos sociais que fazem a Via Campesina. Mas este feminismo não é novo enquanto experiência das mulheres. As mulheres camponesas estiveram presentes se protagonizaram diversas lutas camponesas, como exemplo, a construção do MST. Para citar alguns desses movimentos que estão sistematizando-o: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/Brasil); Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI/Chile) e MST/Brasil.

Com o intuito de sistematizar as características do feminismo já praticado por muitas mulheres camponesas e por elas vivenciado historicamente nas práticas

²⁷ Esse "mosaico de autodefinições", que afirmam as autoras deste fragmento textual, explicita o caráter epistemológico também desta pesquisa, que dialoga permanentemente com as experiências empíricas e as inclui na investigação em uma conversação com os referenciais teóricos escolhidos, sem que ocorra o perigo da fragmentação teórico-prática ou a imposição de uma sobre a outra.

cotidianas, o MMC criou uma cartilha elaborada a fim de comunicar essa construção coletiva. Essa teoria parte do princípio de que esse feminismo se produz a partir das lutas populares camponesas, não sendo possível compreendê-lo fora desta ideia.

(...) afirmamos que o feminismo camponês e popular não é algo novo, que vem de fora para dentro, mas é a prática cotidiana de vida, luta e organização das mulheres do campo, mesmo quando ainda não o entendíamos desta forma. (MMC, p.34)

Dentro dessa construção coletiva citada na cartilha do MMC, há um aspecto do movimento de produção de conhecimentos vivenciado de modo específico por mulheres do campo que estão em movimento de luta, seja dentro da luta pela terra ou não. Em pesquisa sobre o MMC, realizada no oeste catarinense, Gaspareto (2017) elabora como os conhecimentos produzidos pelas mulheres camponesas passam por uma práxis geradora de outros jeitos de produção de existência, que contrasta com o jeito padronizado imposto pela modernização da agricultura. Gaspareto (2017) defende que as práticas feministas camponesas indicam uma construção epistemológica elaborada a partir da resistência e do enfrentamento.

FIGURA 6 – CAPA DA CARTILHA “FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR”



FONTE: Movimento de Mulheres Camponesas (2018)

A organização em redes dos movimentos sociais e os espaços de articulações inter-organizacionais, como a CLOC e a Via Campesina, possibilitaram que as mulheres camponesas se apropriassem de um aporte político e social para afirmarem seu protagonismo histórico, baseado nos conhecimentos ecológicos sobre a produção agrícola e sua participação constante na economia camponesa e sua produção de existência *do/no* campo. Melissa atenta para sua compreensão sobre o sentido da luta das mulheres:

É as mulheres que mais sofre com os filhos, com a gravidez com a filha adolescente grávida, os namoros, quem mais sofre é as mulher, então é dentro de toda essa situação as mulher tem que se juntar pra pensar junto porque a maioria das situações das mulheres é parecida uma com a outra, o sofrimento é parecido aonde vive né, então é isso que força as mulher a se juntar, não pra excluir o homem, mas como viver junto com o homem, e como trazer os homem junto pra pensar a mesma coisa assim, de igualdade, solidariedade, ser amigo (Melissa, em entrevista, 2017).

No caso das mulheres camponesas, acumula-se o processo de luta pela terra, o diálogo e as trocas com outros movimentos autônomos de mulheres, condições que também contribuíram para o empoderamento e o fortalecimento delas enquanto sujeitos de direito. As especificidades da luta das mulheres camponesas resignificam as teorias feministas, a partir da concretude cultural e material que produzem as mulheres do campo, das florestas e dos rios.

O mais interessante é que elas estão (re) significando o feminismo a partir das suas experiências, dos seus saberes, da sua cultura, assim como de suas demandas a partir das transformações políticas e econômicas do campo brasileiro. Esse “feminismo camponês e popular” que tem suas raízes nos movimentos sociais populares, especialmente os do campo, está relacionado à luta de classes e à ação política das mulheres. (Schwendler, 2017, p. 160)

O debate agroecológico, que é defendido principalmente por elas, é um tema que precisa ser pensado a partir desse feminismo camponês e popular, porque é pela história da agroecologia que podemos pensar a história do protagonismo das mulheres camponesas. Elas continuam lutando por Soberania Alimentar, por agroecologia e por território, esse é o feminismo delas: lutas feministas aliadas a resistência territorial e ao protagonismo camponês. A articulação em redes possibilitou a produção de conhecimentos para esses sujeitos, que dialeticamente, formam tantos outros para se unir em uma mesma luta, que considera os diversos interesses e necessidades de cada mulher, suas ontologias vivenciadas na práxis cotidiana. Como contou Hortência sobre a importância do aprendizado através de

cursos de formação e da troca de conhecimentos entre os próprios camponeses e camponesas: “A gente fez muito intercâmbio. Visitas em várias regiões do Estado. Rio Grande do Sul, Santa Catarina...E cursos de formação teve muito aqui na sede. Questão da agroflorestal, produtos defensivos...” (Hortência, em entrevista cedida em 12/05/18)

Nesse contexto educativo, as mulheres camponesas se apropriaram de uma formação política, que as fortaleceram para se organizarem no interior dos movimentos sociais mistos: uma grande conquista do posicionamento político das mulheres foi a aprovação da paridade de gênero nas participações das instâncias coletivas dos movimentos sociais durante a II Conferência da CLOC, em 1997, Brasília. (SCHWENDLER, 2017).

As mulheres camponesas da Via Campesina/Brasil protagonizaram muitas lutas reivindicando equidade de gênero, a partir da materialidade da luta classista, do diálogo com as teorias feministas revolucionárias (europeias/norte-americanas), que contestavam o feminismo universalista (POCAHY, 2011) e sua constante ressignificação, da troca com as organizações autônomas de mulheres camponesas e da necessidade de levantarem contra a cultura patriarcal conservada no campo, e intensificada com os processos históricos da Revolução Verde e a implementação do agronegócio, que usurparam e negaram o trabalho feminino.

Embora elas tenham participado ativamente das lutas de resistência e de ocupação de terras e se organizado em movimentos autônomos desde o início da década de 1980, sua atuação política ganha visibilidade na medida em que elas organizam a ocupação do território do agronegócio. Em sua ação está o questionamento do modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura e a afirmação de um projeto de agricultura camponesa, pautado na soberania alimentar, na produção do alimento saudável e diversificado, bem como na preservação do ecossistema e da vida do planeta. (SCHWENDLER, 2015b, p.156)

A construção do feminismo camponês e popular, realizada a partir dos movimentos sociais organizados na Via Campesina, é mobilizada pelo reconhecimento do modo de vida camponês, pelo fortalecimento da representatividade das mulheres nos processos de produção agroecológica, pelo enfrentamento ao patriarcado, pela intersseccionalidade das relações sociais, no sentido de colocar a luta pelo socialismo em debate com as questões de gênero e pela Soberania Alimentar (SCHWENDLER, 2017). Dentro do movimento histórico dialético da realidade, as elaborações teóricas sobre este feminismo passam por condições sociais da própria conjuntura política de luta e resistência da classe

trabalhadora, extremamente sufocada por tantos retrocessos de direitos no país, que (r) existe sob intensos ataques materiais à vida.

A luta das mulheres camponesas, nesse caso específico das mulheres da Via Campesina, foi construída na materialidade do contexto da luta de classes, ou seja, a partir das condições em que essas mulheres assumiram no interior dos movimentos mistos. Os processos educativos do movimento social foram cruciais para que elas se reconhecessem protagonistas das ações de luta, e construíssem suas pautas, ainda que seja um desafio disputar nos movimentos mistos. Para a finalidade deste capítulo, é importante destacar que a retomada histórica será essencial para compreender a organização delas, mas o foco estará na organização das mulheres do MST, tendo em vista a escolha do trabalho de campo.

Nesse sentido, todo o conhecimento acumulado pelas mulheres do MST e da Via Campesina na organização de luta pela terra, foi utilizado para pensar e construir, *no coletivo*, estratégias para discutir suas pautas de interesses tanto em atividades de formação para elas mesmas como para compartilhá-las com as instâncias mistas, inclusive nos espaços deliberativos. A Assembleia de Mulheres, por exemplo, é uma instância autônoma criada pelas mulheres da CLOC/Via Campesina, que possui a função de ser um espaço delas, constituído estrategicamente no âmbito das disputas no interior da articulação. Essas mulheres resinificam um feminismo eurocêntrico, e o constroem a partir de uma práxis popular, vinculada às lutas classistas.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO DECOLONIAL

Optar pelo feminismo decolonial veio de uma necessidade pessoal na direção de “começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 948). A partir da elaboração teórica de colonialidade do gênero, Lugones (2014) explica como os colonizadores retiraram a relação entre gênero e sexo na caracterização que faziam aos/às colonizados/as, como modo de legitimar violações nos corpos dos povos subalternizados, como os indígenas das Américas e os africanos escravizados. O feminismo decolonial enfatiza a necessidade de expor as formas de colonialidade presentes na produção do conhecimento sobre gênero na intersecção classe, raça, sexualidade e gênero, sem cair em dicotomias modernas, que categorizam e invisibilizam sujeitos em suas diversidades de opressões e resistências.

A relação com os estudos decoloniais se justifica no movimento de romper com a hierarquização dos conhecimentos, baseada em relações de subordinação e de colonização, fundamentalmente no que se expressa na lógica de uma superioridade criada historicamente pela educação moderna. Essa vertificalidade do conhecimento também congrega questões de ordem simbólica e não só material, o que de certo modo instaura tensões na interlocução entre diferentes perspectivas, como na interface que se pretende nesta pesquisa com o materialismo histórico dialético. A busca teórica foi de afrouxar algumas dessas tensões no sentido de ampliar para leituras marxistas que pautam questões culturais intrínsecas às relações capitalistas.

A teoria decolonial visa *sentipensar* (WALSH, 2013) desde a história da América Latina. Os protagonistas exterminados, segregados da História, material e simbolicamente, resistiram, e denunciaram que o universal também é uma forma de colonização. A partir desta premissa, a teoria feminista europeia, que permeia o ambiente acadêmico, também produz um conhecimento a partir de uma ótica pronta e “universal” da mulher. O caráter liberal da economia instrumentalizou os países colonizadores a continuar colonizando, respaldados pela “necessidade do desenvolvimento”, com isso, apagaram os povos indígenas da memória da América Latina, exterminando-os fisicamente em massa.

(...)tal como lo propone el feminismo latinoamericano Decolonial, cuyas bases son el cuestionamiento al componente laico, blanco, moderno y machista de la modernidad expansionista. América Latina ha sido subsidiaria para el financiamiento del “desarrollo y la modernidad” de los países centrales del esquema mundial. Aunque esta relación de subsidiariedad no se desarrolló sin resistencias u oposiciones de parte del campo popular indígena, mestizo y criollo latinoamericano (BARD WIGDOR; ARTAZO, 2017, p.199).

A construção das teorias feministas latino-americanas, como as do feminismo comunitário ou do feminismo decolonial, reconstrói as bases da origem da colonização, de modo que denuncia os “vestígios coloniais” das sociedades latino-americanas, ou seja, os colonialismos internalizados nas relações sociais e nos sujeitos. O pensamento feminista decolonial desconstrói a estrutura colonial, marcada pelo patriarcado, pelo racismo e pelas relações de mercado, a fim de construir um pensamento que reconheça os conhecimentos indígenas, camponeses e de tantos outros povos tradicionais. Os conhecimentos produzidos por estas mulheres não são sistematizados pela academia, ou se são registrados, o fazem

desprovidos do seu caráter político ou inviabilizados e desvalorizados em sua história e origem.

Las perspectivas feministas decoloniales latinoamericanas, cuestionan el discurso colonialista de ciertos feminismos. A partir de ideas políticas contra hegemónicas, con teorías y prácticas políticas que han variado a lo largo de la historia, encontramos un acuerdo tácito sobre la necesidad de des-identificarse del feminismo blanco dominante (BARD WIGDOR; ARTAZO, 2017, p.200).

A racionalidade moderna e seus desdobramentos científicos, técnicos e tecnológicos fragmentaram os processos culturais dos naturais, submetendo a natureza e tudo o que dela provém aos imperativos do sistema capitalista (SOUZA FILHO, 2015). A partir da Revolução Industrial, no século XIX, foram inauguradas intensamente práticas de incentivo à utilização de agroquímicos, como o DDT²⁸, mostrando a serviço de que estava a Ciência Moderna. A ideia do desenvolvimento como materialização da economia *capitalista-patriarcal-colonial-moderna* se coloca como uma utopia do capitalismo, como um progresso linear e vertical a ser alcançado individualmente por meio da meritocracia.

A simbologia de uma escada do sucesso é vendida pela teoria do desenvolvimento através do paradigma de que todos os sujeitos devem ter/tem um projeto comum de vida, e se relacionam harmonicamente para um fim, sem contestação (ZIBECHI, 2015). Um projeto proveniente do sucesso via consumo. A teoria do desenvolvimento é uma ideia construída desde o ponto de vista dessa utopia, de um brilhantismo, de um projeto comum. O giro decolonial (MIGNOLO, 2007; BALLESTRIN, 2013) a partir de um olhar do Hemisfério Sul possibilita refletir sobre como esse desenvolvimentismo produz os conflitos travados nas diversas lutas dos movimentos sociais (do campo).

Os objetivos e os intentos desse desenvolvimento são a reprodução do capital, por meio de diversas estratégias de ação, como as operacionalizadas pelo Banco Mundial, e a reprodução das distintas formas de opressão contra a classe trabalhadora e os *Outros*²⁹ do sistema, operacionalizadas por mecanismos de controle social, de modo a manter a hegemonia *do sistema-mundo-capitalista*-

²⁸ Diclorodifeniltricloreto é uma das primeiras e principais invenções químicas utilizadas no pós-Guerra, aproximadamente na segunda metade de 1800, o que pode ser considerado os primórdios da Revolução Verde, período da modernização conservadora da agricultura no século seguinte.

²⁹ Ver Arroyo (2015).

moderno-colonial-patriarcal (YESHIA, 2007) como a suposta “legalidade epistêmica” da sucessão de etapas. Neste sentido:

La producción de un discurso crítico que se sostiene en una concepción lineal de la historia derivó en el planteamiento de una legalidad epistémica tendiente a mostrarla – a la historia – como sucesión de etapas; de tal suerte que, más allá de las especificidades de cada sociedad, el paso de una a otra podía ser explicado ‘objetivamente’, como siguiendo un guión predeterminado. Así, en el capitalismo, todo aquello que no estuviera subsumido real o formalmente al capital era denominado como “pre- capitalista” (...) (GUITIERREZ; SALAZAR LOHMAN, 2015, p.20).

No marco da Revolução Industrial, ocorrida na Europa do século XVIII, o sistema mundo capitalista trouxe uma noção evolutiva, que apontava o campesinato e suas formas de (re) produção de existências como sendo pré-capitalistas, ou seja, arcaicas diante da modernidade gerada com a industrialização urbana. A crítica decolonial às leituras marxistas ortodoxas, que resumem as lutas sociais à esfera proletária, marginalizando o protagonismo camponês, mostra como algumas perspectivas estruturalistas se utilizam de chaves de leituras que não compreendem a diversidade de populações na América Latina em suas ontologias, resistências e sociabilidades. Esta diversidade ontológica se identifica com o não moderno e não com o pré-moderno, a partir de uma nomenclatura posicionada politicamente que fala sobre a não conformação dos povos do Sul aos ditos modernos coloniais (LUGONES, 2014).

Então, além do giro epistêmico, faz-se necessário realizar o giro ontológico (SOLER, 2009), compreendido pela *mirada* ao protagonismo dos sujeitos que estão em (r) existência e produzem conhecimento a partir de suas práxis de luta, no entendimento da não dissociabilidade da teoria e prática. Essa pesquisa se produzirá nesse intuito de ler o que as mulheres camponesas do MST narram sobre suas próprias histórias de vida, como elas se situam nesse sistema mundo- capitalista-colonial-moderno-patriarcal, que projeções e reproduções elas fazem e suas formas de entender suas lutas. O giro ontológico compreende que os sujeitos que (r)existem por meio do território, que nesta pesquisa é a comunidade do Assentamento Contestado, produzem reflexões a partir de suas próprias práticas. As narrativas que eles fazem sobre si mesmos e sobre o coletivo, fruto dessas reflexões, compõem esta pesquisa na interface com o aporte teórico-metodológico definido para as análises da realidade.

Como este estudo foca nesta relação entre gênero, agroecologia e trabalho no Assentamento de Reforma Agrária Contestado, dialoga-se com a história de

mulheres que trabalham com a agroecologia, seja na formação, seja no cotidiano laboral. Neste contexto, a “lente de gênero” é crucial para compreender como essas mulheres camponesas estão debatendo e vivenciando as problemáticas de gênero e feminismo no seu cotidiano, em especial na relação com o trabalho agroecológico.

Dentro das teorias feministas decoloniais (LUGONES, 2014; MARTÍN, 2013), que ampliam o debate desde diferentes espectros feministas em sua diversidade de povos, culturas, gerações, ontologias, epistemologias e lutas, podemos compreender que o feminismo camponês e popular expressa a resistência das mulheres camponesas e sua diversidade de demandas sociais, como a reivindicação por políticas públicas e o enfrentamento ao agronegócio. Essa diversidade deriva de uma perspectiva feminista específica das mulheres camponesas e se fundamenta na consciência de classe, na defesa de seus territórios e na Soberania Alimentar (SCHWENDLER, 2017).

A construção do feminismo camponês e popular compreende pautas históricas do feminismo articuladas com as questões de classe, trabalho, território, cultura e a própria defesa da agroecologia. A luta das mulheres do campo está estreitamente vinculada à disputa agroecológica historicamente, tanto nos movimentos sociais organizados pela Via Campesina, do qual o MST faz parte, quanto em outros movimentos camponeses autônomos. Assim como os processos de luta pela terra fundamentaram politicamente as mulheres para se organizar internamente no movimento (SCHWENDLER, 2015), no enfrentamento ao agronegócio e, consequente, na luta pela agroecologia, também instrumentaliza a luta de gênero e vice-versa. É importante destacar que a história dos movimentos sociais mostrou que o enfrentamento classista sem o debate de gênero não garante a emancipação das mulheres, entretanto, a agroecologia compreendida na multidimensionalidade (PINHEIRO MACHADO; PINHEIRO MACHADO FILHO, 2014), e que, portanto, não se restringe a técnicas agrícolas, permitiu às mulheres uma leitura ampla do seu lugar social dentro das lutas pela terra.

Diferentemente da teoria do desenvolvimento capitalista, que nega o conflito, mascarado em uma falsa paz entre as nações, esta pesquisa pretende evidenciar os conflitos, os tensionamentos sociais, sem perder de vista os mais amplos, como a transformação da estrutura social, mas focando nos existentes no interior do movimento social, no contexto da cultura camponesa. Ações sociais que se referem às relações de gênero de algumas famílias do Assentamento Contestado, a partir de

narrativas de mulheres, considerando a aproximação construída historicamente no MST (e em outros movimentos sociais do campo) entre feminismo e agroecologia. Além do mais, compreende-se que na interface da teoria decolonial com o urgente chamado de luta contra às opressões nas mais diversas facetas do *sistema mundo-capitalista-moderno-colonial-patriarcal*, e diante da conjuntura política que se vive no país, colocar em questão a organização das mulheres camponesas do MST é um ato político, o que também justifica a relevância dessa pesquisa. Esta pesquisa pretende também servir de subsídio teórico-prático para as organizações sociais que se interessem pela *mirada* epistemológica dissertada a partir de um “pluri-álogo” (MIGNOLO, 2009) com essas pessoas, ou seja, considerando a construção das histórias de vida destas mulheres.

Os processos de colonialidade na América Latina podem ser analisados desde a denominação sobre “latinidade”, que tentou trazer a noção de que as misturas culturais e genéticas dos povos, acentuadas com a dominação hispânica, pudesse confluir em um universal latino, fomentando certa unidade. Entretanto, os/as colonizados/as historicamente expuseram e elevaram os diferentes modos de produção de existência, assim como as desigualdades que vivenciaram em distintas dimensões da vida no que se refere à classe, raça e gênero.

A teoria crítica decolonial (QUIJANO, 2000) se fundamenta na compreensão de que a produção do padrão globalizado de poder imposto na América Latina gerou formas de colonização permanente na região, por meio da reprodução dominante da cultura europeia. O conceito de raça foi decisivo para a afirmação da modernidade na Europa, que não ocorreria sem a dominação colonial, pelo viés da raça e da noção de civilização, na América Latina. Esses processos colonizadores ocultaram a diversidade de expressões e experiências dos povos da região, e quando se passa a tratar especificamente das mulheres, essa problemática também precisa ser levada em consideração.

Frank Fanon (2008) afirma que “a violência da negação” do que somos, processo histórico cultural da colonização, constitui um aspecto comum que une as sociedades latino-americanas, de modo que compromete a própria construção da nossa identidade. A teoria decolonial, portanto, se propõe a reconhecer e a expor esse “outro”, esse dominado, esse negado e seus pluriversos.

Os pensamentos feministas latino-americanos se propõem a problematizar criticamente as diversas questões sociais, políticas e culturais da América Latina em

sua historicidade, justamente para reconhecer e visibilizar a diversidade da região. Mas há outra dimensão comum, que se fundamenta na produção do paradigma moderno de que os Estados-Nação criados depois do fim das colônias estariam inconclusos e subdesenvolvidos, e esse pensamento tornou legítimo todos os processos de exploração, violação e expropriação dos recursos materiais e imateriais dos povos originários da América Latina. O caráter liberal da economia instrumentalizou os países colonizadores a continuar colonizando, e, respaldados pela “necessidade do desenvolvimento”, apoiada na ideologia desenvolvimentista, apagaram os povos indígenas da memória histórica da América Latina, exterminando-os fisicamente em massa.

Reconhecer e trazer à memória o passado de resistência às diversas ações coloniais dominantes que marcaram a história da América Latina, como o massacre aos povos indígenas e camponeses, a escravização dos povos africanos, e a negação da diversidade cultural, se faz crucial para a compreensão da construção da teoria latino-americana. No que se refere ao pensamento feminista das mulheres latino-americanas, especificamente, nota-se a supervalorização na análise das teorias europeias e norte-americanas, em detrimento dos conhecimentos produzidos historicamente a partir de epistemologias e ontologias próprias e distintas.

As diversas reconstruções dos feminismos latino-americanos conduzem à necessidade de reconhecer a estrutura colonial que é permanente, ou seja, que não findou a partir da criação dos Estados-Nação na América Latina. Essa colonização perdura também é trazida por muitos pensamentos feministas europeus e norte-americanos, uma vez que estes subalternizaram os conhecimentos das mulheres pertencentes aos povos originários da América Latina, impondo seus interesses e suas estratégias homogêneas e ditas universais. Entretanto, ressalto que a perspectiva decolonial se baseia em uma perspectiva geopolítica, havendo processos de resistência nos países do Hemisfério Norte, como é o caso do feminismo negro movimentado nos Estados Unidos. É preciso sair da crítica aos pensamentos homogeneizadores.

Gabriela Bard Wigdor e Gabriela Artazo (2017) salientaram a hegemonia das mulheres acadêmicas, que em grande medida não reconhecem as produções de vida e os conhecimentos históricos das mulheres indígenas, camponesas, quilombolas, e de tantos povos originários da América Latina. Os conhecimentos produzidos por estas mulheres geralmente não são sistematizados pela academia,

ou se são registrados, em muitas vezes, o fazem desprovido do seu caráter político ou inviabilizados e desvalorizados em sua história e origem. O pensamento feminista regional, outro nome utilizado pelas autoras, propõe o exercício de uma leitura de gênero que considere as opressões de classe e raça, de modo que os processos de colonialidade, como o branqueamento populacional e a democracia racial, sejam confrontados nas próprias relações hegemônicas de gênero.

Las perspectivas feministas decoloniales latinoamericanas, cuestionan el discurso colonialista de ciertos feminismos. A partir de ideas políticas contra hegemónicas, con teorías y prácticas políticas que han variado a lo largo de la historia, encontramos un acuerdo tácito sobre la necesidad de des-identificarse del feminismo blanco dominante (BARD WIGDOR; ARTAZO, 2017, p.200).

As contradições imbricadas nas relações raça/etnia, classe e gênero produzem desigualdades de gênero específicas no capitalismo, que se configuram a partir do patriarcado, uma vez que esta sociedade se apropria da inferioridade cultural e política, no plano da superestrutura e desvalorização econômica das mulheres, no plano da estrutura, a ponto de contribuir para a manutenção do sistema capitalista (SAFFIOTI, 1983). O feminismo de Heleieth Saffioti se configura desse modo, porque esta assumiu o método histórico dialético para produzir suas análises sobre a condição do trabalho das mulheres na sociedade de classes, mais especificamente na sociedade capitalista. A argumentação dela passa pelo reconhecimento de como o capitalismo reconfigurou as relações de produção dos modos históricos de produção (escravismo e servidão) sem que as características destes modos fossem perdidas, mas operacionalizadas de outras maneiras. É nas diferenças de classe, raça/etnia e gênero que as desigualdades foram forjadas historicamente, e no caso do sistema capitalista, as faces desses processos se conformam em outras roupagens.

Ainda que suas análises partissem de uma economia política centrada nas dinâmicas da industrialização, em que os impactos urbanos são muito mais visíveis, pelo constante incremento ao consumo de bens, não deixou de pautar as repercussões sociais no campo; principalmente para a vida das mulheres. Nesse sentido, é possível pensar na relação campo-cidade, e em especial em períodos

históricos como na Revolução Verde³⁰. A compreensão de patriarcado enquanto uma estrutura de poder hierarquiza os homens sobre as mulheres, em uma base material instrumentalizada ideológica e violentamente (SAFFIOTI, 2015). Ainda que não se trate de um tema a ser pesquisado neste trabalho, observou-se que a violência doméstica é um assunto recorrente nas narrativas das interlocutoras, sem constatação de ocorrência na vida pessoal delas, mas na visibilidade que quiseram dar a este assunto.

O feminismo camponês e popular construído pelas mulheres camponesas da Via Campesina, portanto, parte de um emaranhado de vivências, interesses e narrativas de mulheres que vivem no campo e marca sua identidade, seu conflito e sua utopia. Ao tratar da luta das mulheres camponesas da Via Campesina e a ressignificação que fazem da história do feminismo, compreende-se o protagonismo que realizam dentro de movimentos compostos por homens e mulheres. O feminismo camponês e popular reúne a luta de classes e as lutas transversais por equidade de gênero e por agroecologia, no confronto direto com os pilares da sociedade injusta e desigual que vivemos e suas múltiplas formas de opressão.

³⁰ Revolução Verde se constituiu em um movimento político e econômico que pretendeu modernizar o campo brasileiro sem alterar a distribuição desigual de terras, fruto da colonização exploratória neste país.

3 AGROECOLOGIA E A LUTA DAS MULHERES NO CONTESTADO

Esse capítulo traz mais especificamente a relação que as mulheres camponesas construíram historicamente com as produções agroecológicas em suas múltiplas dimensões. A relação mais direta está no fato de que as mulheres camponesas são historicamente responsáveis pelas hortas, que em sua grande maioria, são orgânicas³¹. Sendo as protagonistas no enfrentamento ao agronegócio, as mulheres camponesas vão construindo assim o feminismo camponês e popular. Em um primeiro momento, apresento as concepções da agroecologia produzidas em uma perspectiva contra hegemônica, cercada de conceitos basilares construídos a partir do protagonismo dos agricultores/as (SILIPRANDI, 2015). Dentro disso, resalto a importância do trabalho das mulheres nesses processos sociais em que elas se destacaram em disputas na luta contra o agronegócio e em defesa da Soberania Alimentar dos povos do campo.

A coletividade é um aspecto central na luta das mulheres camponesas do MST, principalmente naquelas que trabalham com agroecologia, que encontram no diálogo que produzem umas com as outras o fortalecimento para continuar resistindo aos ditos empresariais do agronegócio e ao lado desta resistência, na luta contra a opressão machista. “Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. (...) Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista.” (LUGONES, 2014, p. 949). Então, no segundo tópico, relaciono as dificuldades do cotidiano de trabalho e as problemáticas nas relações vivenciadas na comunidade pelas interlocutoras desta pesquisa.

3.1 A AGROECOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA CONTRA HEGEMÔNICA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A agroecologia enquanto conhecimento acadêmico data por volta da década de 1970. O chileno Miguel Altieri e o estadunidense Stephen Gliessman são considerados os precursores nas produções de pesquisa sobre agroecologia, ambos realizaram seus trabalhos em universidades nos EUA. Entretanto, compreende-se

³¹ Existem diferenciações teóricas entre “orgânicos” e “agroecológicos” no que se refere à concepção histórica dos nomes, entretanto, não vi a necessidade de assim diferenciá-los para esta pesquisa. Optei, portanto, em somente sinalizar que existem algumas nuances que pode diferenciar ambos os nomes.

que práticas agroecológicas são realizadas desde o início da atividade humana de transformar a natureza, cultivando variedades de alimentos de acordo com a diversidade ecológica dentro das especificidades de cada população tradicional (HECHT, 2002; SILIPRANDI, 2015).

A tecnologia atual, puramente sintomática, se concentra na planta. Combate sintomas, que derivam e evita tocar nas causas desses sintomas, que derivam do solo. Concentrando toda atenção ao solo, a terra, as plantas das culturas, automaticamente, se beneficiarão. Terra boa dá plantas vigorosas, produtivas e saudáveis. Se ainda faltar alguma coisa, será fácil remediá-la. O trato do solo não é essencialmente químico-mecânico, mas biológico-físico. (...) E tudo que beneficia a terra beneficia igualmente o meio ambiente. É uma agricultura sustentável: econômica, social e ambientalmente. (PRIMAVESI, 1992, p.10)

Desde a dimensão técnica, a agroecologia elabora concepções amplas sobre a produção agrícola, de modo a descentralizar a produção em si, dando relevância ao meio ambiente como um todo, explicitando as vidas que se reproduzem no contexto como um todo. Essa importância tornou a agroecologia uma ciência multidimensional, que inclui processos sociais de análise. Os estudos acadêmicos em agroecologia, que sucederam os trabalhos daqueles teóricos pioneiros, como os de Eduardo Sevilla Gusmán, na Espanha, e Victor Toledo, no México, foram constituídos em debates com diversos movimentos sociais camponeses e indígenas, e neste sentido, assumiam debates epistemológicos diversos (SILIPRANDI, 2015).

A palavra “agroecologia” traz consigo especificidades políticas e culturais que a palavra “orgânico” não traz. A maioria das interlocutoras da pesquisa destacou essa distinção, no sentido de se referir à produção orgânica quando relacionado às práticas sem a utilização dos insumos químicos e agrotóxico em um tempo passado, ou quando mencionavam sobre a produção agrícola em si, como a certificação orgânica. Para falar da agroecologia, elas trouxeram por diversas vezes a dimensão social que a produção agroecológica carrega e seu caráter experimental, de teoria e prática, de idas e vindas, de diálogos de saberes, de trocas relacionais, que começam desde a unidade familiar.

Eles [seu pai e sua mãe] também entraram na agricultura, tiveram acesso a terra, na década de 90, onde a revolução verde, o agronegócio, produzir, usar veneno... porque é bem isso: “Ocupar, resistir e produzir”. Então não importava a forma de produzir, tinha que produzir, então ele [seu pai] foi muito nessa onda... porém nós já tivemos experimentações na minha casa, por isso que a agroecologia pra mim foi um processo de experimentação... (Rosa, em entrevista cedida em 1º de junho 2018).

O trabalho das mulheres camponesas na agroecologia mostra como a agroecologia é experimental, ou seja, não é algo dado, pronto, que mecaniza os

corpos dos sujeitos que a praticam. A agroecologia exige a construção de uma relação com a natureza, com o solo, com o tipo de terreno, uma vez que a observação apurada, os conhecimentos locais e as trocas culturais se fazem necessárias em todo o processo. O solo que recebe adubos químicos, agrotóxicos e passa pelo processo de desmatamento se torna insustentável para produzir, porque se empobrece de seus nutrientes naturais. Preparados orgânicos, adubo verde, cobertura morta sobre o solo, conservação da mata nativa, ao contrário, favorecem a conservação do terreno e da sua diversidade. Entretanto, em termos práticos, esta pesquisa mostrou como a agroecologia se vale em sua maior parte da persistência nas unidades familiares que não abrem mão desta prática, tal como Dália enfatizou:

Recurso, não tem recurso para agroecologia, tipo, nos assentamentos, acho nem fora. Porque se você vai falar que vai fazer “eu quero lá um recurso que quero plantar uma horta”, e, ou então uma agrofloresta, as pessoas falam: “Mas vai plantar no meio do mato?”. Não vai, não tem, não existe recurso, tipo nos bancos para você conseguir um recurso para você fazer a agroecologia e depois, é o acesso as máquinas, por exemplo, um pouquinho de tecnologia, que já pouca coisa desenvolvida para a agricultura familiar (...) Então, não tem nenhum incentivo do governo, você tem que começar, por isso que você tem que começar pequeno e daí vai, por exemplo, nós quatro começamos, não tinha irrigação, nós compramos os primeiros canos em prestação e daí vai aumentando, depois conseguimos comprar o tratorzinho com mais alimento, mas nós não falamos que era pra horta, tipo, pra trabalhar na roça e tal, essas coisa, então tem coisa que é bem difícil você acessar e também a persistência, você tem que persistir, se você quer e você sabe que vai dar certo, tem que ir à luta (Dália, em entrevista cedida em 28/09/18).

As mulheres protagonizam esta luta. São em dificuldades como essas, comum nas unidades familiares, que as mulheres se destacam na resolução de problemas. Pesquisas anteriores (SILIPRANDI, 2015) mostram como a agroecologia fortalece a luta das mulheres, porque a partir dela elas visualizam seu próprio trabalho e ampliam sua autonomia para questões culturais, como a valorização das suas atividades cotidianas, autoestima e práticas de lazer. Enquanto prática transdisciplinar, a agroecologia se articula com as lutas populares para resistir aos ditos do mercado e à opressão da mulher. O trabalho agroecológico pode contribuir na formação de identidade das mulheres camponesas, mediando transformações nas condições de hierarquização a que muitas foram submetidas na cultura patriarcal impregnada historicamente nas relações camponesas, do mesmo modo que resinifica existências. As histórias de vida das interlocutoras desta pesquisa mostraram a percepção que elas possuem da importância do seu próprio trabalho e a crítica que fazem aos olhares externos, muitas vezes carregados de preconceito.

Eu já senti muitas visitas, que parece que quando é o homem que fala eles escutam mais, quando é mulher que fala parece que eles acham que não é de tanta importância. Mas eles não veem que aquele é o trabalho da mulher. Eu já senti até nas visitas que você recebe (Maravilha, em entrevista cedida em 11/07/18).

A exigência de um percentual de nomes femininos e o fomento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de que mais mulheres possuam certificação em projetos institucionais fez com que muitas agricultoras assumissem a responsabilidade por projetos próprios ou fossem corresponsáveis junto a seus maridos. Baobá mostrou a importância de ter tido seu nome incluído na certificação agroecológica e a repercussão disso para a vida dela enquanto agricultora.

O olhar externo que a gente fez há uma semana atrás, eu e meu companheiro, eu tive que participar, porque eu estava na certificação. Então se eu não tivesse com o nome ali, eu não precisava estar lá, entendeu. Então assim, não.... Quando eles vieram falar assim 'Vai ter olhar externo e, a Baobá, ela precisa estar, porque ela faz parte junto.' Então para a gente significa muito isso (BAOBÁ, em entrevista, 2018)

Há muitos homens que se aliam à luta das agricultoras e a contribuição deles se faz importante nos processos de conscientização, entretanto, não são eles que precisam dar o valor, a voz, a libertação para as mulheres. Ainda que haja parceria de muitos homens, sejam maridos ou companheiros de militância, a emancipação e o protagonismo é inteiramente delas! Elas mostraram o quanto conhecem sobre si mesmas e o quanto muitas outras que estão na base do Movimento podem despertar para esse reconhecimento e se recriarem enquanto sujeitos sociais de direitos, de voz, de ação e de protagonismo.

O posicionamento político das mulheres que assumem a agroecologia fala de um tipo de produção de agricultura que ultrapassa técnicas e procedimentos produtivos. Mais uma vez, a multidimensionalidade (PINHEIRO MACHADO, PINHEIRO MACHADO FILHO, 2014) ou a transdisciplinariedade (SILIPRANDI, 2015) da agroecologia se reafirma na luta das mulheres camponesas, que não somente denunciam, mas apresentam modos de viver que rompem com as hierarquizações de gênero, reforçadas em grande medida pela cultura hegemônica patriarcal.

No confronto com a agroecologia está o agronegócio, um termo traduzido do inglês *agrobusiness*, que expressa o conjunto de práticas econômicas, políticas e tecnológicas dinamizadas no âmbito comercial e industrial da modernização da agropecuária. Esse termo, criado na década de 1990, quis modernizar a palavra

latifúndio, com o intuito de escamotear a acumulação de riquezas e a superexploração da classe trabalhadora (LEITE; MEDEIROS, 2012; MANÇANO, 2008). O agronegócio amplia a extração de mais-valor do trabalho, uma vez que, diferente do latifúndio, não controla somente a terra, mas outros meios de produção, o que implica agora nas tecnologias produtivas, e as políticas de desenvolvimento econômico (VALENTE, 2008).

Junto com a ruptura natureza e sociedade imposta pelo sistema colonial-moderno-industrial, o agronegócio se inseriu no modo de vida camponês, retirando a autonomia das famílias camponesas. Nesse sentido, pensar a agroecologia enquanto um trabalho permitiu aberturas críticas e dialógicas para problematizar as questões de gênero, sendo uma das chaves de reflexão que a categoria trabalho como princípio educativo trouxe para esta pesquisa. Um ponto trazido pelas protagonistas da pesquisa foi a sobrecarga de trabalho mesmo na agroecologia, mas em contrapartida, a busca por tratamentos convencionais alopáticos é percebida mais nas famílias convencionais. Não se compara à exploração provocada pelo agronegócio.

A problemática das relações comerciais advém do modo de produção adotado pelas empresas e indústrias, que utilizam agroquímicos, fertilizantes e sementes transgênicas, além da opção por monoculturas e a priorização da exportação de mercadorias. Esse foi o modo convencionado pela hegemonia do capital-imperialismo no contexto brasileiro.

A agricultura convencional está construída em torno de dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e a do lucro. Na busca dessas metas, um rol de práticas foi desenvolvido sem cuidar suas consequências não intencionais, de longo prazo, e sem considerar a dinâmica ecológica dos agroecossistemas. Seis práticas básicas – cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas – formam a espinha dorsal da agricultura moderna. Cada uma é usada por sua contribuição individual à produtividade, mas, como um todo, formam um sistema no qual cada uma depende das outras e reforça a necessidade de usá-las. (GLIESSMAN, 2005, p. 34)

Nesse contraste conceitual entre agroecologia e agronegócio, é possível compreender como se constitui a importância da Agroecologia para o Assentamento. Entretanto, existem muitos limites impostos pelo mercado a essas famílias que produzem de forma agroecológica. A grande maioria das sementes orgânicas não é produzida pelos/as agricultores/as nessa região, o que gera uma demanda de compra, que devido à escassez de venda, os/as obrigam a consumir as sementes

convencionais.³² Embora o debate agroecológico estivesse presente desde à constituição do Assentamento, nem todas as famílias produzem de modo agroecológico. Em 2010, por exemplo, 42 famílias assentadas produziram na matriz agroecológica das 108 registradas no total e 38 estavam convertendo sua matriz produtiva da convencional para a agroecológica (SOUZA, 2010). As narrativas apontaram que atualmente existem em torno de 65 famílias agroecológicas certificadas pela Rede Ecovida no Assentamento Contestado. Maravilha afirmou categoricamente sua coragem em se posicionar diante da comunidade:

Eu mesma cheguei no assentamento e alguém falou assim: “Você vai produzir agroecológico? ”, eu disse: “Eu vou” e a pessoa: “Ah! Vai morrer de fome, coitada de você”. Hoje, quem falou isso as vezes vem passear por aqui e diz: “Nossa, como que está bonita a horta. Viu que deu certo? ”, eu digo: “Sim, porque as coisas boas ninguém vem dizer isso dá certo, só vem para a parte negativa (Maravilha, em entrevista cedida em 11/07/18)

Essa garra das mulheres camponesas em assumir a agroecologia reflete o protagonismo delas na unidade familiar. Pesquisas realizadas de Norte a Sul do país mostram estudos sobre a questão do trabalho da mulher camponesa, articulado com a agroecologia e as relações de gênero. Nesses estudos, a Revolução Verde foi um marco histórico importante de análise, pois se constituiu como um movimento político e econômico de modernização do campo, fomentado pelo capital industrial internacional e que afetou drasticamente o modo de vida camponês, e em especial, o cotidiano das mulheres camponesas. A inserção de maquinários, por um lado, reduziu o emprego e colocou os homens nos postos de comando e manuseio das máquinas. O não valor do trabalho feminino se refletiu nesse processo, em que majoritariamente homens foram eleitos a ocupar tais funções.

O que torna a agricultura atual inviável são os preços dos insumos. Nos últimos seis anos, desde 1986, a agricultura brasileira trabalhou no vermelho. É o resultado da tecnologia altamente químico-mecanizada implantada pela “Revolução Verde”. Desde então parece que o destino dos pequenos agricultores são as favelas das grandes cidades. Porém existe uma chance para o agricultor e esta é de mudar o enfoque e a tecnologia. (PRIMAVESI, 1992, p.10-11)

Um dos impactos que as demandas da Revolução Verde foi o alto número de endividamento das famílias camponesas. Nesse contexto, as pequenas hortas agroecológicas organizadas pelas mulheres mantinham a subsistência dessas famílias e o excedente comercializado oferecia indícios do que poderia gerar renda,

³² Convencional, mas não transgênica.

como as hortaliças cultivadas nestas hortas. A agroecologia se traduz em um modo de produção agrícola que se utiliza basicamente dos recursos naturais proporcionados pela terra, pelo sol e pela água da chuva, em um processo multidimensional em que se busca a valorização dos conhecimentos e técnicas camponesas e de povos originários, de modo que a comunidade camponesa possua autonomia produtiva e de vida (ALTIERI, 2011; PINHEIRO MACHADO, PINHEIRO MACHADO FILHO, 2015). Como sintetizou Altieri:

A Agroecologia oferece conhecimentos e as metodologias necessárias para desenvolver uma agricultura que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável. Através da aplicação dos princípios agroecológicos, poderão ser superados os desafios básicos na construção de agriculturas sustentáveis, ou seja: fazer um melhor uso dos recursos internos; minimizar o uso de insumos externos; reciclar e gerar recursos e insumos no interior dos agroecossistemas; usar com mais eficiências as estratégias de diversificação que aumentem o sinergismo entre os componentes-chave de cada agroecossistema (ALTIERI, 2006).

A especificidade da luta das mulheres do campo passa pelas distintas culturas que produzem e vivenciam pelas práticas e conhecimentos do trabalho agroecológico que construíram historicamente e pela relação que possuem com a família, pois valorizam as relações familiares de modo distinto ao que se vivencia na cidade. No interior das relações familiares, onde se produz alimento para o consumo e para o comércio, as mulheres protagonizam as iniciativas agroecológicas, superando e desafiando o modelo capitalista de desenvolvimento agrícola e as tensões do patriarcado nas hierarquizações diluídas na organização familiar.

Um dado significativo demonstrado por Siliprandi (2013) é que os processos de transformação das propriedades rurais em sistemas sustentáveis e agroecológicos geralmente são iniciados pelas mulheres. Os homens geralmente aderem a essa forma de produção após verificarem a rentabilidade econômica. A autora enfatiza que o fato de as mulheres terem assumido para si os temas da agroecologia tem colaborado para que os movimentos sociais rurais reconheçam a sua contribuição na economia camponesa. (Schwendler, 2015b, p.163)

Portanto, as mulheres camponesas tomam a frente das iniciativas agroecológicas em muitas localidades do campo no contexto brasileiro. No Contestado não foi diferente, sendo atribuída às mulheres a coragem de encararem crises econômicas e o trabalho contínuo na educação e na reprodução desde a época do acampamento. Esse engajamento das mulheres em contribuir na luta pela terra e na construção da agroecologia faz parte dos processos educativos que formam uma consciência de gênero, desde a consciência de classe.

3.2 O TRABALHO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

O Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT- Mulheres ANA), em parceria com outras instituições, realizou de 2008 a 2012, um projeto de sistematização de experiências agroecológicas com mulheres camponesas e de diversos povos originários, envolvendo diversas organizações e movimentos sociais. A intenção foi a de fazer refletir sobre o valor do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres, segundo o referencial teórico da economia feminista, que amplia o valor do trabalho, considerando trabalho não somente as atividades mercantis, mas também as de produção de existência.

O projeto, que alcançou uma amplitude em todo o país, resultou na produção de 56 sistematizações espalhadas pelas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte serviram para que estas mulheres reconhecessem suas atividades cotidianas como trabalho e não como “ajuda”. Além disso, contribuiu para que reafirmassem suas identidades de agricultoras.

As sistematizações apontaram para a existência de experiências em que a produção agroecológica contribuiu para o empoderamento das mulheres, que, a partir de então, puderam sair do âmbito estritamente doméstico, aumentando a sua participação em espaços públicos e obtendo mais independência e autoestima. Todavia, essas conquistas só foram possíveis quando a produção agroecológica foi efetivamente articulada a estratégias de garantia da autonomia econômica e política das mulheres, numa perspectiva ativa de superação da divisão sexual do trabalho (SCHOTTZ; MARONHAS; CARDOSO, 2015, p. 53).

O fragmento textual a seguir de outra pesquisa também comprovou como o reconhecimento e a valorização da produção do quintal agroecológico pelas mulheres agricultoras produz novo olhar sobre o próprio trabalho e, nesse caso específico, o trabalho produtivo e o reprodutivo estavam diretamente ligados. As hortas são como verdadeiras escolas.

Alguns depoimentos deixam claro que as mulheres passaram a ter consciência da contribuição de seu trabalho tanto para as unidades produtivas familiares quanto para a comunidade. A participação no grupo produtivo evidenciou a importância da produção do quintal para a renda das famílias, já que muito do que elas produzem no seu quintal hoje é vendido para a agroindústria, o que retorna em forma de renda para as mulheres e para a casa (SILVA, 2016, p.127).

O levantamento bibliográfico realizado também apontou alguns desdobramentos a partir desse rearranjo social em diversas mudanças e continuidades históricas nas vidas destas mulheres. A não participação cultural e

histórica das mulheres camponesas nos postos administrativos da produção agrícola reduz sua autoestima e confiança nesse tipo de trabalho. Uma das interlocutoras de outra pesquisa, realizada com um grupo de mulheres camponesas agroecológicas do Acampamento do MST Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul/PR (SILVA, 2016), descreveu como ela percebe as dificuldades que as mulheres possuem quando se trata da gestão da Agroindústria. Janaína (nome fictício) afirma:

As mulheres têm muito medo. É processo de educação, é uma construção social, as mulheres aqui têm mais medo dos riscos, por exemplo, nós acessar o fundo de crédito e ficar devendo R\$ 15.000,00... As mulheres nunca fizeram, pra pagar em duas parcelas as mulheres nunca fizeram, isso assusta! Mas, quando você vai contar isso pros homens, eles ficam assim: “Ahhh, não, isso é fácil, moleza!”, mas com as mulheres é diferente, elas se assustam bastante, assumem, mas é com muito medo, sabe? (SILVA, 2016, p. 126).

O dado da pesquisa referenciada acima mostrou como as mulheres precisam quebrar barreiras de gênero para assumir tarefas que não lhe são usuais. O princípio educativo do trabalho, atravessado pela divisão sexual do trabalho, se reproduz de modo peculiar para as mulheres camponesas, porque existem conhecimentos que parecem ser inacessíveis a elas, enquanto por outro lado, são facilmente apropriados pelos agricultores. Quando precisam mobilizar financeiramente um projeto são geralmente excluídas do processo, ficando a cargo dos seus maridos ou filhos tal função, o que faz com que o acúmulo teórico e prático dessas tarefas não seja acessado. Maravilha mostrou que a renda enquanto dinheiro é também assunto das mulheres:

Eu até comentei com [nome do seu companheiro], se der qualquer coisa de errado que a gente não possa trabalhar até abril, nós temos dinheiro guardado para pagar tudo as contas. E alguém diz assim não, que agroecologia não dá, que orgânico não dá. E ainda.... Apesar, outra coisa é que você tá produzindo saúde. Sabe, que hoje o veneno é o que mais.... Ninguém quer acreditar, dizer que a maior causa das doenças é o veneno. Não querem acreditar e enxergar que é isso (Maravilha, em entrevista cedida em 11/07/18).

No que se refere ao mundo agroecológico, essa divisão sexual do trabalho passa por determinados encontros de gênero e de agricultura. O estudo de Siliprandi (2007, 2009)³³ mostrou como as agricultoras colocam em questão tanto a função do trabalho delas, como a qualidade e organização da produção. Ela construiu metodologicamente sua pesquisa de doutorado, a partir das histórias de

³³ Uma das pesquisadoras de grande referencial no campo de estudo sobre a temática de mulheres e agroecologia.

vida e das teorias de diversas correntes do ecofeminismo. Denominada de “Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar” (2009), a tese sistematizou a análise dos caminhos de luta de mulheres organizadas em movimentos agroecológicos diversos no país, em um recorte temporal de trinta anos, em que atuam também em torno da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A autora explicita como teoria e prática se articularam ao longo da pesquisa:

Nas discussões propostas por elas, emergiam questões claramente vinculadas com o campo ambiental, ao mesmo tempo em que se reivindicavam temas historicamente trazidos pelo feminismo. Foi o reconhecimento dessa realidade que me fez buscar entender como puderam dar esse salto, assumindo um discurso militante que procurava, justamente, integrar esses dois campos, do ambientalismo e do feminismo. Estava claro que estavam se constituindo novos sujeitos políticos, e esse aparecimento na cena pública merecia atenção (SILIPRANDI, 2009, p.269).

Essa integração dos dois campos está sendo feita desde os primeiros debates coletivos da Agroecologia enquanto movimento coletivo no Brasil. No I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), realizado em 2002, no Rio de Janeiro, a relação de gênero e agroecologia se mostrou bastante tensionado (FERREIRA; MATTOS, 2017; PACHECO, 2009), uma vez que foi um marco político da luta das mulheres camponesas agroecológicas, que levaram suas pautas e reivindicaram a inclusão destas em diversos espaços do encontro, de modo que homens e mulheres estivessem em um permanente diálogo e o debate não se limitasse ao âmbito da esfera feminina. Dentre muitas críticas apontadas pelas mulheres camponesas presentes nesse encontro, uma delas foi a de apontar que o número de 297 mulheres do total de 1.100 participantes não estava condizente com a quantidade de agricultoras agroecológicas espalhadas no campo brasileiro (FERREIRA; MATTOS, 2017).

Esse cenário amplo, de um encontro com o peso de tantas pessoas envolvidas reflete uma luta que vem desde o cotidiano das mulheres camponesas, organizadas enquanto representantes de projetos institucionais na Cooperativa. Isso implica pensar os espaços que elas ocupam no processo produtivo como um todo, que não se reduz à roça, mas a todas as etapas que compreendem o trabalho agroecológico. Nesse sentido, Baobá nos contou sobre a dificuldade de as mulheres se inserirem enquanto responsáveis pelos projetos:

Então quando a cooperativa quis fazer isso de dizer assim para os companheiros: 'Para a cooperativa tem um ponto a mais sobre isso, vamos colocar no nome das mulher'. Aí teve resistência. Teve resistência, teve

resistência, que os companheiros não concordaram e falaram: 'Não, se mudar no nome da minha esposa lá, então eu saio do projeto e eu não produzo mais' (BAOBÁ, em entrevista, 2018).

E quando perguntamos sobre a inserção das mulheres na comercialização, Baobá não hesita ao afirmar que:

A comercialização... é muito raro às mulheres que elas estão direto a ir levar fora, mas a comercialização ele traz, já passa o caminhão, ele traz direto para a cooperativa, então daí a cooperativa dali ela que encaminha. Então assim, não tem muito assim, mas assim para direto é muito raro a companheira que tem... que vai pegar o produto dela e vai ela mesma comercializar. É mais assim, como ela já produz, o caminhão passa ali na quarta-feira e traz para a cooperativa, aí a cooperativa faz todo o resto do processo (BAOBÁ. Em entrevista, 2018).

Este contexto evidencia a necessidade de construir o debate sobre a importância e o reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas no desenvolvimento das experiências agroecológicas. Essa construção deve levar em conta que ser camponesa agroecológica se constitui em um processo histórico dialético, em que a Agroecologia permitiu uma leitura multidimensional (PINHEIRO MACHADO; PINHEIRO MACHADO FILHO, 2014) dos processos agrícolas, que possibilitaram às mulheres constatarem e lutarem por equidade de gênero, ao produzirem agroecologia.

Ao mesmo tempo em que introduzem mudanças nos sistemas de produção, as mulheres vão experimentando transformações em sua vida cotidiana que as levam ao questionamento do modelo agrícola e social, consagrando-se como sujeitos políticos (PACHECO, 2009, p.4).

Rosa afirma como isso se reproduz no cotidiano das mulheres camponesas a partir da reconstrução da memória dela dentro da história de vida:

Agroecologia, a gente pode trabalhar com outras dimensões... Nesse processo da autoestima... Não só das mulheres, dos homens e das mulheres. Porque quando eles vêm um fruto de trabalho que deu trabalho mesmo [riso] para se conhecer, para fazer, mexe com a autoestima... que eu acho que hoje está faltando na sociedade também... Ter orgulho do meu trabalho, né? E de um trabalho que eu tenho consciência e certeza que é um trabalho útil para a humanidade. Então talvez eu acho que vai chegar um tempo que vai mexer nas pessoas... Vai nesse viés do trabalho, da autoestima do ser humano, de ser produtor, de ser construtor do seu trabalho e de saber de fato que é uma coisa que está faltando hoje... A importância do seu... Ou seja, tirar alienação do trabalho... Eu acho que ela ainda ela tem potencial dela (Rosa, em entrevista cedida em 1º de junho de 2018).

O lema “*Sem feminismo, não há agroecologia!*” difundido no II Encontro Nacional de Agroecologia, em 2014, na Bahia, legitima o protagonismo das mulheres camponesas na construção da agroecologia e no combate ao agronegócio. Esse lema expresso também pelas mulheres da Via Campesina revela

a aproximação construída entre feminismo e agroecologia, um diálogo que não se deu por acaso. A base concreta disso é a identificação da opressão e da exploração das mulheres com a mesma violência produzida contra a natureza. Entretanto, quando falamos da base do MST, das diversas famílias que vivem e constroem o Movimento no cotidiano, o debate sobre o feminismo em si passa por desafios históricos.

Tem um avanço do debate, as mulheres.... muitas que estão na direção... o feminismo.... Compreender dentro do movimento, porque no MST é novo você estudar profundamente o feminismo... e de compreender o feminismo, de querer... (...) E talvez agora... e o momento histórico, momento histórico... O debate feminismo, gênero, tá na sociedade inteira, só que ao mesmo tempo o conservadorismo também. E por exemplo aqui nesse assentamento, você tem gente que vota no Bolsonaro, fala mal das bandeiras... Num assentamento com todo o debate que tem, né? (Rosa, em entrevista cedida em 1º de junho de 2018)

As pautas políticas e coletivas das mulheres camponesas são construídas a partir do cotidiano de vida de cada uma delas. Sendo o campesinato uma fração da classe trabalhadora, em que a unidade de produção do trabalho familiar é também unidade de consumo, a produção agroecológica implica diretamente no consumo agroecológico, e, portanto, as relações nessa unidade familiar têm fundamental relevância e precisa ser estudada.

Pesquisas anteriores mostraram que os tensionamentos familiares, onde se produzem as relações de poder, nem sempre são considerados. SILIPRANDI (2007) questiona como as práticas agroecológicas podem contribuir para o rompimento da opressão contra as mulheres, sem que os movimentos sociais que defendem a agricultura familiar abdicuem da ideologia do “familhismo” (p. 846), compreendida como o paradigma da família idealizada, baseada no pressuposto de que todos os membros convivessem em harmonia.

Se, por um lado, a abordagem agroecológica, com tratamento monolítico das famílias não garante a emancipação da mulher, por outro, pode-se afirmar que não há completude agroecológica em experiências cuja emancipação da mulher não esteja em perspectiva, e que não se insira um enfrentamento das estruturas do patriarcado. (FERREIRA; MATTOS, 2017, p.42)

Siliprandi (2009) afirma que a luta por emancipação social do campesinato, que pauta a importância da Agroecologia para essa construção, não se efetivará sem a emancipação das mulheres camponesas e agricultoras, que constataram a necessidade de se organizarem para reivindicar questões específicas, pelo reconhecimento da multidimensionalidade que a Agroecologia produz.

[...]do ponto de vista da agroecologia, a não focalização nas mulheres agricultoras como sujeitos plenos de direitos está deixando a descoberto todo um conjunto de possibilidades de enriquecimento dos movimentos, seja do ponto de vista das atividades dominadas por elas, sobre as quais elas já têm saberes acumulados; seja do ponto de vista da construção da equidade social e de gênero, tão apregoada e tão pouco promovida. A agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses, se não se ocupar também, teórica e praticamente, do enfrentamento às questões da subordinação das mulheres agricultoras. (SILIPRANDI, 2009, p.271-272)

Dialogar com tantas pesquisas que incluíram o debate da realidade das mulheres camponesas no Brasil e como estes sujeitos históricos se assumem no campo da agroecologia foi importante para confirmar que, não só é possível integrar ambas análises, como necessária para a luta das mulheres camponesas. Os desafios se concentram na luta de gênero. A agroecologia tem se destacado na organização das mulheres camponesas:

Entretanto, o trabalho com a agroecologia, por si só, não é suficiente para que a desvalorização e a invisibilidade das mulheres sejam suficientemente problematizadas. Neste sentido, o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista é um importante caminho para o enfrentamento político sobre alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural. (FERREIRA; MATTOS, 2017, p. 39)

Em um movimento dialético, entende-se que é urgente que as dinâmicas sociais de luta pela terra continuem o debate do agroecológico, sem perder de vistas o protagonismo histórico das mulheres camponesas e agricultoras. Sujeitos esses que continuam na luta cotidiana por reconhecimento e autonomia no trabalho produtivo e na comercialização de alimentos saudáveis, que geram vida ao invés de lucro. Esse tipo de conhecimento que orientou o trabalho empírico na relação com as interlocutoras desta pesquisa. Rosa demarcou que essa luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas, mesmo no âmbito das famílias agroecológicas, é atravessada por debates constantes e que os homens tentam se sobrepor diante da totalidade do processo produtivo.

Tem muitas mulheres, tem muitas... Aqui no assentamento... todo o processo de formação, de compreensão, de debate... que já entende todo o seu trabalho como trabalho e na fala vão defender isso, inclusive vão defender isso com seus companheiros porque não tá dado... É uma defesa permanente, mais ainda... Agora, os homens... a tendência é não reconhecer a totalidade desse trabalho em torno da agroecologia e da agricultura familiar... (Rosa, em entrevista cedida em 1º de junho de 2018).

Baobá confirma e mostra como isso se opera nas reuniões dos grupos agroecológicos. Então, ainda que no debate a compreensão da importância e a participação do trabalho das mulheres, sejam esposas ou filhas, se desenvolva para

elas mesmas, no encontro com a prática e com a visualização do resultado deste trabalho coletivo, geralmente os homens da família se colocam de modo individualizado, castrando o produto do trabalho feminino do processo como um todo:

(...) até nas nossas reuniões *[do grupo agroecológico]*, que a gente faz lá, a gente percebe isso, que a mulher às vezes está ali, mas naquele momento de ir mostrar a horta tudo, é ele que vai mostrar 'olha o que eu fiz, olha o que eu fiz, olha o que eu fiz'. Mas às vezes a gente sabe que o dedo maior está da mulher lá (Baobá, em entrevista em 1º de junho de 2018).

Entretanto, a perspectiva de Rosa mostrou um dado a mais, que se confirma com as histórias de vida narradas pelas outras protagonistas. Segundo Rosa, na conversa mais alargada a invisibilidade do trabalho das mulheres se desmancha na produção agroecológica por toda a especificidade da agroecologia, que permite construir relações sociais a partir de um trabalho coletivo, que ainda que possua maquinários, são utilizadas como ferramentas e não como substituição da atividade humana. Além disso, o protagonismo das mulheres camponesas nas hortas domésticas, e as saídas criativas que produzem em meio às crises financeiras, decorrentes de um sistema que cria sujeitos dependentes do sistema financeiro internacional bancário, dificultam as tentativas de marginalizá-las.

É mais difícil invisibilizar *[o trabalho da mulher, das crianças, de outros sujeitos da unidade familiar na agroecologia]* do que no convencional, aí que tá... que, por exemplo, aqui no Contestado, você tem os companheiros que plantam soja, né? E que às vezes não tem nem horta em casa. Então, em nenhum momento você vai ouvir eles dizendo: "- ah, minha mulher trabalhou..." porque não tem o trabalho para mulher, ele tomou todo o espaço dela. Aonde ela vai trabalhar? Onde ela vai plantar flor? Onde ela vai ter horta? Ela vai limpar a casa. Trabalha, mas é um trabalho totalmente centrado no trabalho doméstico, da criação dos filhos... (...) Na agroecologia o homem pode até dizer: "- Ah, eu fiz isso. Ah eu fiz aquilo"... Mas as mulheres começam: "- Mas como que você fez?". Na hora que vai contar como ele fez... "- Não, nós fizemos um canteiro, foi eu e ela. Ah, pois a gente trabalha... Trabalhou eu, o menino e a mulher..." Então sem querer ele já... Entendeu? Você não tem... Na prosa mais alargada: "- Ah, mas eu trabalhei um monte, como vocês querem me pagar pouco? Trabalhou eu, o menino e a mulher e fizemos nãnnãnnã.... (Rosa, em entrevista cedida em 1º de junho de 2018).

O traço coletivo da agroecologia levanta demandas concretas de formação, de organização e de continuidades que nem todas as pessoas estão dispostas a encarar. A agroecologia abre diversas brechas de problematização que permitiu que as mulheres camponesas mostrassem o valor e a importância do seu trabalho para o coletivo. No Assentamento Contestado o debate e a construção da agroecologia esteve muito vinculado à organização das mulheres desde a época em que a

comunidade estava sob a condição de acampamento. Essa organização pode ser observada por meio do Coletivo de Mulheres, que entre momentos de fortalecimento coletivos mais densos e outros de descontinuidades, permanece na luta contra as desigualdades de gênero e em defesa da Agroecologia. Esse é o tema do próximo capítulo.

4 A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES ASSENTADAS

Este capítulo buscou compreender a dimensão educativa do Coletivo de Mulheres no Contestado, bem como sua importância para o enfrentamento das desigualdades de gênero no Assentamento e para a difusão de práticas agroecológicas. O Coletivo é um dos espaços onde as mulheres camponesas se educam entre si, uma vez que desde a luta coletiva pela terra elas foram se politizando e se formando nas questões de gênero (MORAIS, 2018; SCHWENDLER, 2015a). A organização do MST em setores se deu a partir de uma necessidade de se construir comissões de diferentes temas sociais em que se debatesse e que se levantasse questões para reivindicar e lutar por políticas públicas, sem que se caísse no “setorismo”, ou seja, sem que um setor se isolasse do outro (OLIVEIRA, 2018).

Essa articulação entre os setores aponta como os espaços de formação das mulheres permeiam não somente o Coletivo, mas outros setores. Como foi dito anteriormente, no estado no Paraná, o Setor de Gênero é ligado ao Setor da Saúde. Isso ocorreu na defesa de não sobrecarregar o trabalho das mulheres camponesas em assumir a frente de dois setores, uma vez que o Setor da Saúde é constituído majoritariamente por mulheres³⁴. Compreendendo que as mulheres se formam em distintas instâncias e setores do Movimento, para os efeitos dessa pesquisa, a ideia foi compreender a coletividade da organização destas mulheres nesse espaço de trocas de conhecimentos diversos sobre a vida, ou seja, a partir das dinâmicas educativas do Coletivo de Mulheres e sua interface no interior do Movimento, incluindo a relação com a agroecologia.

A dimensão educativa do Coletivo encontra na base teórica que fundamenta a colonialidade de gênero notas de que este lugar social é de uma resistência desde dentro do sistema e desde dentro do próprio Movimento, operando infrapoliticamente³⁵. As iniciativas assumidas pelas mulheres camponesas nas

³⁴ Informação cedida em entrevista no mês de julho de 2018 por uma camponesa da comunidade do Contestado.

³⁵ Ações infrapolíticas são dinâmicas sociais expressas a partir da localização dos efeitos de resistência social provocados através de intersubjetividades no bojo da diferença colonial. Operar infrapoliticamente é um modo de mostrar como as mulheres camponesas resistem desde seus lugares de luta, neste caso, desde o MST, por meio de suas subjetividades atravessadas por questões agroecológicas, espirituais, econômicas e políticas. Essa análise encontra base teórica nas elaborações teóricas do feminismo decolonial (Lugones, 2014).

construções das hortas, ou dos quintas agroecológicos, mostram como cada horta é uma escola. Diferentemente da escola enquanto instituição, em que é preciso sair de casa para ir até ela, as hortas estão ali do lado de cada família, contribuindo para a educação das filhas e dos filhos, perpetuando os conhecimentos tradicionais do campesinato no cotidiano.

A cada alimentação, a cada produção, a cada diálogo de saberes realizado com os/as estudantes da ELAA ou por meio dos variados intercâmbios que existem no Assentamento, a prática agroecológica se faz a partir de experiências. Dentro dessas experiências, as questões de gênero são um elemento instigante na vida das mulheres camponesas que atuam na agroecologia, de modo que não somente os conhecimentos agroecológicos se perpetuem, mas a coragem de enfrentar o patriarcado se prevaleça nas relações interpessoais no campo.

4.1 PROCESSOS EDUCATIVOS DO COLETIVO DE MULHERES NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Como já mencionado anteriormente, no ano de 2017 participei de duas reuniões do Coletivo de Mulheres e uma oficina de bonecas, proposta pela professora Sônia, e inserida na agenda do Coletivo, que tinha como objetivo debater as relações de gênero e do cuidado a partir da construção de artesanatos ou objetos significativos na vida das mulheres. Foi uma oficina emocionante, com relatos de histórias de vidas profundas sobre memórias familiares das mulheres que participaram, onde a professora Andréa Cordeiro/UFPR nos ensinou a produzir bonecas de pano. As outras duas reuniões foram direcionadas pelas camponesas assentadas e passaram por temas variados, como a reorganização do Assentamento e os planejamentos para a feira das Mulheres na Jornada de Agroecologia daquele ano.

Nessas três ocasiões, pouco ouvi sobre feminismos enquanto constructo teórico, mas muito ouvi sobre as condições das mulheres na agroecologia, na família e no Assentamento. Na agroecologia quando falavam de autoestima, de tempo para si, de persistência em continuar produzindo agroecologia. Na família quando debatiam sobre as distribuições domésticas e na educação que davam aos filhos e às filhas. E para falar de espaço público, debatiam sobre as questões referentes à organização do Assentamento, aos desafios que apareciam ao dialogar com os

homens, no sentido de que na prática era difícil travar relações com equidade de gênero, ainda que seja uma defesa definida no Movimento.

Mas para tratar teoricamente das análises sobre as minhas vivências nestas reuniões, trarei mais evidentemente alguns aspectos das leituras decoloniais que optei por trabalhar. Os feminismos decoloniais tratam de perspectivas feministas produzidas epistemológica e ontologicamente desde as vivências do Hemisfério Sul. Dentro dessa elaboração teórica, Lugones (2014) cunha o termo colonialidade de gênero, explicando como os colonizadores retiraram gênero e sexo enquanto condições que se relacionavam e que interessava – em primeira instância – somente o sexo como forma de violar os/as colonizados/as: “Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial” (2014, p.938).

Ainda que ela parta da teoria decolonial referenciada principalmente por Aníbal Quijano sobre colonialidade, na qual aponta a interação indissociável da racialização e a exploração/dominação capitalista, Lugones provoca uma crítica sobre o reducionismo de gênero dentro dos limites de questões sexuais de mulheres na própria teoria decolonial. Nesse sentido, ela diz que:

Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos seres humanos (LUGONES, 2014, p.939).

Lugones (2014) fez uma leitura do sistema mundo capitalista colonial moderno no sentido de elaborar teoricamente como se operam as formas de dominação colonial de gênero e raça e a imposição da heterossexualidade normativa. Desse modo, ela indica como a desigualdade de gênero é atravessada por questões ecológicas, políticas e econômicas, bem como por contextos espirituais, que são escondidas atrás de dicotomias engendradas em lógicas e categorias, invisibilizando determinados sujeitos, uma vez que hierarquiza algumas categorias em detrimento de outras.

Para Lugones, a cisão humano e não humano é a produção dicotômica central do sistema mundo moderno colonial, em que o primeiro é hierarquicamente superior ao segundo. Dessa cisão central derivaram as outras em nível ser humano e natureza e em nível ser humano e ser humano: neste último podemos ler a inferioridade criada sobre as mulheres – inclusive sobre as mulheres brancas europeias –, a superioridade do hemisfério norte sobre os povos e territórios do

hemisfério sul. Outros sujeitos como os dos povos indígenas das Américas e africanos escravizados eram considerados não humanos, pois os classificavam como semelhantes aos animais selvagens, e, portanto, estavam mais próximos do lado da natureza no binômio ser humano e natureza.

Portando, colonialidade do gênero se expressa em uma análise sobre a opressão de gênero radicalizada no sistema mundo capitalista. O feminismo decolonial, nessa perspectiva, pode trazer ferramentas de análise para resistir à colonialidade do gênero, de modo a pensar que: “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero radicalizada, colonial e capitalista heterossexualizada” (2014, p.940).

A partir dessa ideia de que não é somente teoricamente ou tampouco somente na prática de ser possível decolonizar o gênero, podemos refletir de que forma as vivências socialmente produzidas no Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado dialogam com a resistência ao sistema mundo capitalista e as opressões engendradas nele no que se refere às questões de gênero e agroecologia, inclusive no interior do Movimento.

Poucas mulheres da comunidade participaram dos três encontros, ainda que muitas ausentes fossem mencionadas pelas assíduas. Todas as frequentadoras produzem agroecologia em seus cultivos, e por isso tanto os debates sobre agroecologia quanto a relação que elas faziam da agroecologia com a vida delas costumava fazer parte dos diálogos. Alecrim, Melissa e Baobá faziam parte do grupo que participava com frequência, três das sete interlocutoras da pesquisa referenciada no resumo.

O espírito das reuniões era de muito diálogo e aprendizado, no sentido de que aquele espaço é um espaço formativo para aquele grupo de mulheres camponesas naquele período histórico do Movimento. Ainda que o quórum fosse praticamente o mesmo em quantidade e participantes durante aquele período de observação e participação, a história do Coletivo mostrou que nem sempre foi assim. Ainda que não tenha sido feito um estudo aprofundado sobre a história do Coletivo neste momento, as narrativas de Hortência sobre o início das atividades do Coletivo mostraram que na construção deste espaço de convivência e diálogo entre as mulheres a maioria das camponesas participava. Entretanto, a intencionalidade das reuniões em suas pautas e dinâmicas era distinta do que se tem hoje, pois o

Coletivo era chamado “Clube de Mães”, entretanto, como não é o foco da pesquisa, não procurei buscar novas razões para compreender tais transformações.

As reuniões ocorridas durante o ano de 2017 mostraram um espaço mais voltado para questões sobre a organização do Assentamento, temas voltados para a agroecologia e diálogos sobre o cotidiano familiar. Nesse ambiente educativo, pautas recorrentes giravam em torno da necessidade de incluir os homens nos debates de gênero e de conciliar as tarefas domésticas com os compromissos nas reuniões. Tais pautas eram justificadas devido às dificuldades de outras mulheres em participar das reuniões, que eram de conhecimento das que participavam. Esses entraves eram decorrência em boa parte de impedimento direto (dizer “não” para a companheira) ou indireto (chantagem ou insinuações) do companheiro e em outra parte da ocupação com os cuidados com a casa e com a família, em relação a filhos pequenos ou tarefas domésticas, que no caso do campo, se estende às tarefas no lote também.

A ideia de que ao espaço público cabe ao homem estar e representar e ao espaço privado à mulher pode ser o pano de fundo dessa recorrência com muitas mulheres camponesas deste Assentamento. Muitas que são citadas frequentemente pelas que participaram das reuniões possuíam histórias de luta e trabalho árduo no lote, entretanto, por diversos motivos não privilegiavam as reuniões. Nesse sentido, compreende-se que os espaços públicos e privados se dinamizam entre si, permeados por disputas de poder, resistência e superações nas relações interpessoais.

Alecrim é uma das interlocutoras que aponta sobre a necessidade de se politizar o cotidiano das mulheres, no sentido de atribuir a devida valorização do trabalho das agricultoras cerceada pelas hierarquias de gênero. Alecrim nos conta que acredita que as mulheres precisam ser duplamente melhores no que fazem para mostrar seu valor. Dentro desta perspectiva, a demanda por processos educativos pelas mulheres que as formem pode ser respondida desde a capacitação técnica por meio de cursos feitos pelo Setor de Produção do Movimento, pela Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), nos encontros do diálogo de saberes, mas, sobretudo nos círculos de reuniões do Coletivo de Mulheres. Fruto dessas vivências, Alecrim se define como:

uma educadora, não uma técnica. Acho que o Movimento tem isso de que os técnicos são educadores, então nesse trabalho de educação popular com as famílias, fica muito melhor a partir da minha experiência também

como camponesa... Porque tudo que eu proponho, tudo o que falo é a partir da minha experiência também no lote onde eu estou (Alecrim, em entrevista cedida em 11 de julho de 2018).

A atuação das mulheres camponesas que trabalham com agroecologia passa por processos educativos de encorajamento de umas às outras para ocupar não somente o trabalho produtivo em si, mas a estarem presentes nos espaços de organização e planejamento da produção, espaços estes majoritariamente masculinos. Moraes (2018) afirma a importância da educação para a emancipação e em como a agroecologia opera nesses processos educativos:

O acesso da mulher à educação também deve ser prioridade pois liberta e emancipa das amarras que às atam exclusivamente à casa, à família, ao lote. Parafraseando Rosa Luxemburgo, quando esta diz que “quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. A agroecologia, além de ser uma atividade produtiva e reprodutiva – pois cuida da vida – é uma escola por si só, pois os indivíduos que a praticam aprendem – ou reaprendem – que a relação com a natureza e com a vida deve ser respeitosa, baseada na troca positiva entre o ser humano e a bioenergia (MORAIS, 2018, p. 133).

Ainda que o Coletivo de Mulheres tenha estado durante o ano de 2017 com um número reduzido de mulheres participando dos encontros, foi possível perceber que ele foi e é um canal de diálogo e troca de conhecimentos entre as mulheres camponesas do Assentamento. Além disso, o tema da agroecologia mostrou ter bastante potência no interesse destas mulheres que vivenciam cotidianamente modos de se relacionar com a terra, com a família, com o Movimento. A agroecologia de fato se mostrou ser uma verdadeira escola, onde não só se aprende a plantar, mas a viver de modo mais igualitário em uma sociedade machista e desigual.

4.2 O COLETIVO DE MULHERES E A DIFUSÃO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Além do Coletivo de Mulheres, a ELAA contribui fortemente com os processos educativos em agroecologia praticados juntamente com as famílias assentadas, em uma dinâmica de troca cultural, capacitação técnica sistematizada e valorização, bem como a comunicação, dos conhecimentos tradicionais camponeses. O diálogo de saberes é componente curricular dos/as estudantes da Escola, localizada no

próprio Assentamento, e integra uma série de práticas agroecológicas realizadas pelos/as estudantes juntamente às famílias.

Essa intencionalidade dialógica é fruto da forte relação de aprendizagem coletiva que a Escola possui com as dinâmicas organizativas do Movimento, que no Setor de Produção também atua através da comunicação dialógica, compreendida no que Alecrim chamou de “educação popular com as famílias”. Mas Dália apontou uma diferenciação importante nessa educação:

(...) É porque já vem desde pequeno esse negócio de cuidar, mas depende da família. Tem família que é toda, assim, que pensa igual. Agora já tem, já tem, por exemplo, nós temos uma família no nosso grupo que é ela que puxa a agroecologia, tanto que ela teve que separar um pedaço para certificar, porque o marido não ajudava e não aceitava, hoje, a gente se surpreendeu, porque ela... o marido viu que estava dando renda e que é vantajoso e pediu para certificar mais um pedacinho, entendeu? (Dália, em entrevista cedida em 28/09/18).

Essa diferenciação pode ser compreendida a partir das iniciativas das mulheres em fazer agroecologia, uma narrativa muito recorrente nas falas das interlocutoras, ainda que não unânime. As reuniões dos grupos agroecológicos também servem de espaço de diálogo e troca de conhecimentos entre as famílias, como lembrado no exemplo de Dália, que apontou este espaço e seria um lugar de importância para a compreensão de como as mulheres camponesas se inserem nas práticas agroecológicas no ambiente grupal, entretanto, não foi possível realizar essa tarefa no trabalho de campo por questões de tempo e organização. Ainda assim, nas vivências com o Coletivo, a relação da agroecologia com o cotidiano da vida das mulheres que participaram no período de observação foi algo notório. Moraes (2018) realizou sua pesquisa de Mestrado simultaneamente ao trabalho de campo desta pesquisa juntamente ao Coletivo, afirmando que:

Para cada mulher que se dedica à agroecologia, esta tem um significado diferente, levando em consideração as subjetividades e a materialidade da vida de cada uma. Para algumas, significa cuidado. Para outras significa produzir de maneira natural e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mas uma coisa é certa: a prática agroecológica é milenar e sempre foi o foco do trabalho de mulheres (MORAIS, 2018, p. 132).

Essa aproximação acumulada ao caráter político construído em torno da agroecologia pelas mulheres camponesas faz refletir sobre os processos sociais de resistência. A partir das chaves de leitura de Lugones (2014) os processos relacionais, como os observados nas reuniões do Coletivo de Mulheres do Contestado, podem ser considerados processos infrapolíticos desde a coletividade. A infrapolítica faz referência a dinâmicas sociais ligadas a intersubjetividades que

produzem efeitos de resistência política no cerne da diferença colonial, que subalterniza determinados seres humanos, bem como a natureza.

Essas subjetividades são construídas em diversos contextos da vida das mulheres. As narrativas de Melissa demarcam bem a importância da família neste processo de organização das mulheres, uma vez que como ela conta, a família é o primeiro coletivo da vida das pessoas. Mas não só a família se constitui um ambiente formativo. Todos os ambientes coletivos e de formação são importantes para compor a dimensão educativa do Coletivo de Mulheres. Ou seja, para além da formalização do Coletivo de Mulheres enquanto um espaço de discussão e ações conjuntas pelas mulheres, os núcleos agroecológicos, constituídos pelas famílias agroecológicas, a cooperativa e os próprios setores do Movimento constituem espaços de resistência e construção de relações de equidade de gênero.

Na verdade a gente... a questão de gênero, o homem e a mulher no mesmo coletivo se dá é permanente nas famílias, é permanente na agroecologia, é permanente na certificação, é permanente na cooperativa. Mas assim, ainda não se deu... nem o homem, mais| é o homem que não se deu conta ainda de que questão de gênero é o homem e a mulher em toda parte junto, pelos mesmos objetivos, pelos mesmos ideais, mesma proposta, mesma defesa, defesa da vida, defesa do projeto. Mas que, então, assim, os homens não têm um coletivo de homem pra se pensar no trabalho. Então, onde tem homem dentro de um coletivo tem mulher, mas as mulheres decidiram de ter um coletivo de mulher pra discutir a sua situação (Melissa, em entrevista cedida em 02/12/17).

Nesse conjunto de ambientes que servem para a construção da organização das mulheres, observou-se que tanto a prática agroecológica quanto a solidariedade entre as mulheres são ações infrapolíticas, vivenciadas principalmente através da comunicação oral e das experiências subjetivas de cada ser humano compartilhadas umas com as outras desde dentro do Movimento, desde dentro das famílias. As jornadas de agroecologia realizadas anualmente são um desses espaços de trocas de vivências e experiências agroecológicas, além das reuniões mensais dos grupos agroecológicos. São, portanto, diversos espaços educativos que as fazem revisitar seus lugares sociais, compreendendo relações sociais enquanto relações educativas. Esses momentos formativos são tensionados também por questões de gênero, sendo construídos pela coletividade entre mulheres e jovens camponesas. Como sintetiza Lugones (2014):

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento

individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa (LUGONES, 2014, p.949).

Nesse sentido, diferentemente do que os processos de colonização disseram sobre os povos colonizados, inferiorizando-os e atribuindo um caráter primitivo a eles, caracterizando-os como *pré-modernos*, sem conhecimentos, sem cultura, os povos do Hemisfério Sul – africanos, latino-americanos, indígenas das Américas – possuem conhecimentos e ontologias diversas e que de algum modo se enfrentam na relação colonizadora. Esse lugar de enfrentamento, Lugones explica como sendo um processo de resistência no lócus fraturado, a partir dos seus lugares de fala, e dessa diferença colonial construída pela modernidade. O lócus fraturado é aquele espaço da resistência cotidiana que ganha peso na coletividade, a partir de situações adversas transformadas e recriadas criativamente contra a lógica do capital. Dália pode mostrar como é se inserir no lócus fraturado:

(...) E tinha um pouco de preconceito, meio, ainda tem assim, dos convencional que os orgânicos iam passar fome, que no começo a terra era fraca, a gente não sabia, não sabia o que era agroecologia, estava experimentando, daí tentando, e a terra fraca, não respondia, a gente não usava adubo químico, nada, mas não usava outra coisa, entendeu, no início foi bem difícil (Dália, em entrevista cedida em 28/09/18)

Esse desafio não foi somente da unidade familiar de Dália, mas de todas as famílias que assumiram a agroecologia de fato. O espaço educativo e relacional do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado mostrou que esse é um desses lugares de resistência construídos desde dentro, por meio de possibilidades reflexivas e trocas culturais entre as mulheres no que se refere à agroecologia, às problemáticas de gênero e a politização do cotidiano, onde elas se fortalecem e se reestabelecem. Essas mulheres camponesas do MST demonstram que é possível resistir para além do grito ou da manifestação em praça pública. Suas práticas de resistência continuam no seu modo de vida, recriando possibilidades de diálogo e superação. E esse movimento de resistência é uma marca presente na diversidade de grupos de movimentos de mulheres camponesas. Pesquisa de Gaspareto (2017) com o MMC do oeste catarinense ilustra a luta feminista na defesa das práticas agroecológicas no cotidiano da vida.

Os saberes, as práticas tradicionais existentes como valores na experiência dos mais velhos, dos pais/mães, avôs/avós “estavam indo embora” com as novas tecnologias da agricultura moderna, mas os olhos que estavam como que vendados, foram sendo abertos na medida em que a luta feminista

camponesa com ênfase na agroecologia foi ganhando novos contornos.
(GASPARETO, 2017, p.161)

As interlocutoras desta pesquisa, portanto, são também essas mulheres camponesas em movimento que enfrentam o agronegócio e o patriarcado simultaneamente, quando reconhecem e afirmam o protagonismo histórico das que lhes antecederam, das que atuam em diversas regiões do país e o protagonismo delas mesmas em seus cotidianos familiares e no MST. Os conhecimentos que produzem a partir da práxis cotidiana da vida militante possuem raízes na organização social epistemologicamente estruturada em outros modos de vida, que se expressam a partir do modo de vida camponês, ainda que busquem superar as contradições deste estilo de vida, e contra as formas de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como o trabalho das mulheres camponesas na Agroecologia se articula com a luta por equidade de gênero no Assentamento Contestado, considerando a dimensão educativa da organização do MST como um todo, lugar de existência das interlocutoras desta pesquisa. Este estudo de caso, compreendido como uma modalidade de pesquisa (VENTURA, 2007), procurou dialogar com as histórias de vida de sete mulheres camponesas e trazer as narrativas que contribuíssem para responder à questão desta pesquisa.

A partir da leitura realizada sobre as histórias de vida das interlocutoras desta pesquisa, compreende-se que as mulheres camponesas participam ativamente das atividades produtivas no roçado, além de assumirem tarefas de beneficiamento, como a transformação de alimentos primários em produtos de consumo familiar. Por terem assumirem a diversidade agroecológica, o protagonismo do trabalho das mulheres camponesas no Assentamento Contestado garantiu a reprodução da vida em diversas unidades familiares neste território. Contudo, sua inserção nos processos de certificação não se mostrou algo automático de acordo com as normas de paridade de gênero em definições acordadas no Movimento.

Ainda que elas participem da certificação participativa, diversas interlocutoras apontaram a dificuldade dos homens em incluir as mulheres na organização da produção, fruto da cultura patriarcal. Em outro extremo, pode ocorrer a sobrecarga do trabalho das mulheres, mesmo que o debate da divisão sexual do trabalho seja apontado nos espaços de formação. A comercialização, por exemplo, é atribuída

geralmente aos homens da casa, seja o companheiro ou o filho, em uma construção cultural desde à infância, em que o filho acompanha o pai nas entregas e, por isso, adquire maior manejo de localização espacial.

Romper essa divisão tem sido pauta de debate e combate do Coletivo de Mulheres, que em sua dimensão educativa busca organizar não somente as mulheres, mas atingir um nível de diálogo com os homens. Essa parceria com os camponeses passam pela interlocução que fazem sobre a construção da agroecologia no Assentamento, outra pauta do Coletivo, que encontra desafios para trazer outras mulheres da comunidade que produzem com o modo convencional.

Esta pesquisa trouxe elementos importantes da vida de mulheres camponesas que lutam diariamente em território de reforma agrária, em tempos de fortes retrocessos dos direitos civis conquistados desde a Constituição de 1988. E com um pouco de prosa, elas mostraram que de fato resistem desde *abajo* e desde dentro, por meio do aprendizado delas com outras mulheres, seja mãe, avó, filha, amiga, companheira de militância, professora. Mostraram a força coletiva de mulheres que reconhecessem opressões comuns, desde lugares comuns, elas aprendem umas com as outras, seja por uma história que lhes é contada, seja pela vida de luta e resistência que admiram de suas ancestrais, seja por leituras acadêmicas ou escritas militantes de outras mulheres. Isto pode ser evidenciado por meio do auto desafiar-se de Maravilha, que mostrou como é necessário assumir a valorização da mulher camponesa diante do espaço público; do contar sua história como estratégia de contribuição na luta das mulheres, como Melissa sugeriu; da apropriação e elaboração de conhecimento novo, como fez Rosa antes e depois de entrar na pós-graduação... do apropriar-se do valor do seu trabalho sem precisar que outro fale ou atribua valor a ele, como auto reconhecimento como revela a história de Baobá.

O feminismo camponês e popular pode ser vivenciado nas interlocuções realizadas no decorrer do trabalho empírico desta pesquisa. É um feminismo pensado e vivenciado dentro da práxis do movimento de luta que as mulheres camponesas desta pesquisa constroem desde suas histórias de vidas, em que a agroecologia está embricada em suas vidas. Compreende-se nesta agroecologia a totalidade histórica que não está dada naturalmente, mas se forma a partir das contradições de uma sociedade em constante transformação. Dália sintetiza exatamente esse movimento dialético:

Você está na agroecologia, você está junto na frente... tem que estar sempre na frente, junto. Não digo na frente do marido, mas que trabalha junto, decidindo as coisas, sempre os dois juntos. Acho que agora mais que nunca, não podemos baixar a cabeça e foi uma luta chegar até aqui e a luta continua, Para as nossas filhas, as nossas netas, **tem que dar continuidade para isso** não voltar para trás, do que a gente já conseguiu, de direitos (Dália, em entrevista cedida em 28/09/18 – grifo meu)

Acredito que essa continuidade a que se referiu Dália tenha a ver com uma das marcas deste feminismo, que é popular, que é coletivo, que é do campo. O fortalecimento das subjetividades das mulheres camponesas por meio da organização do Coletivo de Mulheres e das atividades de intercâmbios culturais que realizam se constatou em cada história de vida, em nível de autoestima, valorização, autocuidado e cooperativismo na unidade familiar em termos de trabalho doméstico e agroecológico. Essa rede de vivências infrapolíticas observada no Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado mostrou a consciência das frequentadoras em relação à necessidade de que as demais mulheres camponesas da comunidade estivessem presentes resistindo junto. O tema sobre violência doméstica no campo foi bastante recorrente nas falas das interlocutoras. Destaca-se a necessidade de seu estudo em pesquisa futuras.

Ainda que em diversos momentos elas apontassem que inúmeras não estivessem nas reuniões do Coletivo, porque estavam resistindo no trabalho cotidiano ou em outros locais, ficou explícita a importância dos diálogos e trocas naquelas tardes de conversa entre elas. A relevância se dava em relação ao aprendizado em práticas agroecológicas, em trocas de resolução de conflitos ou problemáticas de gênero no cotidiano familiar, no enfrentamento ao machismo, e na reafirmação da participação e valorização do trabalho das mulheres na unidade familiar, ou seja, na luta dentro da luta (MORAIS, 2018; SCHWENDLER, 2015). Em tempos de retrocessos políticos, econômicos e culturais, mais do que nunca a educação se coloca como uma ferramenta de transformação no campo e na cidade para gerar superações diante dos ataques à vida daquelas que vivem à margem.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Expressão Popular, 2011.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. In: MOURA, E.G. e AGUIAR, A. C. F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo**: Princípios e tecnologias. São Luís, UEMA, 2006. pp. 83 – 99.

ARAÚJO, Maria Nalva. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 328p. Tese (Doutorado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação), Salvador, BA: UFBA, 2007.

ARROYO, Miguel. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**. Curitiba, PR, n.º 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

BARD WIGDOR, Gabriela; ARTAZO, Gabriela. Pensamiento feminista Latinoamericano: Reflexiones sobre la colonialidad del saber/poder y la sexualidad. In: Universidad Nacional Autónoma de México. **Revista Cultura y Representaciones Sociales**. Vol, 11, n. 22, 2017, p. 193-219. Disponível em: <<http://www.journals.unam.mx/index.php/crs/article/view/58722>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ed. Expressão Popular, 2012.

CLOC. Via Campesina. Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular. Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/portugues/brasil-mm-c-realiza-ii-seminario-internacional-feminismo-campones-e-popular>> Acesso em 20 setembro de 2018.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p.139-154, março/2002.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. (Org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 237- 256.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 4, nº 2, nov. 2009.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências **Ciência e Cultura**, vol.69 no.2, São Paulo, Abril/Jun, 2017.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **A construção de sabres no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de semenstes crioulas no oeste de Santa Catarina – Brasil**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUITIÉRREZ, Raquel, y SALAZAR LOHMAN, Huáscar (2015). Reproducción comunitaria de la vida. Pensando la transformación social en el presente. El apantle. **Revista de estudios comunitarios**, nº 1, Puebla (México), pp. 15-50. (35 p.)

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): pp.935-952, setembro-dezembro, 2014.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ed. Expressão Popular, 2012.

MARTÍN, Rocío Medina. Feminismos periféricos, feminismos-otros: una genealogía feminista decolonial por reivindicar. **Revista inteRnacional de Pensamiento Político** - i Época, vol. 8, pp.53-79, 2013.

MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **CyE**, Ano I, nº 2, 2009.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAIS, Larissa Urquiza Perez de. **A luta dentro da luta: geografia do empoderamento de mulheres camponesas no Assentamento Contestado – Lapa (PR)**. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Geografia – Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Apresentação da Cartilha: Feminismo Camponês e Popular**, 2018. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018-apresentacao.pdf Acesso em 21.05.19

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Cartilha: Feminismo Camponês e Popular**, 2018. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf Acesso em 21.05.19

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Daiane Silva. **FEMINISMO E MST: Avanços e desafios para consolidação do coletivo de mulheres no Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos. Escola Nacional Florestan Fernandes. V Turma. Lapa, Paraná, 2018.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, v. 6, nº 4, dez./2009.

PINHEIRO MACHADO, Luiz Carlos; PINHEIRO MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **A**

dialética da Agroecologia. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História.** São Paulo, fev. 1997.

PRIMAVESI, Ana. **Agricultura sustentável.** São Paulo: Nobel, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T.A., 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas.** Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2000, p. 246.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2º Edição. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Flávia Regina Fernandes. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul – PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.39, p.115-132, dez./2016.

SILVA, Jéssica Lorena Mainardes da.; AMARAL, Mariana Ribeiro do. **Soberania alimentar: perspectivas da escola latino-americana de agroecologia.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Graduação em Pedagogia – Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. Estudos Feministas, Florianópolis v.25, nº 2, maio-agosto/2017.

SCHOTTZ, Vanessa; MARONHAS, Maitê; CARDOSO, Elisabeth. É trabalho, não é ajuda! Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na Agroecologia. **Agriculturas**, v. 12 - n. 4 – dez./2015.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Da utopia do acampamento à recriação social do assentamento.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 1995.

_____. **O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra:** o desafio de transformar práticas e relações sociais. Educar em Revista, n. 55, p. 87- 109, jan./mar, 2015a.

_____. “Rompendo o silêncio”: A resistência das mulheres camponesas frente à expansão da monocultura do eucalipto no Rio Grande do Sul e a criminalização das lutas sociais. In: TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Orgs.). **Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015b, p.155-187.

_____. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: Marlene Tamanini, Roseli Boschilia e Sônia Fátima Schwendler (Org.). **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. 1ed. CURITIBA: Editora da UFPR, 2017, v.1 p.141-172.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Revista Brasileira Agroecologia**, v.2, n.1, fev./2007.

_____. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – Brasília-DF, 2009.

_____. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Alessandra Silva de. **Soberania alimentar e agroecologia**: práticas e perspectivas para a transformação no/do campo na Região Metropolitana de Curitiba – as experiências da AOPA e do assentamento Contestado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Revista Crítica do Direito**, n. 5, vol. 66, ago.dez. 2015. p. 88-106, 18 pag.. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B94HulPcnYU-c1EtSjKxNEhSX2s/view>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SOLER, Juan Carlos V. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía. **Otra Economía** - Volumen III - Nº 4 - 1º semestre/ 2009.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar. 2008.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**. nº 20 (5), p. 383-386, 2007.

VIA Campesina. **Feminismo campesino y popular**: Una propuesta de las campesinas para el mundo. Outubro, 2018. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-y-popular-una-propuesta-de-las-campesinas-para-el-mundo/>> Acesso em: 03 Nov. 2018

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir. **Tomo I**. Serie Pensamiento Decolonial. Ed. Abya Yala, Quito. 2013.

YESHIA, Elena. Descolonização do conhecimento e a prática: um encontro Dialógico entre o programa De investigação sobre a modernidade/ colonialidade/ decolonialidade latino-americanas e a teoria actor-red. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.6: 85-114, enero-junio 2007.

ZIBECHI, Raúl. Movimientos antisistémicos y descolonialidad. In: SANDOVAL, Rafael (ed.). **Pensar desde la resistencia anticapitalista y la autonomía**. Cidade de México: CIESAS, 2015. p. 105-120.